

Ministério da Cultura
Instituto Brasileiro de Museus
Museu da Abolição



PLANO MUSEOLÓGICO

2018 - 2021

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

Marcelo Mattos Araújo

Diretora do Museu da Abolição

Maria Elisabete Arruda de Assis

Chefe de Serviço

Roberto Tadeu Cardoso de Moraes

Administração

André de Barros Guimaraes Maia

Telma Maia Pinheiro

Ação Educativa

Fabiana de Lima Sales

Museologia

Daiane da Silva Carvalho

Daisy Conceição Santos

Biblioteca e Arquivo

Simone Novaes Lins

[...] o nosso olhar pousa o seu foco sobre o movimento que foi, sem dúvida, o maior momento, incomparavelmente maior do que a luta buscada hoje por todos nós, descendentes de escravos, da saga negra no País, o Abolicionismo. Movimento literário, movimento político, movimento cívico, movimento estimulador da reflexão e conhecimento científico, propiciador da maior complexidade entre intelectuais de elite, classe média negro mestiça, massas escravas sublevadas, Exército Nacional, Igreja progressista e liberalismo internacional, jamais repetida com tal fervor, elegância e virulência de linguagem e poder revelador da verdadeira face da nacionalidade. O Abolicionismo de Nabuco, Rebouças, Gama, Castro Alves e Patrocínio repousa, no fundo, indiferente de nossa memória injusta, como um momento insuperável da luta de integração daquele que João Ubaldo Ribeiro chama de "o povo brasileiro". Ali, no Abolicionismo, metalurgizava-se, pela primeira e insuperada vez, o metal negro/mestiço brasileiro, convergência do melhor que o País já pode juntar de seu élan civilizante, o Abolicionismo será sempre um dos maiores momentos político-culturais deste País, que a necessidade de destruir a obra da escravidão, como queria Nabuco, seja o mote para a reterritorialização do espaço abolicionista em nosso tempo, para que a face negra do povo, da vida e da cultura da Nação seja plenamente revelada.

Gilberto Moreira Passos Gil, Ministro da Cultura (2003-2008), no discurso "A anti-comemoração da abolição", promovido pela Fundação Pedrosa Horta no Senado Federal, durante os trabalhos constituintes do "Encontro Brasil-África".

APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO	10
PARTE I.....	11
1 HISTÓRICO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO.....	12
1.1 O Bairro da Madalena	12
1.2 O Sobrado Grande da Madalena.....	12
1.3 A criação do Museu da Abolição.....	13
1.4 Desapropriação, tombamento e reforma do Sobrado Grande da Madalena como sede do Museu da Abolição.....	13
1.5 Definição do Museu da Abolição na estrutura do IPHAN.....	13
1.6 Inauguração do Museu da Abolição	14
1.7 Primeiro fechamento do Museu da Abolição	14
1.8 Reabertura do Museu da Abolição	14
1.9 Segundo fechamento do Museu da Abolição	15
1.10 A criação da Associação de Amigos do Museu da Abolição (AMAB).....	15
1.11 Transferência da gestão do MAB para a Administração Central do IPHAN	16
1.12 Exposição “O Que a Abolição Não Aboliu” e construção do Macro-roteiro	16
1.13 Criação do Ibram	17
1.14 Mudança da Superintendência do IPHAN-PE – 2010	17
1.15 Exposição de longa duração: “Exposição em processo”	17
1.16 Chegada dos Novos Servidores.....	19
1.17 Reforma e Restauro - Recursos do PAC das Cidades Históricas	19
1.18 Diretores do Museu da Abolição em Ordem Cronológica.....	19
2 DEFINIÇÃO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO.....	20
2.1 Missão	20
2.2 Visão	20
2.3 Valores.....	20
2.4 Objetivos	20
2.4.1 Objetivo geral.....	20
2.4.2 Objetivos Estratégicos.....	20
3 DESCRIÇÃO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO.....	22
3.1 Organograma e Equipe de colaboradores	22
3.2 Legislação e Normas	23

3.3 Participação em organizações nacionais e internacionais.....	23
3.4 Parcerias e Cooperação Técnica	23
3.5 Visitação	24
3.6 Espaço físico e instalações	24
3.7 Acervos.....	24
3.8 Públicos	25
4 ATUAÇÃO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO.....	26
4.1 Desenvolvimento de Projetos e Parcerias.....	26
4.2 Exposições Itinerantes	26
4.3 Exibição de filmes – Videoteca	27
4.4 Apoio a ações educativas realizadas por outras instituições	27
4.5 Realização de debates/cursos/fóruns/palestras voltados para a discussão de temas ligados à cultura afro-brasileira	27
4.6 Ludoteca.....	27
4.7 Visitas Mediadas	27
4.8 Palestras Educativas.....	28
5 ANÁLISE SWOT.....	29
5.1 Pontos Fracos e Fortes.....	29
5.2 Ameaças e Oportunidades.....	30
PARTE II.....	31
1 INSTITUCIONAL	32
1.1 Diagnóstico.....	32
1.1.1 Recursos humanos disponíveis e sua adequação.....	32
1.1.2 Quadro atual do MAB	33
1.1.3 Recursos Materiais e financeiros.....	33
1.1.4 Instalações disponíveis e sua adequação	34
1.1.5 Documentação de institucionalização (lei de criação ou outros instrumentos legais) e sua adequação à legislação vigente	34
1.1.6 Mecanismos de aferição da imagem do museu e percepção da imagem do museu junto aos seus públicos	34
1.1.7 Iniciativas desenvolvidas para divulgação do museu e avaliação dos resultados.....	35
1.1.8 Atendimento às diretrizes e normas da entidade mantenedora	35
1.1.9 Relacionamento do museu com outras instituições	36
1.2 Programa.....	36
1.2.1 Fortalecimento da Imagem e Marca Institucional.....	36
a) Projeto Selos	36

b) Acompanhamento da percepção da imagem do museu e da marca.....	37
1.2.2 Consolidação de documentos internos e adequação à legislação vigente	37
1.2.3 O Museu e sua comunidade	37
1.2.4 Ações	38
2 GESTÃO DE PESSOAS.....	39
2.1 Diagnóstico.....	39
2.2 Programa	41
2.3 Ações	41
3 ACERVO MUSEOLÓGICO, BIBLIOGRÁFICO, ARQUIVÍSTICO, HEMEROGRÁFICO, AUDIOVISUAL, DOCUMENTAL, HISTÓRICO E FOTOGRÁFICO.	42
3.1 Diagnóstico.....	42
3.1.1 Formação das coleções:	42
3.1.2 Aquisição e descarte dos acervos:	46
3.1.4 Documentação:	47
3.1.5 Conservação e Restauração:	50
3.2 Programa	51
3.2.1 Aquisição e descarte de Acervos	52
3.2.2 Documentação	52
3.2.3 Conservação e Restauração	54
3.3 Ações	54
4 EXPOSIÇÃO.....	56
4.1 Diagnóstico.....	56
4.2 PROGRAMA	58
4.2.1 Exposições de Curta Duração.....	59
4.2.2 Exposições de Longa Duração.....	59
4.2.3 Exposições Itinerantes	59
4.2.4 Estrutura.....	60
4.2.5 Publicações.....	60
4.3 Ações	60
5 EDUCATIVO E CULTURAL.....	61
5.1 Diagnóstico.....	61
Visitação Museu da Abolição	63
5.2 Programa	63
5.2.1 Linhas de atuação	64
5.2.2 Estudos de Públicos.....	65
5.3 Ações	66

6 PESQUISA.....	67
6.1 Diagnóstico.....	67
6.2 Programa.....	67
6.2.1 Instituição.....	68
6.2.2 Temática.....	68
6.2.3 Acervo.....	68
6.2.4 Exposições.....	68
6.2.5 Educativo.....	69
6.2.6 Comunicação.....	69
6.2.7 Público.....	69
6.3 Ações.....	69
7 ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO.....	70
7.1 Diagnóstico.....	70
7.1.1 Aspectos físicos de entorno e instalações prediais.....	70
7.1.2 Legislação urbanística e aspectos legais e cadastrais.....	72
7.1.3 Informática, telefonia e automação predial.....	72
7.1.4 Condições da infraestrutura.....	73
7.1.5 Condições de trabalho, ergonomia e conforto ambiental.....	74
7.2 Programa de Necessidades.....	74
7.3 Programa.....	77
8 SEGURANÇA.....	78
8.1 Diagnóstico.....	78
8.1.1 Organização da Segurança.....	78
8.1.2 Planos e Trabalhos de Prevenção.....	78
8.1.3 Controle e Monitoramento.....	79
8.2 Programa.....	80
8.2.1 Estrutura e Recursos humanos.....	80
8.2.2 Planos e trabalhos de prevenção.....	80
8.2.3 Controle e Monitoramento.....	80
8.3 Ações.....	80
9 FINANCIAMENTO E FOMENTO.....	82
9.1 Diagnóstico.....	82
9.2 Programa.....	83
9.2.1 Captação de Recursos via AMAB.....	83
9.2.2 Acompanhamento de editais.....	83

9.2.3 Desenvolvimento de parcerias	83
9.2.4 Captação de Recursos no MAB	83
9.2.5 Identificação de potenciais doadores	83
9.2.6 Produção de bens para venda	84
9.2.7 Captação de Recursos por meio de emendas Parlamentares	84
9.3 Ações	84
10 COMUNICAÇÃO	85
10.1 Diagnóstico.....	85
10.2 Programa	87
10.2.1 Comunicação interna	87
10.2.2 Suporte.....	87
10.2.3 Comunicação Externa	88
10.3 Ações	88
11 ACESSIBILIDADE UNIVERSAL	90
11.1 Diagnóstico.....	90
11.2 Programa	91
11.2.1 Inclusão física	91
11.2.2 Inclusão Comunicacional e Cognitiva.....	91
11.2.3 Inclusão Atitudinal	91
11.2.4 Inclusão instrumental	91
11.3 Ações	91
12 SÓCIO AMBIENTAL	93
12.1 Diagnóstico.....	93
12.2 Programa	94
12.2.1 Reciclar e Retornar.....	94
12.2.2 Consumo Responsável e Sustentável	94
12.2.3 Parcerias para sustentabilidade do meio ambiente	94
12.3 Ações	94
INDICADORES E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	96
PARTE III	97
PROJETOS.....	97

APRESENTAÇÃO

Este Plano Museológico é resultado dos debates e reflexões da equipe do Museu da Abolição - MAB realizadas sobre a versão do Plano Museológico de março de 2012, o qual foi produzido a partir da primeira versão do Plano Museológico, de Fevereiro de 2007, e do dossiê elaborado pelo Grupo de Trabalho GT/MAB. Este GT foi criado a partir da realização do Seminário “O Museu que Nós Queremos”, realizado em março de 2005. O Seminário contou com a participação de representantes de diversas instituições culturais e religiosas, técnicos de museus, professores, representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais, o qual definiu a atuação do MAB sob a perspectiva da Museologia Social. A presente atualização foi desenvolvida em atendimento aos Art. 44 e Art. 46, Parágrafo 3º, do Estatuto de Museus, instituído pela Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, inserido na Política Nacional de Museus.

Maria Elisabete Arruda de Assis

INTRODUÇÃO

Este documento é produto dos debates e reflexões da equipe que integra o Museu da Abolição (MAB), composta por servidores do Ibram/MinC. Esta é a terceira versão deste documento, que atualiza a segunda versão do Plano Museológico do MAB, datada de 2012. Nesta perspectiva, atende à Portaria Normativa nº 1 de 05/07/06, que regulamentava a criação do Plano Museológico para as instituições ligadas ao Departamento de Museus e Centros Culturais/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Ministério da Cultura (DEMU/IPHAN/MinC).

A primeira versão do Plano museológico do MAB foi elaborada em 2007 com base nos documentos produzidos pelo GT/MAB (2005) que contou com intensa mobilização de comunidades do Estado de Pernambuco, em conjunto com técnicos e especialistas.

A primeira atualização do Plano Museológico ocorreu ao longo dos últimos meses de 2011 e início de 2012, em atendimento à Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, Seção III, Art. 46, Parágrafo 3º, que instituiu o Estatuto de Museus e define: “O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento”. Neste processo, foi definida a atuação do Museu da Abolição, de modo a adequá-lo às mudanças ocorridas nos últimos anos, em função das ações do Ibram e das transformações econômicas do Estado de Pernambuco. Em 2016 foram feitas atualizações do histórico e Programas do Plano Museológico do MAB, sem alteração da sua missão e objetivos. Este documento é o resultado destas atualizações.

Esta versão do Plano Museológico do MAB leva em consideração os trabalhos resultantes do quinquênio 2012-2016, durante o qual as políticas internas foram consolidadas, os projetos executivos de readequação dos espaços do museu e de sua museografia foram desenvolvidos, além dos novos projetos e programas que resultaram em uma ampliação e diversificação dos públicos. Todas as atividades desenvolvidas buscaram dar continuidade aos diálogos com a comunidade local, ou seja, a continuidade do processo participativo que marcou a construção do Museu da Abolição.

Este Plano está dividido em quatro partes: a primeira parte apresenta a caracterização da instituição e seu histórico; sua missão e objetivos; Pontos Fortes, e Pontos Fracos, e Ameaças e Oportunidades. A segunda parte apresenta os programas e os respectivos diagnósticos: Institucional, Espaço Físico e Instalações, Acessibilidade, Acervos, Exposições, Educativo, Segurança, Gestão de Pessoas, Exposições, Pesquisa, Financiamento e Fomento, Comunicação. A terceira parte constitui-se dos projetos mais relevantes a serem executados a partir dos Programas. A quarta parte é integrada pela minuta do regimento interno; planta-baixa do diagnóstico e ocupação atual do MAB; e planta-baixa com a readequação dos espaços do Museu.

Este documento será monitorado e avaliado anualmente, a partir do desenvolvimento dos Planos de Ações, realizado ao fim de cada exercício, os quais fazem parte do Planejamento Anual da institucional. Além disto, sua atualização deverá ser realizada a cada quatro anos.

PARTE I

CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1 HISTÓRICO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO

1.1 O Bairro da Madalena

As terras do bairro da Madalena pertenciam, originalmente, ao fidalgo Duarte Coelho Pereira, capitão donatário da capitania de Pernambuco, que as recebeu por meio da carta de Doação de D. João III. Duarte Coelho, por sua vez, doou estas terras para seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, e, após sua morte, seus filhos herdaram-na e foram vendendo suas propriedades. O bairro foi, no passado, uma das melhores zonas produtoras de açúcar.

O trecho onde está localizado o atual bairro da Madalena foi vendido no séc. XVII a Pedro Afonso Duro, casado com Madalena Gonçalves, que fundou no local um engenho de açúcar. O engenho estava localizado à margem de uma das vias de acesso ao interior da capitania de Pernambuco, a estrada Real, cujo trecho chamava-se “Passagem da Madalena”, referindo-se ao nome da proprietária deste engenho. A formação do bairro da Madalena está ligada à construção do engenho, que servia de referência, na época, por sua imponente presença. Ganhou nome e importância com o passar dos anos, surgindo, desta forma, residências em seu entorno, constituindo definitivamente o Bairro da Madalena.

1.2 O Sobrado Grande da Madalena

O engenho de açúcar estabelecido pelo fidalgo Pedro Afonso Duro foi vendido sucessivamente a vários proprietários que o mantiveram funcionando como engenho. O seu casarão era considerado um dos mais importantes da região no séc. XVII, e era conhecido como Sobrado Grande da Madalena. Durante as invasões holandesas, foi transformado em estância fortificada para resistência aos invasores, sendo palco de lutas pela restauração pernambucana.

No século XIX, pertenceu ao 3º Barão de Goiana, João Joaquim da Cunha Rego Barros¹, tio e sogro do Conselheiro do Império, Senador, Ministro e Chefe do Gabinete Imperial, João Alfredo Corrêa de Oliveira, que o recebeu como herança do falecido tio. Nessa época, passou a ser conhecido como o “Casarão de João Alfredo”. Assim como Joaquim Nabuco, João Alfredo foi um abolicionista que lutou pelo fim do sistema escravagista.

O casarão era construção de destaque no bairro da Madalena que se ia formando, com os novos sítios e casarões de famílias abastadas. Na segunda metade do século XIX sofreu uma grande restauração, adaptando-se ao estilo neoclássico da época: revestimento de azulejos, esquadrias com bandeiras, sacadas de ferro forjado e modificações arquitetônicas lhe deram a configuração atual, voltando a ser conhecido como Sobrado Grande da Madalena.

Durante o período da II Guerra Mundial foi ocupado por uma unidade do Exército Brasileiro. Após a segunda guerra, foi utilizado pela Cooperativa de Transportes João Alfredo e pela Companhia Pernambucana Autoviária Ltda., como garagem e oficina para conserto de ônibus. Por fim, abandonado e em péssimo estado de conservação, muitas famílias desabrigadas passaram a utilizar o imóvel como moradia.

¹ In, Vasconcelos, Lígia Rabelo Alves de, Gente de Goyanna: descendência dos casais João Joaquim da Cunha Rego Barros, Manoela de Castro Caldas (III Barões de Goiana) e José Ignácio Ferreira Rabelo, Manoel Francisca Xavier da Cunha Coutinho. Ed. Universitária da UFPE, 2002.

1.3 A criação do Museu da Abolição

Na década de 50 surge a proposta de criação do Museu da Abolição, elaborada pelo professor Martiniano Fernandes e encaminhada ao Senado Federal, através do Senador Joaquim Pires, como Projeto de Lei nº 39, de 14.05.1954, em honra aos abolicionistas João Alfredo e Joaquim Nabuco. Consta do texto do projeto que “se solicite à abertura de crédito necessário à aquisição do prédio onde residiu o Conselheiro João Alfredo, conhecido como Palacete da Madalena, para fazer adaptações e a instalação, nele, da Sede do **Museu da Abolição**”.

Em 22 de dezembro de 1957, o Presidente Juscelino Kubitschek criou o **Museu da Abolição** com Sede na Cidade do Recife, por meio da Lei Federal nº 3357, em homenagem àqueles dois abolicionistas.

1.4 Desapropriação, tombamento e reforma do Sobrado Grande da Madalena como sede do Museu da Abolição

Em 1960, a Câmara Municipal do Recife aprovou Projeto de Lei nº 103, que estabeleceu como de utilidade pública a desapropriação do Sobrado Grande da Madalena, com a finalidade de ser ali instalado o **Museu da Abolição**.

A desapropriação foi efetivada através do Decreto Municipal nº 4514 de 30/12/1961, sancionada pelo prefeito Miguel Arraes de Alencar, para a instalação do Museu, o qual passou a ser mantido pelo 1º Distrito da DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

As despesas para a desapropriação e restauração ficaram a cargo do Governo Federal. Para o cumprimento do estabelecido, a DPHAN, órgão responsabilizado pela manutenção e restauração do **Museu da Abolição**, repassou à Prefeitura Municipal do Recife a quantia de Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cruzeiros). Em 1964 ocorreu a emissão de posse do imóvel.

Em 28 de novembro de 1966, o Sobrado Grande da Madalena foi reconhecido e tombado pela DPHAN como Patrimônio Nacional, e inscrito no Livro Histórico de Tombo, volume um (1), folha 63, inscrição 389.

As obras de restauração do imóvel duraram vários anos, devido ao seu péssimo estado de conservação, à envergadura dos trabalhos e à dimensão do prédio. Foram iniciadas em 1968, estendendo-se até 1975, quando o 1º Distrito da DPHAN ali se instalou.

1.5 Definição do Museu da Abolição na estrutura do IPHAN

O Regulamento Interno do IPHAN, que definiu a estrutura, a área de atuação e a competência dos Museus e Casas Históricas da Instituição, foi publicado no Diário Oficial da União, por meio da norma 230, de 30/03/1976, artigos 2, 4 e 23. Nele a Sede do **Museu Abolição**, em Recife – PE, foi simplesmente vinculada ao Grupo VII - Unidade Museológica. Quando ocorreu a reformulação do IPHAN e criou-se a Fundação Nacional Pró-Memória, em 1979, a classificação do MAB no Regulamento Interno permaneceu a mesma, sem nenhuma outra especificação.

Na extinção da Fundação Pró-Memória e constituição do IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, os Museus não foram mencionados. Após este período, o **Museu da Abolição** ficou vinculado à Regional do IPHAN, atual Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

1.6 Inauguração do Museu da Abolição

Em setembro de 1982, o então Secretário de Cultura do Ministério de Educação e Cultura, Marcos Vinícius Vilaça, instalou um Grupo de Trabalho, com a tarefa específica de elaboração de um projeto, execução e implantação do **Museu da Abolição**, com inauguração determinada para 13/05/1983, sendo a Portaria correspondente publicada apenas em 12/04/1983. O Grupo de Trabalho foi integrado por Alair Barros, Olímpio Serra, Regina Timbó, Raul Lody e Roberto Motta.

Devido ao curto tempo disponível, o Grupo elaborou duas propostas: uma de curto prazo, para efetivar a inauguração do Museu; e outra de longo prazo, para dar as condições de funcionamento e desenvolvimento de suas funções e atribuições, assim como a montagem das seções técnicas e administrativas necessárias.

Naquele momento, foram explicitados os objetivos, metas, regulamento, estrutura, organograma, quadro mínimo de pessoal (15 funcionários), equipamentos e necessidades para sua implantação e funcionamento, proposta esta que nunca chegou a ser viabilizada.

Realizaram-se consultas através de correspondências a várias personalidades e instituições ligadas à temática afro-brasileira, solicitando sugestões e subsídios para a definição do **Museu da Abolição**. Cerca de 200 cartas foram enviadas, obtendo-se apenas pouco mais de 20 respostas. No relatório de avaliação, o Grupo de Trabalho concluiu que a forma de consulta utilizada não foi a mais proveitosa para a participação das referidas instituições e personalidades, indicando que a realização de um seminário traria maiores e melhores subsídios.

O **Museu da Abolição** foi oficialmente inaugurado em 13/05/1983, com a exposição “**O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais**”, de curta duração, com a maioria do acervo de outras instituições culturais, cedido por empréstimo ou em regime de comodato. A exposição ocupou 12 salas do pavimento superior e o hall de entrada principal do prédio.

1.7 Primeiro fechamento do Museu da Abolição

A exposição “**O Processo Abolicionista Através dos Textos Oficiais**” permaneceu montada até o ano de 1990. Naquele ano, o Museu foi fechado à visitação, em consequência da reforma administrativa imposta pelo governo de Fernando Collor. A rubrica orçamentária que constava do orçamento da Fundação Nacional Pró-Memória, denominada “manutenção do **Museu da Abolição**”, foi extinta. Do mesmo modo, foi extinto o contrato com a prestadora de serviços que fornecia os monitores, a recepcionista e a auxiliar de limpeza, ficando o Museu sem condições de atendimento ao público.

1.8 Reabertura do Museu da Abolição

Em setembro de 1996 o **Museu da Abolição** reabriu suas portas, com espaço físico consideravelmente reduzido, em virtude da ocupação do pavimento superior pela 5ª Superintendência Regional do IPHAN. O acervo existente na instituição, neste momento, também era mínimo em virtude da devolução de vários objetos às instituições de origem.

Neste período, o Museu passou a utilizar apenas o espaço do pavimento térreo, constituído por uma sala de exposição permanente, denominada “Memorial”, duas salas de exposições temporárias para expressões da cultura afro-brasileira, históricas e contemporâneas, um auditório e uma sala de administração. Do mesmo modo, seu reduzido quadro de pessoal era composto apenas por dois técnicos, funcionários do IPHAN, e um estagiário.

1.9 Segundo fechamento do Museu da Abolição

A partir de janeiro de 2005, o MAB foi obrigado a suspender o atendimento ao público, por falta de condições de trabalho e de estrutura para atendimento e desenvolvimento de suas ações.

Desta vez, a iniciativa partiu da própria administração do Museu, que conseguiu enxergar, na dificuldade apresentada, uma oportunidade para repensar o conceito da instituição. Criou-se, assim, o Seminário “O Museu que Nós Queremos” com o objetivo de mobilizar os diversos segmentos da sociedade, para discutir, conjuntamente, a missão, objetivos e o futuro do Museu da Abolição. Naquele momento iniciou-se o primeiro contato direto com a sociedade.

Durante a realização do Seminário, foram elaborados dois documentos que apresentaram sugestões e propostas, e reafirmaram a necessidade de ocupação física integral do Sobrado Grande da Madalena, e estabeleceu-se a criação de um Grupo de Trabalho, denominado GT/MAB. O grupo tinha por missão a apresentação de um dossiê estabelecendo a missão, os objetivos, e o processo necessário para a redefinição do novo Museu, com prazo de entrega para o mês de julho de 2005. Este grupo foi constituído por representantes de movimentos sociais, grupos religiosos, técnicos e acadêmicos, os quais se reuniam com a equipe do Museu, para refletir sobre o tema abolição e as expectativas da comunidade afrodescendente em relação ao Museu. Nos encontros do GT/MAB, buscou-se delinear o início de uma política museológica participativa, por meio das múltiplas visões dos envolvidos sobre o processo histórico abolicionista e suas consequências atuais.

O GT/MAB reuniu-se semanalmente, de março a julho de 2005, durante quatro meses, e elaborou o dossiê sobre o **Museu da Abolição**. Este documento serviu de base para a criação do primeiro **Plano Museológico**, o qual foi finalizado em 2007 com os seguintes itens: histórico do Museu, incluindo as legislações de criação, constituição e desapropriação do imóvel onde o Museu está localizado, situação organizacional dentro do IPHAN, diagnóstico e situação daquele momento, com a definição de missão, objetivos e metas, ações gerais e específicas e uma proposta de orçamento necessário para dar continuidade aos trabalhos e efetivar a reabertura do MAB. Todavia, as propostas de reestruturação física do Museu, colocadas nesta primeira versão do Plano Museológico não chegaram a se concretizar, uma vez que não houve recursos financeiros destinados para tal.

Além das reuniões do GT/MAB, foram efetuadas quatro pesquisas de opinião, junto à população, o que acrescentou subsídios aos trabalhos. Estas pesquisas também foram utilizadas para a elaboração do Plano Museológico, num processo participativo de criação entre técnicos, representantes de instituições culturais e religiosas, movimentos sociais e cidadãos em geral.

Em outubro de 2006, o Museu passou a contar com mais um técnico, que se integrou à sua equipe, por meio do concurso público do IPHAN realizado em 2005. Naquele momento, o quadro funcional passou a contar com: uma arquiteta, Evelina Grunberg; um museólogo, Adolfo Samyn Nobre de Oliveira; uma socióloga, Simone Novaes; e uma estagiária.

1.10 A criação da Associação de Amigos do Museu da Abolição (AMAB)

A Associação de Amigos do Museu da Abolição (AMAB) foi criada no dia 14 de dezembro de 2006, num processo de articulação entre os técnicos do Museu e a sociedade, visando ao desenvolvimento de ações para a reabertura do Museu, que, à época, encontrava-se fechado. A AMAB foi cadastrada como associação junto ao IPHAN, conforme estabelecia a Portaria Normativa nº1 de 12 de Janeiro de 2007.

A Associação possui estatuto reconhecido em cartório e desde abril de 2014, não realizou eleições para presidência e diretoria e, por este motivo, encontra-se com os cargos vacantes desde aquela data. A única iniciativa de captação de recursos foi a inscrição do Projeto Acessibilidade para a Abolição,

que propunha a instalação de um elevador e demais adaptações. O projeto foi inscrito no Programa CAIXA de Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro – Patrocínio 2013/2014, sob o nº 541, o qual foi desenvolvido pela equipe do MAB e arquitetas do Ibram, e foi aprovado. Todavia não houve contratação para execução do mesmo, uma vez que os débitos da Associação de Amigos não foram pagos.

A Associação foi reconhecida pelo Ibram”, por meio da Portaria nº 40, de 8 de fevereiro de 2013, de acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 27 de outubro de 2011, todavia a renovação deste reconhecimento ainda não ocorreu tendo em vista a não contratação do projeto aprovado pela CAIXA, assim como vacância da presidência e direção da AMAB. O Museu da Abolição vem mobilizando a comunidade local para revitalizar a associação, realizando reuniões e debates sobre a importância e criação de associações de amigos de museus, em articulação com alunos de museologia da UFPE e instituições museológicas de Recife e Olinda.

1.11 Transferência da gestão do MAB para a Administração Central do IPHAN

Em 29 de janeiro de 2007, através da portaria Nº 42 de 26/01/07, a gestão administrativa, financeira e patrimonial do **Museu da Abolição** foi transferida da 5ª Superintendência Regional para a Administração Central do IPHAN. O Departamento de Museus e Centros Culturais ficou responsável por sua operacionalização.

1.12 Exposição “O Que a Abolição Não Aboliu” e construção do Macro-roteiro

Em 12 de março de 2008, o museu reabriu com a Exposição Campanha “O que a Abolição não Aboliu” trazendo uma nova perspectiva do negro e da abolição. A exposição propunha, além do debate sobre o tema abolição, a participação do visitante, que podia “plantar” suas sugestões e ideias em um canteiro destinado a isto. As sugestões foram “colhidas” e compiladas pela equipe do museu, que as classificou em categorias como: infraestrutura, acervo, atividades, temas, divulgação, críticas e elogios, entre outros.

Em continuidade às ações de abertura e com a proposta de participação, o museu mobilizou o público em um processo de organização do seu espaço expositivo, denominado “Projeto de Elaboração Participativa da Exposição de Longa Duração do MAB”. O objetivo deste projeto era reunir os diversos segmentos da sociedade em torno do plano de reabertura do MAB e apresentar à sociedade o museu como espaço para reflexão sobre a temática abolição, em uma perspectiva histórica das lutas sociais e da resistência do povo negro, estabelecendo canais de participação efetiva da sociedade na sua gestão.

O público alvo foi composto pelos movimentos sociais interessados nos temas: direitos humanos, igualdade racial, raça/etnia, grupos religiosos de matrizes africanas; desenvolvimento de práticas participativas na gestão de instituições públicas; profissionais de museus; educadores; grupos artísticos de matriz africana, e acadêmicos com interesse de estudo nas questões gênero/raça/etnia.

A participação estava aberta a qualquer pessoa interessada, bastando comparecer às reuniões. Ao final, foram realizadas dez reuniões, com metodologias que variaram entre rodas de diálogos, oficinas e palestras. A meta era reunir um número expressivo e diversificado de pessoas para desenvolver as diversas fases da construção do projeto: elaboração do projeto de exposição de longa duração; apresentação do projeto consolidado aos participantes; debater a função social do museu e o papel dos museus na atualidade (museus, memória e poder); levantamento de temas e assuntos a serem abordados na exposição; análise do material coletado na exposição campanha; discussão dos temas e objetivos da exposição e organização dos temas nos espaços expositivos do Museu.

Com a intenção de manter o diálogo entre o museu e o público, foram desenvolvidas diversas formas de participação como: intervenções nas rodas de diálogo; mensagens enviadas por cartas ou correio eletrônico (dirigidos ao Museu da Abolição); contribuições semeadas na Exposição Campanha “O que a Abolição não aboliu”, e mensagens deixadas no blog do museu. O resultado de todo o processo participativo levou à criação de um macro-roteiro, composto por assuntos escolhidos e discutidos pelos participantes.

1.13 Criação do Ibram

Com a criação do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, cuja lei (Lei nº 11.906) foi sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2009, o Museu da Abolição passou a ser administrado por esta autarquia. O “Ibram” é vinculado ao Ministério da Cultura e sucedeu o antigo Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), incorporando os direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

1.14 Mudança da Superintendência do IPHAN-PE – 2010

Em fevereiro de 2010, a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em Pernambuco desocupou o espaço físico do prédio do Museu da Abolição, onde estava instalado há mais de 30 anos e passou a funcionar no Palácio da Soledade, localizado no bairro da Boa Vista, com a parceria IPHAN-UNICAP. Com a saída do IPHAN, o Museu da Abolição passou a ocupar o casarão integralmente, com a possibilidade efetiva de realizar seus objetivos e cumprir sua missão, em sua plenitude, como uma instituição museológica.

1.15 Exposição de longa duração: “Exposição em processo”

A idéia de elaboração da Exposição em Processo surgiu nos encontros realizados no Museu, por ocasião do Seminário o Museu que Nós Queremos, realizado em 2005, e da criação do Grupo de Trabalho MAB, que desenvolveu as linhas gerais que fundamentaram a missão institucional e os objetivos do Museu da Abolição. Foi com base nos documentos criados por este grupo e nos debates que o sucederam, com a participação de muitos dos seus integrantes, que se deu início ao desenvolvimento do roteiro e temas da exposição. A exposição foi inaugurada no dia 20 de novembro de 2010, Dia Nacional da Consciência Negra.

A proposta da exposição era ser permanentemente atualizada, renovando-se conforme a dinâmica da memória dos diversos grupos que se debruçam sobre os temas que ela aborda, e com isto permitir que os conflitos inerentes à sua construção se expressassem em seus resultados. Esta perspectiva tinha como suporte a minimização dos desgastes que sofrem as exposições institucionais de longa duração, dos museus em geral, uma vez que necessitam ser alteradas por completo, após longo período, em virtude de não corresponderem às surgentes interpretações sobre determinado aspecto do tema tratado.

A exposição ocupava o saguão de entrada, a escadaria principal e seis salas do piso superior, contando com alguns objetos do acervo do MAB, objetos doados por ocasião da montagem da exposição, e outros cedidos ao museu pelos próprios participantes das oficinas.

Desde a sua concepção, estava previsto um momento para reflexão, análise e avaliação da exposição. Por este motivo, em agosto de 2011 o museu convidou a sociedade a avaliar a exposição, por meio de debate, visita mediada e aplicação de questionário, no qual foram apontados os aspectos frágeis e os

aspectos fortes identificados. A avaliação indicou que a sala três, referente à religião de matriz africana, e a sala cinco, referente às leis abolicionistas e aos movimentos das lutas libertárias, deveriam ser reformuladas expográfica e conceitualmente.

A partir desta avaliação, foram criados dois grupos de trabalho que desenvolveram novas propostas para estas duas salas no final de 2011. Estas propostas foram desenvolvidas na forma de projetos, os quais foram encaminhados para o Ibram, como Plano de ação, e para captação de recursos em editais de outras instituições. Os recursos solicitados ao Ibram, para o desenvolvimento da proposta da sala três, foram aprovados parcialmente. Assim, em 2012 foi realizada a reestruturação expográfica da sala 03 (religiosidade) com a inclusão de indumentárias de Orixás e da sala 05 (processo abolicionista), foram inseridos módulos tridimensionais e vitrina contendo objetos comemorativos da abolição.

A Exposição em Processo foi desmontada em setembro de 2013 em virtude de seus suportes, feitos de papelão, estarem se decompondo. O MAB também convidou a sociedade, iniciando com um debate sobre o processo da exposição e encerrando com a desmontagem da exposição.

Em seu lugar foi montado a Mostra do Acervo Museu da Abolição, que compôs a programação do Mês da Consciência Negra, para que o público conhecesse o acervo do Museu, que se encontrava em reserva técnica desde 2010. A Mostra foi composta do acervo histórico, adquiridos para compor a exposição inaugural do Museu da abolição “O Processo Abolicionista através dos textos oficiais”, realizada em 1983, e também apresentou a escultura “Samburu Dance I” da artista holandesa Marianne Houtkamp.

As salas expositivas foram divididas de acordo com a utilização das peças, sendo: a primeira, intitulada Sala dos Abolicionistas, a qual expôs os bustos de dois dos principais abolicionistas (João Alfredo e André de Rebouças), além da escultura (Samburu Dance I) que representa uma mulher da tribo Samburu no Quênia dançando; a segunda sala, Economia/Trabalho, exibiu as peças relacionadas ao ciclo do ouro, ciclo do açúcar, além de objetos de tortura destinados aos escravos; a terceira sala, Cotidiano, apresentou as peças tipicamente utilizadas pela aristocracia e por seus escravos; na quarta sala, Religiosidade, mostrou os objetos relacionados aos cultos de matriz africana, incluindo instrumentos musicais e objetos utilizados no catolicismo. A última sala foi deixada vazia para estimular aos visitantes reflexões sobre o vazio no Museu, coleta de acervo e acervos de interesse do MAB.

Essa Mostra ficou em cartaz até setembro de 2014, sendo substituída pela exposição “Cicatrizes” do artista plástico Braz Marinho, composta por desenhos, pinturas, esculturas e vídeo instalação, escolhidas sob a curadoria de Kareem Almeida, Raul Córdula e Charles Martins que traduzem um breve resumo da trajetória do artista plástico. As reflexões propostas nas obras de Braz, em sintonia com a missão e os objetivos do Museu da Abolição, ofereceram ao público uma oportunidade para refletir sobre questões transversais que tangenciam os temas de interesse institucional. A exposição foi encerrada em 07 de maio de 2015.

No dia 13 de maio de 2016, foi inaugurada a exposição das fotografias selecionadas do IV Concurso Mestre Luís de França - 2015, cujo tema foi “127 Anos de Abolição”, o qual buscou estimular a visão crítica e estética sobre a Abolição, seus antecedentes e consequências na formação da sociedade atual e no imaginário social. Além destas, também estiveram presentes outras fotografias do acervo do Museu da Abolição resultante dos concursos anteriores (2002, 2003, 2005) selecionadas a partir do tema do Projeto Selos 2016: Negra|Protagonista. Estas imagens refletem as discussões que o Museu vem realizando no sentido de desenvolver sua missão institucional, a partir de questões relacionadas à valorização da mulher negra, sua beleza e estética afrodescendente; o direito ancestral das religiosidades de matriz africana; e os reflexos da abolição oficial na sociedade contemporânea.

1.16 Chegada dos Novos Servidores

No segundo semestre de 2010, chegaram os recém-concursados para completar o quadro de servidores do Museu da Abolição, nomeados pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. O quadro do Museu passou a ter a seguinte configuração: um (1) Diretor; um (1) Técnico II; um (1) Técnico I; um (1) Analista I - Administração; um (1) Assistente Técnico; um (1) Técnico em Assuntos Culturais - Museologia; um (1) Técnico em Assuntos Educacionais; dois (2) Estagiários na área de museologia. A equipe do MAB foi ampliada com a chegada da nova diretora, em 2012, e com a transferência de um Analista I do Ibram sede, em 2013.

1.17 Reforma e Restauro - Recursos do PAC das Cidades Históricas

Em 2013 o MAB foi contemplado com Recursos do PAC das Cidades Históricas, para viabilizar reforma, restauro e requalificação do Museu, com R\$3.600.000,00. Parte destes recursos (R\$510.000,00) foi executados para desenvolver os projetos executivos concernentes a arquitetura, museografia, restauração de bens móveis integrados, comunicação visual e sinalização, sistemas elétrico, hidráulico, climatização e de segurança, prevenção e combate a incêndios, paisagismo e pavimentação, instalações mecânicas, planilha de orçamento e cronograma físico-financeiro. Os projetos estão prontos e aprovados pelo corpo de Bombeiros de Pernambuco desde janeiro de 2016. Foram submetidos ao IPHAN-DF, à equipe do PAC, e aguardamos sua aprovação orçamentária para sua execução, que contará com licitação e contratação da empresa vencedora.

1.18 Diretores do Museu da Abolição em Ordem Cronológica

1984 (maio a dez) - Alair Siqueira Barros

1984 a 1990 - Angela de Barros Sumavielle

1990 a 1996 - Museu fechado- Responsável: Superintendente do IPHAN

1996 a 2001 - Fernando Augusto de Souza Lima

2002 a 2009 - Evelina Grumberg

2010 a 2011 - Adolfo Nobre

2011 a 2012 - Fabiana Sales

2012 – - Maria Elisabete Arruda de Assis

2 DEFINIÇÃO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO

2.1 Missão

Preservar, pesquisar, divulgar e comunicar, valorizar e difundir a memória, os valores históricos, artísticos e culturais, o patrimônio material e imaterial dos afrodescendentes, por meio de estímulo à reflexão e ao pensamento crítico, sobretudo quanto ao tema abolição, contribuindo para o fortalecimento da identidade e cidadania do povo brasileiro.

2.2 Visão

Promover o Museu da Abolição como instituição federal de referência nacional da cultura afro-brasileira.

2.3 Valores

- Ética, zelo e transparência na gestão do patrimônio e recursos;
- Comprometimento e compromisso com a comunidade local;
- Respeito à diversidade dos públicos;
- Respeito e valorização da equipe de trabalho.

2.4 Objetivos

2.4.1 Objetivo geral

Estabelecer o Museu da Abolição como Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira

2.4.2 Objetivos Estratégicos

- Desenvolver ações de preservação, salvaguarda e segurança do patrimônio edificado e acervos do Museu;
- Promover a integração e a comunicação entre as áreas de trabalho do MAB;
- Estimular práticas culturais e educativas no espaço do museu e nas atividades a serem desenvolvidas com seus parceiros;
- Promover ações de reconhecimento, valorização e preservação do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro, material e imaterial, nas instituições e comunidades afrodescendentes;
- Promover ações sobre temas transversais, referentes aos direitos humanos: acesso ao trabalho, políticas públicas de inclusão, intolerância religiosa, racismo, preconceito, exclusão, gênero, etnias, liberdade, trabalho escravo contemporâneo etc.; de modo a incentivar o fortalecimento da autoestima e promover a visibilidade afirmativa dos afrodescendentes na sociedade brasileira;
- Implantar rede de articulação e cooperação com instituições e movimentos afins, públicos e privados, religiosos, culturais e de ação social;

- Desenvolver parcerias com Universidades e instituições de ensino com vistas a desenvolver projetos de pesquisas sobre as temáticas: cultura afro-brasileira, abolição e temas correlatos;
- Fomentar a expansão dos acervos a partir de editais, pesquisa, coleta e incentivo às doações, junto às instituições universitárias, museológicas, comunidade em geral e movimentos sociais e religiosos afrodescendentes;
- Promover cursos de capacitação para professores da rede pública, de nível fundamental e médio, visando instrumentalizá-los para o trabalho com o patrimônio cultural dos afrodescendentes como recurso auxiliar para inserção do tema nos currículos escolares, com base na Lei Federal nº 10.639/03;
- Promover as ações do Museu em consonância com a Lei nº 12.343 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura e com a Política Nacional de Museus;
- Gerenciar os riscos mapeados no Plano de Gestão de Riscos e desenvolver ações de mitigação dos riscos mapeados;
- Desenvolver ações de preservação, pesquisa, divulgação e comunicação, valorização e difusão da memória, dos valores históricos, artísticos e culturais, e do patrimônio material e imaterial dos afrodescendentes.
- Desenvolver ações de marketing museal para o fortalecimento e visibilidade do museu junto à comunidade e seus diversos públicos.

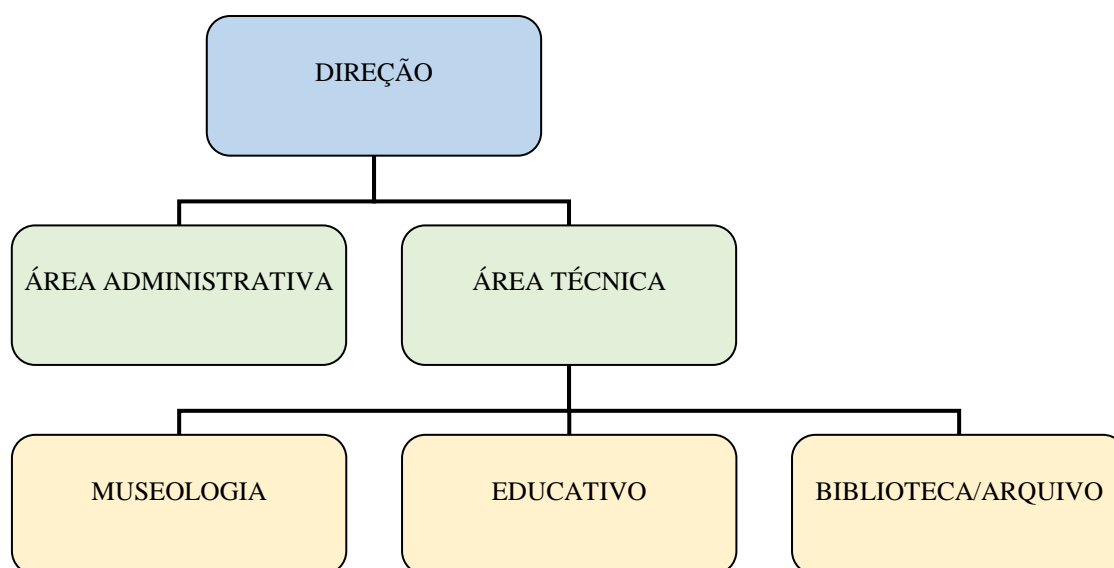
3 DESCRIÇÃO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO

O Museu da Abolição é uma unidade museológica integrante do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram/MinC. É regido pela Lei nº 11.904 que institui o Estatuto de Museus, e pelo DECRETO nº 8.124 que o regulamenta.

O planejamento orçamentário do MAB é realizado anualmente em conjunto com o Ibram/DPGI - Departamento de Planejamento e Gestão Interna, ao final de cada ano, com previsão para o ano seguinte

3.1 Organograma e Equipe de colaboradores

A atual estrutura organizacional do MAB é apresentada no diagrama abaixo.



Atualmente o quadro funcional do Museu possui a seguinte configuração:

Do Ibram:

- ✓ 01 Diretor da Unidade Museológica
- ✓ 01 Técnico II
- ✓ 03 Técnicos em Assuntos Culturais
- ✓ 01 Chefe de Serviço (Analista I)
- ✓ 01 Analista I
- ✓ 01 Assistente Técnico

Terceirizados:

- ✓ 06 funcionários responsáveis pelos serviços de limpeza e conservação predial
- ✓ 08 vigilantes, divididos em 2 postos diurnos (4 vigilantes) e 2 postos noturnos (4 vigilantes)
- ✓ 02 recepcionistas
- ✓ 04 estagiários, nas áreas de museologia, ciências sociais, administração e comunicação.

3.2 Legislação e Normas

As leis, decretos, portarias e instrumentos normativos brasileiros pertinentes à gestão e segurança dos museus e seus acervos podem ser consultadas através do *website* do Ibram (<http://www.museus.gov.br/acesoainformacao/o-Ibram/legislacao>) ou em publicação da Câmara dos Deputados (<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/14599>).

Visto que o edifício histórico do MAB (Sobrado Grande da Madalena) é tombado pelo IPHAN, cabe mencionar o *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional no âmbito federal.

Cabe também destacar a *Lei nº 10.639, de 09/01/2003*, que obriga a inclusão da temática “História e Cultura Afrobrasileira” no currículo oficial da Rede de Ensino, e a *Lei nº 13.019, de 31/07/2014*, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil.

Por estar situado no Estado de Pernambuco, o Museu da Abolição ainda obedece ao COSCIPE - Código de Segurança contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco - (Lei nº 11.186), regulamentado pelo Decreto Estadual nº 19.644, de 13 de março de 1997.

3.3 Participação em organizações nacionais e internacionais

A partir de 2009, por iniciativa do Ibram, que assumiu o pagamento das respectivas anuidades, o Museu passou a ser membro da Associação Brasileira de Museologia (ABM) e do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

3.4 Parcerias e Cooperação Técnica

Desde 2005 o MAB vem desenvolvendo parcerias com os movimentos sociais e instituições públicas e privadas. A partir de 2012 estas parcerias foram intensificadas e algumas delas formalizadas para desenvolvimento de projetos que resultem em ampliação das atividades e acervos do MAB, assim como captação de recursos para desenvolver projetos. Dentre estas podemos citar o ACT entre o MAB e a Fundação Joaquim Nabuco para produção e diagramação do livro “Histórias Femininas: Mulheres na História, História de Mulheres”; e a parceria estabelecida entre o MAB e o Centro Cultural São Paulo, para realização de pesquisa, mapeamento e digitalização do acervo afro-pernambucano que se encontra sob a guarda daquele Centro, no Acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas Mario de Andrade. O projeto foi denominado “Repatriação Digital” e digitalizou todos os objetos e documentos identificados naquele acervo e passa a compor o acervo digital do MAB que pode utilizar as fotografias dos objetos mapeados durante 20 anos. Além destas, outras parcerias foram desenvolvidas com a Prefeitura da Cidade do Recife (Secretaria de Direitos Humanos,

Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Educação - GTERE); com o Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria de Educação); com a Universidade Federal de Pernambuco (Departamento de Antropologia e Museologia, Departamento de História e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros); com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (Departamento de Educação e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros); e com o IPHAN-PE.

3.5 Visitação

A visitação ao Museu da Abolição pode ser feita de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, aos sábados, das 13h às 17h, e abre em alguns feriados das 9h às 17h. A entrada é gratuita. O visitante pode conhecer o museu por conta própria ou solicitar o acompanhamento de um dos mediadores. Para consulta ao acervo documental e bibliográfico, faz-se necessário o agendamento prévio. A visita poderá ser realizada das 9h às 16h, de segunda à sexta-feira. O Museu fecha para limpeza toda segunda-feira do mês.

3.6 Espaço físico e instalações

A área total construída do MAB inclui: Sobrado, teatro de arena, anexos, garagem e guarita. O Sobrado Grande da Madalena é assim dividido: o pavimento térreo apresenta 13 ambientes com um pequeno jardim interno nos fundos e o pavimento superior é dividido em 12 ambientes. A área externa da sede do MAB possui amplo jardim com teatro de arena, camarins, banheiros, garagem, copa e estacionamento, onde são desenvolvidas atividades artísticas e culturais. Os espaços do museu se encontram distribuídos da seguinte forma:

Área Total do terreno	6.302,74 m ²
Área existente do pavimento térreo (sobrado)	570,16 m ²
Área existente do 1º pavimento (sobrado)	517,96 m ²
Área total do Sobrado	1.088,12 m ²
Área total do anexo	213,75 m ²
Área total de construção (sobrado e anexo)	1.301,87 m ²
Área de solo impermeabilizado	2.144,20 m ²
Área total de solo natural	2.571,32 m ²

Fonte: levantamento realizado em 2010 pela empresa ArqD.

3.7 Acervos

Os bens culturais pertencentes ao Museu da Abolição compreendem os acervos Museológico, Bibliográfico, Arquivístico e Hemerográfico.

Atualmente o acervo museológico é composto pelo conjunto inicial de cento e trinta peças, caracterizado por objetos históricos ligados à temática da escravidão, tais como instrumentos de tortura, objetos representativos das casas grandes e dos engenhos, objetos religiosos e objetos comemorativos referentes à abolição (selos, moedas, medalhas, etc.), fruto de aquisições realizadas entre 1983 e 1989, e mais algumas peças adquiridas por doação ou transferência, realizadas a partir de

2010 e entre os anos de 2012 e 2015, representativos da temática do MAB expressa em sua missão e objetivos, tais como objetos artísticos (telas, esculturas) pertencentes ao contexto afro-brasileiro, fotografias e objetos característicos da cultura africana que ainda estão em processo de registro e catalogação, totalizando como acervo museológico 275 itens.

O acervo bibliográfico é composto por 2.873 *livros e periódicos* catalogados e aproximadamente 150 pastas (3 metros lineares) de *hemeroteca*. Os assuntos relacionam-se a: *Abolição; Antropologia; Arte; Biografia; Cultura; Economia; Educação; Escravidão; Etnologia; Folclore; História; IPHAN; Literatura; Literatura de Cordel; Museologia; Patrimônio; Personalidade; Racismo; Referência; Religião; Resistência; Sociologia e Saúde, o que facilitou o atendimento ao público.*

O acervo arquivístico divide-se em *documental* (15 metros lineares), *histórico* (31 itens), *fotográfico* (2.473 itens) e *audiovisual* (253 itens).

3.8 Públicos

Os públicos atendidos pelo MAB são bastante diversificados e se distinguem entre si de acordo com os serviços procurados. O público do educativo varia entre estudantes do ensino fundamental, médio, de graduação e professores dos diversos níveis; a biblioteca e hemeroteca também recebe este mesmo público, além de pesquisadores e interessados na temática afro; o mini-auditório e demais espaços são demandados por diversas instituições públicas, comunidades, movimentos sociais, culturais e religiosos de matriz africana, para realização de eventos; os jardins são frequentados por estudantes das escolas próximas ao museu, trabalhadores do entorno que utilizam os bancos para descanso durante os intervalos de repouso e alimentação, e público em geral que visita o museu. Além destes, existe o público interno (servidores, estagiários, e terceirizados), para o qual são destinadas atividades específicas.

4 ATUAÇÃO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO

O Museu da Abolição vem buscando implantar uma linha de atuação que engloba o fortalecimento de parcerias com outras instituições e com a comunidade local, buscando ampliar a rede de articulação e cooperação entre instituições públicas e privadas e movimentos sociais, religiosos e culturais.

Isso tem sido feito a partir da reflexão e da atuação sobre questões importantes que exploram macrotemas, tais como: Gênero; inclusão social; institucionalização da memória das minorias; afirmação positiva do continente Africano; etc.

Também vem desenvolvendo ações de promoção, integração e valorização da imagem institucional bem como de sua equipe e dos serviços prestados a fim de facilitar o desenvolvimento do trabalho e dar um atendimento de qualidade ao público do museu.

Destacam-se como relevantes as ações e atividades abaixo:

4.1 Desenvolvimento de Projetos e Parcerias

Para enfrentar necessidades de recursos financeiros, viabilizar captação de recursos, e ampliar a oferta de atividades e dos públicos frequentadores, o MAB vem desenvolvendo diversos projetos com sua equipe técnica, em parceria com instituições públicas e privadas. Neste sentido, a partir dos editais que são lançados e das demandas do público, os projetos são desenvolvidos, formatados e apresentados nos prazos exigidos pelos editais e, da mesma forma, parcerias são desenvolvidas com instituições mapeadas que consigam, de algum modo, colaborar para realizar os projetos desenvolvidos. O MAB já aprovou quatro projetos no edital da lei de Incentivo do Estado de Pernambuco (o Funcultura), sendo um em 2014, outro em 2015 e dois em 2017. Além disto, vem formalizando importantes parcerias: Fundação Joaquim Nabuco, Centro Cultural São Paulo, Museu do Estado de Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal rural de Pernambuco, Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura da Cidade do Recife, etc.

4.2 Exposições Itinerantes

O MAB realiza exposições itinerantes, que podem ser demandada pela sociedade, a partir de três (3) acervos:

1. Recortes de jornais da hemeroteca, que podem ser selecionados a partir de temas correlatos a cultura afro-brasileira e museologia;
2. “La SAPE: O Culto da Elegância na África Contemporânea”, composto por 20 fotografias de Sapeurs, estudantes congolezes de Brazzaville e de Kinshasa, que residem em Recife. A fotógrafa é Silvania Nobre, e curadoria do antropólogo Antonio Motta;
3. Instantâneas da África, de Diego Di Niglio, composto por 24 fotografias impressas e quatro (4) textos explicativos.

4.3 Exibição de filmes – Videoteca

O MAB dispõe de um acervo de 187 vídeos, cuja lista encontra-se no site da instituição e que estão disponíveis para utilização de qualquer visitante. Para assistir aos filmes é necessário consultar a lista e solicitar por email ou telefone o agendamento do mini auditório para a exibição do título solicitado.

4.4 Apoio a ações educativas realizadas por outras instituições

O MAB disponibiliza 03 (três) das suas salas do pavimento térreo para realização de exposições temporárias ou atividades socioeducativas, sem fins lucrativos e sem ônus para o proponente. Também disponibiliza o auditório com capacidade para receber 50 pessoas equipado com equipamento de som, vídeo e tela de projeção. A utilização destas salas atende às demandas espontâneas da comunidade. A proposta pode partir de pessoa física ou jurídica, desde que dialogue com a missão e objetivos da instituição.

Da mesma forma, o espaço externo do museu (jardim, teatro de arena e camarins) pode ser utilizado para a realização de atividades lúdicas e socioeducativas, tais como apresentações, recitais, e demais eventos culturais. Este espaço também é disponibilizado por meio de demanda espontânea, e, da mesma forma que a utilização das salas, tem por pré-requisito o diálogo com a missão e objetivos da instituição.

4.5 Realização de debates/cursos/fóruns/palestras voltados para a discussão de temas ligados à cultura afro-brasileira

O Educativo do MAB também realiza projetos, cuja demanda parte da própria comunidade do entorno, colaboradores e escolas vizinhas, coletivos, organizações e instituições públicas e privadas. Isto demonstra o reconhecimento do Museu como espaço da comunidade e parceiro no desenvolvimento de atividades voltadas para o interesse coletivo, potencializando o desenvolvimento de suas propostas socioeducativas.

4.6 Ludoteca

A Ludoteca do Museu da Abolição é um espaço destinado ao uso de brinquedos e jogos organizados para o livre uso dos visitantes, em sua maioria crianças e adolescentes. Estes jogos e brinquedos possuem uma função pedagógica intrínseca, ao proporcionar interação, socialização, aprendizado e diversão entre aqueles que os utilizam.

É fruto de uma parceria entre o Museu da Abolição e o Bureau de Cultura, tendo sido implementada com recursos do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura-PE). Com o término das atividades do projeto, o MAB recebeu como doação a estrutura, materiais e equipamentos montados para o funcionamento do espaço e, atualmente, o atendimento é realizado pela própria equipe de mediação do Museu.

4.7 Visitas Mediadas

O educativo do MAB oferece visitas mediadas que facilitam o diálogo entre o visitante e as exposições, estimulando a participação direta do público na construção de discursos e questionamentos acerca dos elementos expográficos. O atendimento é voltado para os grupos escolares e organizações de natureza diversificada. Por este motivo, coloca a atuação do Museu e seu acervo

como um recurso alternativo no auxílio ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e socioeducativas do professor e no atendimento da Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio.

4.8 Palestras Educativas

O Museu da Abolição vem realizando, desde 2012, um projeto voltado para a inclusão educativa dos seus servidores, terceirizados e estagiários por meio de palestras e atividades educativas. O objetivo é aprimorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho, manter os funcionários motivados e informados sobre a instituição em que trabalham e sua mantenedora.

5 ANALISE SWOT

5.1 Pontos Fracos e Fortes

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
Não possui regimento interno consolidado	Estimula a participação da comunidade em suas atividades
Quadro de servidores insuficiente	Dispõe de um amplo jardim, teatro de arena, camarins e amplo estacionamento
Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira ainda não consolidado	Ocupa um casarão tombado pelo IPHAN com arquitetura do séc. XIX e riqueza de seus elementos decorativos (azulejos)
Não possui acessibilidade física e comunicacional para os visitantes com necessidades especiais	Possui ótima localização
Não possui climatização para as áreas de exposição, nem para a área de serviço técnico e administrativo	Possui orçamento para despesas de pequeno vulto e extraordinária
Não possui sinalização externa e a sinalização interna é precária	Possui amplo espaço para desenvolvimento de diversas atividades
Vulnerável à poluição sonora, em virtude de ausência de climatização, o que dificulta as atividades propostas	Possui proposta museológica e museográfica participativa e de vanguarda
Inadequação dos espaços do museu	É um museu reconhecido pela comunidade afrodescendente
Apresenta estrutura física em estado de degradação, o que compromete muito os serviços prestados	Possui programa educativo com atendimento às escolas e comunidade
Ausência de sistema de segurança interna e externa e plano de emergência para salvar pessoas e acervo	Possui participação da comunidade na proposição e realização de projetos e atividades socioeducativos e culturais
Possui acervo iconográfico e documental não digitalizado	Possui temática de interesse e relevância à cultura brasileira
Possui Associação de Amigos sem atuação	É uma instituição federal e representante do Ibram no estado
Não possui exposição de longa duração	Possui projeto expográfico aprovado que aguarda a reforma e restauro do casarão para ser executado

Não possui pesquisa e publicação que divulgue estudos, exposição e acervos	Disponibiliza acervos para a comunidade, para fins de pesquisa e exposição
Pouca divulgação junto aos meios de comunicação de massa	Possui integração com outras instituições e fundações culturais do estado
A ausência de climatização deixa o museu vulnerável à poluição do ar, o que põe em risco todo o seu acervo	Desenvolve parcerias com instituições públicas e privadas, municipais, estaduais e federais, assim como com movimentos sociais e ONG's
Dificuldade para executar os projetos executivos de reforma e restauro	Possui projetos executivos concernentes a arquitetura, museografia, restauração de bens móveis integrados, comunicação visual e sinalização, sistemas elétrico, hidráulico, climatização e de segurança, prevenção e combate a incêndios (aprovados pelo corpo de Bombeiros de Pernambuco), paisagismo e pavimentação, instalações mecânicas, planilha de orçamento e cronograma físico-financeiro
Dificuldade na Implementação do Plano de Gestão de Risco	Possui Plano de Gestão de Risco e mapeamento dos riscos por ordem de importância / ocorrência

5.2 Ameaças e Oportunidades

AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
Não conclusão da obra do entorno do MAB (Túnel) e reabertura da entrada do estacionamento, interferindo na acessibilidade de ônibus e carros ao estacionamento;	Possui uma comunidade envolvida em suas atividades;
Ausência de política pública voltada para a preservação do entorno do Museu e sua área de tombamento;	Instalação de sinalização externa e placas indicativas no entorno, implicando em visibilidade e aumento de público;
Não reconhecimento da instituição, como Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira;	Existência de Curso de Museologia na Universidade Federal de Pernambuco;
Ausência de segurança pública na área externa, afetando a segurança dos públicos;	Existência de políticas públicas voltadas para o setor de Museologia e para o setor cultural;
Não execução dos projetos de reforma e restauro do casarão, podendo inviabilizar a instituição.	Desenvolvimento socioeconômico do Estado de Pernambuco, desencadeado por grandes investimentos no setor industrial e de serviços;
Obras do Túnel da Abolição sem previsão de conclusão.	Finalização da obra do túnel trará maior visibilidade em virtude da praça que será instalada ao lado do Museu, acima do túnel, causando um maior impacto visual aos que chegam à cidade pelo corredor leste/oeste.
	Utilização de imagens do acervo, do conjunto arquitetônico e elementos decorativos em produtos comerciais, para promover a instituição

PARTE II

PROGRAMAS

1 INSTITUCIONAL

1.1 DIAGNÓSTICO

Desde sua criação em 1983 até o mês de janeiro de 2003 a gestão administrativa, financeira e patrimonial do Museu da Abolição esteve subordinada à Administração Central do IPHAN. Entre 2003 e 2009, esta responsabilidade ficou a cargo do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU)/IPHAN. Com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, por meio da Lei 11.906, de 20 de janeiro de 2009, o Museu da Abolição passou a ser uma Unidade Museológica integrante do Ibram, ao lado de outras 28 instituições museais em todo o país.

O funcionamento do Museu da Abolição é regido pelo Estatuto dos Museus, instituído pela Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Por não ser Unidade Gestora, e por ter uma Associação de Amigos desarticulada, desde abril de 2014, o MAB tem se utilizado de parcerias com produtoras culturais para captar recursos. O seu regimento interno ainda não está consolidado, sua minuta, constituída desde 2007 foi submetida ao Ibram para aprovação, entretanto aquela autarquia solicitou ajustes de acordo com o Manual de elaboração de regimento interno. Os ajustes estão em fase de finalização e a nova minuta (Anexo I) será submetida novamente ao Ibram para aprovação e publicação, o que deve ocorrer no primeiro semestre de 2018. Diante das questões apontadas o Museu encontra dificuldades em cumprir todas as determinações estabelecidas no Estatuto de Museus.

A equipe do MAB realiza anualmente o Plano de Ações para o exercício do ano subsequente e o submete ao Ibram, junto com o orçamento previsto para as ações, a serem aprovados com posterior liberação dos recursos. Ao mesmo tempo, a equipe desenvolve projetos para captação de recursos em parceria com produtoras locais. Desde 2015 são inseridos no Plano de ações os projetos de reforma e restauro e museográfico, os quais foram produzidos entre os de 2014 e 2015, com recursos do PAC das Cidades Históricas. Os projetos foram submetidos ao DPE/IPHAN sede (DF), após aprovação do Corpo de bombeiros e Prefeitura do Recife para exame do orçamento e posterior liberação para licitação e contratação das obras pelo IPHAN-PE.

Em 2017 foram desenvolvidas duas exposições, uma temporária que contou com recursos captados no Funcultura (Lei de Incentivo do governo do Estado de Pernambuco) – Repatriação digital dos Objetos Confiscados de Terreiros; e outra de longa duração com recursos do Ibram – Novos Objetos, Novas Coleções, as quais antecipam, de algum modo, os conteúdos do projeto expográfico que será desenvolvido após as obras de reforma e restauro, ao mesmo tempo em que anunciam novas perspectivas de atuação do Museu, junto às comunidades afrodescendentes de Pernambuco, e novas perspectivas de coleções e acervos da instituição. Neste sentido, enquanto a equipe do MAB aguarda a realização das obras que irão qualificar a instituição, investem na produção de projetos para captar recursos e trabalhar na perspectiva do que está definido no projeto museográfico que será desenvolvido após a reforma.

1.1.1 Recursos humanos disponíveis e sua adequação

O quadro de pessoal do Museu da Abolição manteve-se reduzido até o início de 2010, contando apenas com dois servidores e dois estagiários, o que dificultava o desenvolvimento de ações e projetos, provocando sobrecarga de trabalho. Com a realização do concurso público do Ibram, quatro novos servidores ingressaram no quadro do Museu, sendo dois na área de Administração, um na área de Educação, e um na área de Museologia. No mapeamento realizado a pedido do Ibram / DPGI, em 2010, sobre a quantidade de servidores necessários para a composição da equipe do MAB, foi indicado a necessidade de oito (8) servidores, além dos dois (2) já existentes, apontando para a necessidade de um total de 10 servidores. A aprovação deste mapeamento foi desmembrada em duas etapas: uma primeira que contemplou a inclusão de quatro (4) novos servidores, no primeiro semestre daquele ano. A segunda etapa, ainda não ocorreu. Com a posse da nova diretora, em janeiro 2012, a

equipe de servidores foi ampliada. Em março de 2013, o MAB recebeu mais um servidor, Analista I, transferido do Ibram sede, para ocupar o cargo de chefia de serviços, o qual estava disponível desde janeiro. A instituição conta hoje com oito servidores e quatro estagiários das seguintes áreas de formação: comunicação, administração, museologia e história, sendo um para dar suporte à área administrativa e três para a área técnica.

Este quadro de servidores é adequado para o desenvolvimento das atividades da instituição, com exceção das áreas de comunicação, arquivo e biblioteca, pois nenhum dos atuais servidores tem formação nestas áreas do conhecimento, o que dificulta a realização plena de suas atividades nas áreas citadas. Portanto, o MAB necessita de uma readequação em seu quadro de servidores para garantir a melhoria dos serviços prestados à comunidade local.

Além do quadro de servidores, o MAB conta com o serviço terceirizado de recepção, desde julho de 2013, atualmente com duas recepcionistas; e quatro postos de segurança, sendo dois postos diurnos e dois noturnos. O quadro de seguranças é insuficiente uma vez que a área a ser monitorada corresponde a 1.000 metros de área construída, que é a sede da instituição; e 5.000 metros de área verde e anexo externo ao casarão.

1.1.2 Quadro atual do MAB

- Um (1) Diretor;
- Duas (2) Técnicas em Assuntos Culturais - Museologia;
- Um (1) Técnico em Assuntos Educacionais;
- Um (1) Técnico II;
- Um (1) Analista I - Administração;
- Um (1) Analista I;
- Um (1) Assistente Técnico;
- Quatro (4) Estagiários nas áreas de museologia, ciências sociais, comunicação e administração, que dão suporte à área técnica e administrativa.
- Seis (6) postos de pessoal de serviço de limpeza e conservação, terceirizado;
- Quatro (4) postos de segurança terceirizados: dois (02) postos diurnos, e dois (2) postos noturnos;
- Dois (2) postos de recepção terceirizados.

1.1.3 Recursos Materiais e financeiros

Os recursos materiais da instituição não são adequados nem suficientes. Os equipamentos, de modo geral estão defasados: computadores, switch; roteadores; tela de projeção; nobreaks; som; etc. Não existe servidor para a rede, o que dificulta a atividade de backup dos arquivos digitais; os suportes expositores existentes foram doados por terceiros e reaproveitadas de outras exposições montadas em outras instituições, o que dificulta a montagem das exposições; o mobiliário da reserva técnica atende parcialmente às necessidades. De outro lado, há ausência de equipamentos de monitoramento de presença; de fumaça; de temperatura; assim como climatização nos espaços administrativos e expositivo, o que implica negativamente na segurança do patrimônio e na qualidade de vida no trabalho.

Os recursos financeiros da instituição se dividem em dois tipos: manutenção e finalístico. Os recursos de manutenção são garantidos, todavia não admite a possibilidade de expansão para melhorias no atendimento e na segurança patrimonial. A redução de custos imposta pelo governo federal a partir de 2015 teve implicações negativas na gestão do patrimônio e na sua segurança. A quantidade de vigilantes nos turnos diurnos e noturnos não é suficiente. Esta realidade associada à ausência de equipamentos de monitoramento, os quais não podem ser instalados devidos à precariedade das

instalações da instituição, dificultam a situação e põe em risco todo o patrimônio da instituição e das pessoas que nela trabalham e a visitam. Os recursos finalísticos são variáveis e, na maioria dos anos, insuficientes para realizar as atividades planejadas e necessárias para atendimento das demandas da sociedade local. Por isto há necessidade de captação de recursos além daqueles que são destinados pelo governo federal.

1.1.4 Instalações disponíveis e sua adequação

As instalações disponíveis não são suficientes nem adequadas conforme será detalhado no programa de necessidades. A infraestrutura carece de reforma e restauro e de revisão e adequação dos sistemas elétrico, hidráulico, lógico e de segurança. Há riscos de roubo, em virtude de um sistema de segurança precário; riscos de incêndio em virtude das instalações elétricas não receberem manutenção periódica; risco de infiltração por falta de revisão do sistema hidráulico e do telhado de maneira sistemática; risco de má conservação dos acervos por mal acondicionamento e ausência de equipamentos que minimizem os impactos da poluição, do calor, dos fungos, etc. As áreas expositivas carecem de iluminação adequada, assim como de mobiliário. Do mesmo modo a área externa da instituição carece de um cuidado de empresa especializada no trato da área verde, eliminado fungos e agentes que danificam toda a flora existente no jardim.

1.1.5 Documentação de institucionalização (lei de criação ou outros instrumentos legais) e sua adequação à legislação vigente

Dentre os documentos de institucionalização do MAB foi localizado apenas a sua lei de criação. Os demais documentos tais como: alvará de construção; auto de conclusão; alvará do corpo de bombeiros; alvará de funcionamento; licença de funcionamento da prefeitura; e a licença de funcionamento do órgão ambiental estadual; não foram localizados ou não existem. O Ibram contratou uma consultoria para elaborar o Caderno de Conservação e Manutenção Preventiva, que tem por objetivo compilar a documentação técnica e administrativa das suas unidades museológicas. Neste sentido, todo um levantamento está sendo realizado quanto à documentação cadastral dos imóveis dos museus Ibram. Após este levantamento, caso seja identificada a sua inexistência, serão tomadas medidas para que estes documentos sejam providenciados.

Outros documentos que tratam da adequação à legislação vigente, tais como: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); certificado de manutenção do sistema e segurança; certificado de treinamento de brigada de incêndio; cadastro no sistema de limpeza urbana; licença da vigilância sanitária; certificado de acessibilidade; comprovante de destinação de resíduos sólidos; relatório de danos ambientais; e PCMSO - Programa de controle médico de saúde ocupacional; não existem na instituição, e as medidas cabíveis para providenciá-los serão tomadas num futuro próximo. O registro do Museu da Abolição no Corem foi solicitado desde setembro 2016 e até o momento não foi atendido.

1.1.6 Mecanismos de aferição da imagem do museu e percepção da imagem do museu junto aos seus públicos

O MAB aplicou durante os anos de 2011 a 2013 a pesquisa de satisfação do público visitante, e a suspendeu uma vez que as críticas e sugestões dadas pelo público não conseguiam ser atendidas, no sentido de melhorar a qualidade do atendimento, em relação à infraestrutura da instituição. A grande maioria das críticas e sugestões dizia respeito a estas questões. Grande parte dos problemas apontados

estava vinculada à realização de obras mais importantes de reforma e restauro da sede do museu, o que está sendo aguardado após aprovação dos projetos executivos de reforma, restauro e museográfico que foram desenvolvidos. Outra pesquisa de satisfação é aplicada por meio de questionário aos professores que agendam visitas mediadas com grupos de alunos. Estes questionários permanecem sendo aplicados para verificação do serviço de mediação, cujas críticas são identificadas e avaliadas pelo educativo em busca de soluções. Entretanto, quanto à aferição da imagem do museu e da percepção desta imagem pelos públicos, existem lacunas a serem observadas nos questionários aplicados, os quais podem ser reelaborados para atender a esta questão mais específica.

1.1.7 Iniciativas desenvolvidas para divulgação do museu e avaliação dos resultados.

As iniciativas desenvolvidas para divulgar as atividades da instituição são realizadas majoritariamente em meio virtual a partir do Programa de Comunicação. São elaborados, convites, programações, e material de divulgação, os quais são postados nas mídias sociais (facebook whatsapp, e instagram), site do museu, site do Ibram, e da Regional do Minc/NE, e enviados também por mala direta. Da mesma forma são encaminhados releases para jornalistas solicitando divulgação e realização de matérias no próprio museu. Todavia, como o museu não tem uma assessoria de comunicação local esta divulgação muitas vezes fica prejudicada em virtude de algumas variáveis, tais como: desatualização da mala direta de públicos e dos jornalistas locais; divulgação realizada com prazo curto antes da realização dos eventos; divulgação em grupos que não são o foco da atividade; etc. Neste sentido, os resultados da divulgação são aquém do desejado. E o retorno de público, por vezes, é muito baixo.

Ações de divulgação que resultam serem mais efetivas são aquelas que são realizadas com público escolar ou de comunidades que são convidados para atividades específicas. Ou seja, o público além do escolar para visita às exposições, deve ser constantemente estimulado, com grupos fechados para programações específicas.

O MAB vem desenvolvendo um projeto anual denominado Projeto Selos, lançado no dia 8 de março de 2016, quando foi realizada uma coletiva de imprensa; objetivo é associar a imagem institucional a temas escolhidos para cada ano, os quais são aderentes à missão institucional. Este projeto tem sido utilizado como estratégia para divulgar a imagem e a marca do museu, oferecendo ao público a oportunidade para refletir sobre questões relevantes do mundo contemporâneo. Além disto, uma imagem de um objeto do acervo, que tenha relação com o tema, é escolhida para compor a peça gráfica, o que resulta também na divulgação do acervo da instituição.

1.1.8 Atendimento às diretrizes e normas da entidade mantenedora

As diretrizes e normas do Ibram e Ministério da Cultura são cumpridas ordinariamente, seja no planejamento anual de ações, seja nos eventos propostos anualmente, como a Semana e a Primavera de Museus. Além disto, cumpre rigorosamente, nos prazos estabelecidos, todas as demandas de informações, de orientações estabelecidas em notas técnicas, portarias, normativos e demais orientações. Entretanto, dada às condições precárias da infraestrutura de sua sede, ainda há lacunas quanto ao atendimento do que está estabelecido no Estatuto de Museus, como é o caso de acessibilidade universal.

1.1.9 Relacionamento do museu com outras instituições

O relacionamento do MAB com instituições internacionais se dá por meio da sua adesão ao Conselho Internacional de Museus (ICOM), desde 2009. Em relação às instituições nacionais, o MAB é membro da Associação Brasileira de Museologia (ABM). Além desta, desde 2005 o MAB vem desenvolvendo parcerias com os movimentos sociais e instituições públicas e privadas. A partir de 2012 estas parcerias foram intensificadas e algumas delas formalizadas para desenvolvimento de projetos que resultem em ampliação das atividades e acervos do MAB, assim como captação de recursos para desenvolver projetos. Dentre estas podemos citar o Acordo de Cooperação Técnica entre o MAB e a Fundação Joaquim Nabuco para produção e diagramação do livro “Histórias Femininas: Mulheres na História, História de Mulheres”; e a parceria estabelecida entre o MAB e o Centro Cultural São Paulo, para realização de pesquisa, mapeamento e digitalização do acervo afro-pernambucano que se encontra sob a guarda daquele Centro, no Acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas Mario de Andrade. O projeto foi denominado “Repatriação Digital” e digitalizou todos os objetos e documentos identificados naquele acervo e passa a compor o acervo digital do MAB que pode utilizar as fotografias dos objetos mapeados durante 20 anos.

O Museu da Abolição vem desenvolvendo projetos com várias instituições, sobre questões importantes que envolvem temas de gênero, direitos humanos, religiosidade, educação, saúde, etc. Em todas as parcerias estabelecidas, formais e informais, os resultados têm sido sempre exitosos.

1.2 PROGRAMA

O Programa Institucional estrutura a instituição a partir dos seus recursos materiais, financeiros e humanos; da adequação de suas instalações; da sua documentação e regimento interno; dos mecanismos de aferição de imagem e percepção dos públicos; do atendimento às normas e diretrizes do Instituto Brasileiro de museus; e dos relacionamentos com seus públicos e parceiros, de modo a garantir a realização das diversas atividades finalísticas e demais programas o que contribui para a consolidação da Missão e Objetivos institucionais. Deste modo, o objetivo geral do programa institucional é garantir a realização da Missão, Visão, Valores e Objetivos Geral e Estratégicos do Museu da Abolição. Neste sentido, as linhas de atuação estabelecidas neste programa, tem por finalidade o fortalecimento institucional perante seus públicos; o monitoramento da imagem e marca institucional; e a ampliação de atividades de modo a atender às demandas dos diversos públicos. Foram definidas três linhas de atuação, que se desdobram em sub linhas:

1.2.1 Fortalecimento da Imagem e Marca Institucional

Neste programa estão ancorados projetos que ampliem a quantidade e qualidade dos serviços prestados à sociedade, de modo a fortalecer a imagem e a marca institucional, com vistas a divulgar suas atividades e ampliar os seus públicos.

a) Projeto Selos

Tem por objetivo associar a imagem institucional aos temas aderentes à sua Missão, a temas de relevante importância para o público alvo, a fim de estabelecer conexões entre temáticas atuais e as atividades finalísticas da instituição, ampliar redes de articulação e cooperação entre instituições públicas e privadas, secretarias municipais e estaduais, coletivos, ONGs, associações e movimentos sociais, religiosos e culturais. Este projeto propõe a escolha de um tema anual a ser trabalhado, debatido, discutido, de maneira transversal, em todas as atividades institucionais, sejam eventos, ações, exposições, seminários, etc. Por outro lado, é também um convite à sociedade local, os movimentos sociais, e as instituições públicas e privadas, a realizarem atividades voltadas para a temática escolhida em parceria com o MAB, com cessão de espaço da instituição. Além do tema

escolhido deve ser produzida uma peça publicitária “um selo”, cuja arte deve ter a seguinte composição: uma foto de um objeto do acervo, o nome do projeto e o ano, e a marca da instituição. Este selo chancela as atividades desenvolvidas em parceria, em todos os materiais de divulgação, o que reforça a imagem institucional e a marca do museu.

A cada ano deve ser escolhido um tema, que envolva a comunidade local; uma imagem de um objeto do acervo que seja representativo do tema; a peça do selo deve ser atualizada; e, em março, deve ser lançada a proposta do selo/tema que será alvo de ações, discussões, eventos e exposições, em uma coletiva de imprensa. Além disto, devem ser planejados eventos para o calendário anual, focando nas datas comemorativas do Museu e, os quais devem contemplar exposição, mostra de cinema, de música, estética, feira solidárias, sessões de palestras educativas, seminários, debates, etc. Visitas mediadas a pontos turísticos do Recife, Campanha de prevenção à saúde, Ornamentação do MAB. O Público-alvo do projeto são os movimentos sociais, culturais e religiosos, visando estimular sua participação nos debates e atividades propostas pelo Museu. Além da já crescente presença de docentes e discentes, os representantes de movimentos sociais, culturais, religiosos e musicais, e instituições do entorno do Museu.

b) Acompanhamento da percepção da imagem do museu e da marca

Este programa visa aperfeiçoar os mecanismos de aferição de imagem e da marca institucionais, e desenvolver novos mecanismos para esta mensuração. Neste sentido estão nele ancorados as pesquisas de satisfação dos públicos; acompanhamento do clipping diariamente; e acompanhamento das mídias sociais. Além disto, a equipe técnica vem observando o melhor aproveitamento da marca da instituição que deve estar presente nas diversas atividades expográficas e materiais de divulgação das atividades da instituição.

1.2.2 Consolidação de documentos internos e adequação à legislação vigente

A aprovação do Regimento Interno do Museu da Abolição deve ocorrer no ano de 2018, a partir do qual será estabelecida maior transparência às normas e procedimentos institucionais, além de uma dinâmica mais democrática de gestão de museus públicos, a partir da criação do Conselho Consultivo, o que irá garantir a efetiva atuação dos grupos sociais que têm interesse e afinidade com a Missão e Objetivos institucionais. A minuta do regimento é parte integrante deste plano. Além da consolidação do seu regimento o museu necessita providenciar outros documentos, quais sejam: alvará de construção; auto de conclusão; alvará do corpo de bombeiros; alvará de funcionamento; licença de funcionamento da prefeitura; e a licença de funcionamento do órgão ambiental estadual. Além destes é necessário providenciar a adequação da instituição à legislação vigente, seja o Estatuto de Museus, seja o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); certificado de manutenção do sistema e segurança; certificado de treinamento de brigada de incêndio; cadastro no sistema de limpeza urbana; licença da vigilância sanitária; certificado de acessibilidade; comprovante de destinação de resíduos sólidos; relatório de danos ambientais; e PCMSO - Programa de controle médico de saúde ocupacional.

1.2.3 O Museu e sua comunidade

a) Parcerias:

O desenvolvimento de parcerias e cooperação técnica com instituições públicas e privadas, das diversas esferas (municipal, estadual e federal) e com os movimentos sociais se impõe não só como condição para a ampliação de atividades, e consequentemente dos públicos, mas, sobretudo, para garantir o bom relacionamento da instituição com a comunidade local. A cada programação são

identificados os potenciais parceiros e buscamos o diálogo com estas instituições para consolidar as parcerias que podem ser pontuais ou de longa duração.

b) Públicos:

Acompanhamento dos fluxos e perfis de públicos, com vista a ampliar a visitação. Neste sentido as pesquisas de satisfação e de perfil são essenciais para identificação do cenário e planejamento de ações para ampliar e atender demandas dos públicos.

1.2.4 AÇÕES

- Lançamento anual do tema do Selo;
- Análise dos dados das pesquisas de satisfação, periodicamente;
- Análise dos dados do perfil de público, periodicamente;
- Acompanhamento e atendimento à legislação em vigor;
- Atualização da documentação de funcionamento, periodicamente;
- Acompanhamento do Clipping do MAB
- Elaboração de relatório anual para acompanhamento das atividades desenvolvidas;
- Divulgação das atividades e resultados do MAB.
- Desenvolvimento de parcerias com instituições públicas e privadas;
- Desenvolvimento do manual da marca do museu;
- Providenciar documentação cadastral inexistente: alvará de construção; auto de conclusão; alvará do corpo de bombeiros; alvará de funcionamento; licença de funcionamento da prefeitura; e a licença de funcionamento do órgão ambiental estadual;
- Desenvolver Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
- Certificar o Museu quanto à: manutenção do sistema e segurança; treinamento de brigada de incêndio; licença da vigilância sanitária; acessibilidade
- Cadastrar o Museu no sistema de limpeza urbana; destinação de resíduos sólidos; e danos ambientais.

2 GESTÃO DE PESSOAS

2.1 DIAGNÓSTICO

Atualmente o MAB conta com um quadro funcional reduzido, considerando todas as atividades que precisam ser desenvolvidas no museu para o seu adequado funcionamento e prestação de serviços. A composição atual do quadro funcional decorre do concurso realizado em 2010, da ampliação do número de estagiários e da transferência de servidores para o museu, contando ainda com um diretor, um servidor remanescente da época em que o museu integrava a estrutura do IPHAN e quatro estagiários. Além dos colaboradores das empresas terceirizadas que realizam as atividades de limpeza e conservação, segurança e vigilância e recepção.

Com o concurso de 2010 o museu recebeu quatro novos servidores para ocuparem os cargos de Técnico em Assuntos Culturais – Museologia (nível superior), Técnico em Assuntos Educacionais (nível superior), Analista I – Administração (nível superior) e Assistente Técnico I (nível médio), promovendo uma importante reestruturação organizacional e setorização das atividades mais específicas desenvolvidas no museu.

A atual diretora do museu foi selecionada no final de 2011, a partir de um processo seletivo realizado pelo Ibram-Sede. Esta foi a primeira vez que o museu teve seu diretor escolhido por meio de um processo seletivo aberto por um edital. A diretora selecionada já integrava o quadro do Ibram-Sede e iniciou suas atividades no museu em janeiro de 2012.

Ampliando o quadro o museu recebeu em 2013 mais um servidor, Analista I, por meio de transferência do Ibram-Sede, para ocupar o cargo de Chefe de Serviço. E em 2015, uma servidora, Técnico em Assuntos Culturais – Museologia foi transferida do Museu Regional Casa dos Ottoni, para reforçar a área de Acervos, mais especificamente as atividades relacionadas à parte museológica.

No que concerne aos estagiários, inicialmente o museu contava apenas uma vaga de estágio, tendo sido este número ampliado, no decorrer dos últimos três anos, para o quantitativo atual de quatro, após reiteradas solicitações feitas pela direção do museu à DCO. Atualmente, os estagiários estão distribuídos da seguinte forma: um estagiário de administração, que atua na área administrativa; um estagiário de museologia, na área de Acervos; um estagiário de comunicação – jornalismo, atuando junto à Direção; e um estagiário em História, na área educativa.

A seleção dos estagiários é realizada pelo servidor da área onde o estagiário irá atuar, que será o supervisor do estágio, de acordo com a formação acadêmica em andamento, com o auxílio da área administrativa, da Divisão de Capacitação e Organização – DCO (unidade integrante da Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP do Ibram) e aprovação da direção, sendo a contratação realizada por intermédio do Centro de Interação Empresa Escola de Pernambuco – CIEE-PE.

Atualmente não há uma preparação prévia para que os servidores atuem como supervisores de estágio, sendo a seleção e contratação dos estudantes para a vaga de estágio realizada considerando as necessidades do museu e de acordo com as atividades a serem realizadas pelo futuro estagiário.

A formação acadêmica exigida, para atuar nas áreas, deve estar relacionada com as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário. Desta forma, para atuar na área administrativa, o estagiário deve estar cursando Administração, na área de acervos, Museologia, para dar suporte à Direção quanto às atividades de comunicação do museu, Comunicação – Jornalismo, e para atuar na área Educativa, estar cursando Turismo, História, Pedagogia, Ciências Sociais ou áreas afins. Para participar do processo seletivo, os estudantes devem estar entre o terceiro período e o sétimo período, preferencialmente.

O Ibram possui convênio firmado com algumas Instituições Federais de Ensino, como a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, permitindo que o museu receba até dois estudantes por semestre com a finalidade de cumprirem o estágio curricular supervisionado. Entretanto, só é possível recebe-lo se houver servidor com formação acadêmica compatível com o curso do estudante que fique responsável por sua supervisão e acompanhamento. Vale ressaltar que o convênio firmado com a UFPE ocorreu por uma demanda do curso de museologia e o interesse do MAB em poder receber estes estudantes.

Diante do quadro restrito de servidores, e da necessidade de prestar um serviço de qualidade à comunidade, o corpo técnico e administrativo do museu acaba tendo que desempenhar atividades que estão além da formação para a qual prestaram concurso, referentes a outros cargos, tais como bibliotecário, arquivista, comunicólogo, design e técnico em informática, sem terem a devida formação para executar tais atribuições, por não haver profissionais específicos para realizarem estas atividades, fato que pode comprometer a qualidade do serviço prestado pelo museu, bem como o desempenho dos servidores. Assim, as áreas de Acervo, Educativa e Administrativa identificam a necessidade de contratação temporária de restaurador, pesquisador em história africana, montador, bibliotecário, arquivista, comunicólogo, design gráfico, oficineiro, recreador, técnico em informática, eletricitista e pintor, para garantir o bom e adequado funcionamento do museu, assim como a realização de todas as atividades dedicadas ao atendimento ao público.

Com relação às atribuições que devem ser desempenhadas por cada área, estas constam no Regimento Interno do MAB, o qual está na fase final de revisão para ser encaminhado ao Ibram para sua aprovação. Durante o processo de construção do Regimento Interno, o mapeamento das atribuições foi realizado em conjunto com os servidores, buscando contemplar todas as atividades que devem ser desempenhadas em suas respectivas áreas de atuação.

Conforme mencionado, a direção do MAB incentiva e apoia a capacitação dos seus servidores, para que participem de cursos à distância ou presenciais, de seminários, de congressos e de oficinas que estejam relacionados às áreas que atendam as necessidades da instituição, do ponto de vista conceitual e técnicos relativos à missão e objetivos institucionais, e que possam, posteriormente à capacitação, desenvolver atividades como multiplicador do conhecimento, aprimorando assim o desempenho de suas funções. Todas as solicitações para participação em eventos pagos, ou que necessitem de diárias e passagens, após aprovação prévia da direção, devem ser submetidos à CGP para análise e aprovação, e devido a eventual escassez de recursos, podem não ser viabilizados pelo Ibram. Cabe ressaltar que, apesar de haver o incentivo da atual gestão à capacitação dos servidores, ainda não existe um programa de avaliação sobre impacto no desempenho das atividades realizadas pelos servidores, após sua participação em eventos de capacitação e aprimoramento profissional.

O acompanhamento do desempenho individual dos servidores está baseado unicamente nas metas individuais que compõem o plano de trabalho anual, solicitado anualmente pela CGP, e estão diretamente relacionadas aos ciclos de avaliação anual que influenciam na pontuação para a Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural – GDAC recebida pelos servidores. As metas atribuídas aos servidores devem estar em consonância com as metas institucionais do museu e são pactuadas entre a direção e cada servidor. Os estagiários também são avaliados periodicamente por seus supervisores por meio de formulário específico enviado pelo CIEE. Sendo assim, todos os servidores e estagiários passam por um acompanhamento do seu desempenho individual.

Uma vez que não há uma área exclusivamente dedicada para a gestão de pessoas no MAB, tendo em vista o seu reduzido quadro funcional, a direção, com o apoio da área administrativa, busca atender as necessidades e solicitações dos servidores e estagiários. Desta forma, a direção sempre busca realizar reuniões com a equipe, ou individualmente, para realizar o planejamento anual, definir as metas institucionais e individuais, acompanhar o desenvolvimento das atividades, analisar e autorizar solicitações de férias, folgas e afastamentos, assim como para incentivar a participação em eventos de capacitação. Enquanto a área administrativa procura dar o suporte necessário à direção e aos servidores fornecendo as informações e meios necessários para o atendimento de suas solicitações, uma vez que a maioria destas solicitações devem ser encaminhadas para a Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP, localizada no Ibram-Sede, para sua efetivação.

Ainda no que concerne às atividades relacionadas à gestão de pessoas, o Museu da Abolição implementou, desde de 2012, o “Ciclo de Palestras de Gestão Educativa”, ação voltada para o público interno, com objetivo de aprimorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho e manter os todos os colaboradores motivados. As palestras são voltadas para educação patrimonial, segurança e saúde no ambiente de trabalho, entre outros temas de interesse da equipe. O ciclo de palestras pode ser realizado em parceria com instituições locais, tem periodicidade bimestral, e atualmente está sob a responsabilidade da área educativa.

2.2 PROGRAMA

O Programa de Gestão de Pessoas do Museu da Abolição tem por objetivos principais integrar as áreas para o bom desempenho de suas atribuições, incentivar o aprendizado contínuo e o comprometimento de todos que fazem parte do seu quadro funcional e proporcionar a gestão alinhada com a missão, objetivos e metas do museu, além de proporcionar ações de capacitação conjuntamente com os outros programas. Desenvolve-se a partir de quatro linhas específicas:

2.2.1 Recursos humanos

Agrupa e intermedeia todas as demandas para marcação/alteração de férias, plantões, folhas de ponto, solicitações de licença, acompanhamento do desempenho individual, necessidades de curso entre outras solicitações do servidor ou estagiário.

2.2.2 Reuniões internas

Acompanha e dá suporte para que aconteçam as reuniões internas tanto das áreas de maneira isoladas, como de forma integrada para planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades e ações executadas.

2.2.3 Integração das atividades

Busca administrar e repassar as demandas das áreas para contratação dos serviços temporários, assim como para a realização dos serviços terceirizados existentes tornando-se gerenciador dos diversos capitais humanos que estão envolvidos para o bom funcionamento do museu.

2.2.4 Capacitação e atualização

O MAB mantém programa de capacitação para seus servidores seja por meio de cursos à distância ou presenciais, participação em seminários e congressos, nas áreas pertinentes às necessidades da instituição, do ponto de vista conceitual e técnicos relativos à missão e objetivos institucionais. Incentivando a participação em cursos de pós-graduação, seja por meio de licenças ou de redução de carga-horária.

2.3 AÇÕES

- Realizar reuniões periódicas com as áreas de Acervos, Educativa e Administrativa para acompanhamento das atividades que estão sendo desenvolvidas;
- Orientar os terceirizados da segurança e vigilância quanto aos procedimentos administrativos, para abertura e fechamento do museu, preenchimentos de formulários e rondas nas salas de exposição;
- Proporcionar treinamento de prevenção de riscos e limpeza do acervo, para toda equipe, especialmente para os terceirizados da limpeza;
- Proporcionar capacitação e qualificação aos servidores;
- Treinar os supervisores de estágio quanto aos processos de contratação, pagamento, férias e desligamento de estagiários;
- Estabelecer parcerias com universidades e instituições de ensino para viabilizar programa de estágios;
- Dar suporte as áreas de Acervo e Educativo quando da contratação de novos estagiários.

3 ACERVO MUSEOLÓGICO, BIBLIOGRÁFICO, ARQUIVÍSTICO, HEMEROGRÁFICO, AUDIOVISUAL, DOCUMENTAL, HISTÓRICO E FOTOGRÁFICO.

3.1 DIAGNÓSTICO

O Museu da Abolição possui dentre as suas atribuições desenvolver ações de preservação, salvaguarda e segurança do patrimônio edificado e acervos sob sua guarda. Contribui, desse modo, para que cumpra sua missão de preservar e valorizar o patrimônio histórico e cultural afro-brasileiro.

Os acervos do Museu da Abolição abrangem uma variada composição de objetos de caráter histórico, etnográfico, artístico e antropológico e de diversas tipologias: documentos textuais (livros, folhetos, monografias, teses, periódicos e arquivos privados), iconográficos (fotografias, desenhos, gravuras e pinturas), sonoros, audiovisuais (películas e fitas) micrográficos (microfilmes de documentos administrativos e históricos), e informáticos (documentos digitais). Estes são subdivididos em Acervo Museológico, Bibliográfico, Arquivístico e Hemerográfico.

A administração dos acervos do MAB é de responsabilidade da Área Técnica, que atua em sintonia com os demais Núcleos do museu. As competências e atribuições do Núcleo Técnico são apresentadas no Regimento Interno da instituição.

3.1.1 Formação das coleções:

Acervo Museológico: A coleção que originou o acervo museológico do Museu da Abolição foi adquirida entre 1983 e 1989 relacionando-se à exposição inaugural intitulada “O processo Abolicionista através dos Textos oficiais”. Os objetos deste acervo, composto por 130 peças, foram adquiridos por doação ou comprados em antiquários e estão relacionados à temática da escravidão – instrumentos de tortura, objetos representativos da casa grande dos engenhos; objetos religiosos e, ainda, objetos comemorativos referentes à abolição tais como selos, moedas e medalhas. Para compor esta exposição também foram solicitados empréstimos de objetos a outras instituições museológicas. A maioria desses objetos foram devolvidos às respectivas instituições no período em que o museu esteve fechado em 1990. Outros objetos foram devolvidos entre 2009 e 2011. Restando ainda sob sua guarda dois objetos pertencentes ao Museu Histórico Nacional, cujo termo de comodato encontra-se vigente até o ano de 2019. Atualmente o MAB possui 276 itens em seu acervo museológico inventariado, o qual tem a seguinte composição e quantidades:

- 130 peças oriundas do conjunto inicial caracterizado por objetos históricos ligados à temática da escravidão, tais como instrumentos de tortura, objetos representativos das casas grandes e dos engenhos, objetos religiosos e objetos comemorativos referentes à abolição (selos, moedas, medalhas, etc.);
- 11 peças adquiridas por doação, representativos da temática do MAB expressa em sua missão e objetivos, tais como objetos artísticos (telas, esculturas) pertencentes ao contexto afro-brasileiro;
- 26 fotografias em meio físico e digital, pertencentes a exposição “Instantâneas da África”, de Diego Di Niglio;
- 109 objetos de diferentes grupos étnicos africanos que ainda estão em processo de registro e catalogação.

O acervo museológico do MAB foi classificado utilizando como referência o Thesaurus para acervos museológicos, 1986, tendo como principais classes: Artes Visuais; Objetos pecuniários; Interiores; Trabalho; Insígnia; Objetos Cerimoniais; Comunicação; Objetos pessoais; Castigo/ Penitência; Medição/ Registro/ Observação/ Processamento. Tipologicamente podem ser classificados como bens móveis, etnológicos e iconográficos.

Para fins de priorização dos riscos, dentro do Plano de Gestão de Riscos (2014 – 2017, ver mais detalhes em Diagnóstico de Segurança), os acervos do MAB foram classificados de acordo com atributos que foram identificados a partir de uma reunião com toda equipe do Museu, onde se buscou definir quais os valores que expressam a importância ou significância dos acervos em relação à sua missão institucional e objetivos.

Os atributos identificados, suas definições e respectivos pesos foram: valor histórico (peso 4) - peças com representatividade significativa dentro de um contexto histórico; valor simbólico (peso 3) - peças com representatividade significativa com relação a temática afro-brasileira; valor estético/artístico (peso 1) - peças com técnicas de confecção e autoria significativa com relação a artes plásticas; valor procedência (peso 1) - peças adquiridas de pessoas instituições com significativa importância no contexto histórico/ cultural ou religioso; valor econômico – peças com elevado valor de mercado. O resultado da valoração do acervo museológico do MAB foi: Nível excepcional - Obras que obtiveram valoração entre 101 e 999 - 31 peças do acervo foram identificadas como pertencentes desta categoria. Nível elevado - Obras que obtiveram valoração entre 10 e 100 – 227 peças do acervo obtiveram esta faixa de valoração. Nível médio - Obras que obtiveram valoração entre 1 a 9 - 17 peças do acervo obtiveram este intervalo de valoração. Cabe considerar que de acordo com a Nota Técnica nº 4/2017/AUDIN/PRES (Processo SEI nº: 01415.009746/2017-26) entende-se que a mensuração dos bens do patrimônio cultural é facultativa, nos termos do Manual SIAFI. Tal situação se mostra mais adequada quanto aos bens arquivísticos e museológicos, incluindo às obras raras do acervo bibliográfico, portanto aos bens do acervo museológico não foram descritos valores, e o atributo valor de mercado, elencado acima resulta apenas de uma categoria de valor relativa e comparativa entre os objetos.

Os acervos do MAB estão localizados em reserva técnica. Periodicamente o acervo museológico é exposto no museu, sem uma frequência determinante. As 130 peças referente ao conjunto inicial do acervo do MAB foi exposto por um curto período em 2013, na exposição intitulada “Mostra Acervo Museu da Abolição”. Na medida do possível o museu procura apresentar o acervo adquirido realizando exposições de curta-duração.

Acervo Bibliográfico (Hemerográfico e Audiovisual): Na década de 80, iniciou-se um processo para a implantação de uma biblioteca especializada nos assuntos correlatos à Cultura Afro-Brasileira e Museologia, com o objetivo primeiro de transformar o Museu da Abolição em um Centro de Referência, visto que o mesmo não possuía uma quantidade de acervo museológico considerável e significativa. Em virtude dos escassos recursos financeiros, para aquisição de acervo, optou-se por solicitar doações, em todo o país, às diversas editoras, instituições culturais e de ensino, bem como às bibliotecas, obtendo-se um resultado bastante satisfatório.

Em 1994, o MAB já possuía cerca de 400 títulos entre livros e periódicos, alguns jornais e recortes de jornais e revistas que formaram a sua Hemeroteca, a qual ocupava 1 metro linear do arquivo deslizante adquirido para abrigar os acervos: bibliográfico, hemerográfico, fotográfico, documental e audiovisual do Museu. A primeira organização foi executada em 1995, ocasião em que o MAB encontrava-se fechado e foi adotada a catalogação bibliográfica segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - NBR6023 e Classificação Decimal Universal - CDU. Nesta ocasião, foram registrados, classificados e catalogados 513 livros, 104 periódicos e 198 recortes de jornais, tecnicamente tratados, ocupando 3 (três) metros lineares do referido arquivo deslizante.

Depois da reabertura do MAB em 2006, e em virtude da ausência de uma bibliotecária no seu quadro funcional, resolveu-se reformular a classificação e catalogação do acervo bibliográfico e hemerográfico, adotando-se uma organização por assunto, estabelecendo-se os seguintes temas: Abolição; Antropologia; Arte; Biografia; Cultura; Economia; Educação; Escravidão; Etnologia; Folclore; História; IPHAN; Literatura; Literatura de Cordel; Museologia; Patrimônio; Personalidade; Racismo; Referência; Religião; Resistência; Sociologia e Saúde. Esta reformulação possibilitou o atendimento ao público. Na conclusão desta etapa, já haviam sido informatizados, por meio do Programa Winisis, elaborado e a nós doado pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1725 livros e periódicos, incluindo os recortes e jornais que

compõem a hemeroteca, ocupando cerca de 17 metros lineares do arquivo deslizante o qual, hoje, divide o espaço físico com a reserva técnica do MAB.

Em 2012, por meio do Inventário de Acervo Arquivístico, Bibliográfico e Museológico do Ibram, foram contabilizadas 237 unidades do acervo áudio visual composto por: compact disc (vinil), fitas cassetes, DVD's, VHS E CD's, contendo filmes, documentários, eventos, entrevistas, fotos, rodas de diálogo, entre outros. No primeiro semestre do ano de 2017 recebemos 79 unidades áudio visuais da ANCINE – Agência Nacional do Cinema/ Ministério da Cultura, entre filmes e documentários, perfazendo um total de 378 unidades áudio visuais que ocupam, atualmente, 3 metros lineares do arquivo deslizante.

O acervo arquivístico (Documental, Histórico e Fotográfico): originou-se desde a criação do Museu da Abolição e ampliou-se a partir da documentação produzida pelo grupo de trabalho designado para conceber a sua exposição inaugural, em 1983. Este acervo é composto por documentos de diversas tipologias de caráter institucional: textual (administrativos e técnicos), histórico, iconográfico e digital, adquiridos na forma de incorporação, permuta, doação e/ou transferência. Parte dele está tecnicamente acondicionado e guardado em armários de aço e arquivo deslizante, o qual se encontra no mesmo espaço físico que a biblioteca e o acervo museológico.

A produção documental relativa ao Museu da Abolição correspondente ao período da sua criação em 1957, concepção da sua primeira exposição e até o ano de 2010, encontra-se na Superintendência do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco, o qual era responsável pela gestão e administração do Museu naquele período. Recentemente, foi iniciada uma pesquisa no IPHAN com o intuito de se realizar a digitalização da documentação relativa ao Sobrado Grande da Madalena, para a elaboração da contextualização da exposição da sala “Memorial”, com previsão de inauguração para dezembro/2017. Um projeto concebido e elaborado com a parceria da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. Posteriormente, realizaremos a digitalização de toda a documentação produzi no período supracitado, relativa ao MAB.

Parte de cópia da documentação textual produzida pelo MAB durante a gestão do IPHAN encontra-se no Museu, tecnicamente tratada e acondicionada. A sua organização técnica ocorreu na década de 90, compondo o projeto de organização e implantação da biblioteca. Foi estabelecida uma numeração sequencial, por assunto, e registrada em planilha própria, semelhante à planilha utilizada pelo IPHAN, para inventário do acervo documental. Este inventário foi informatizado, também, por meio do Programa Winisis, totalizando 2104 (dois mil cento e quatro) documentos e estabeleceu a identificação das pastas e caixas da seguinte forma:

Arquivo Administrativo: Circulares Expedidas e Recebidas / Comunicado Interno Expedido e Recebido / Correspondência Expedida e Recebida / Ofício Expedido e Recebido / Memorando Expedido e Recebido / Instrução Regional / Termo de Doação / Implantação Manutenção do MAB / Suprimento de Fundos / Museu da Abolição Proveniente do PNM / Requisição de Material / Requisição de Serviços / Termo de Responsabilidade Pró-Memória / Contatos Para Compra de Acervo / Registro de Visitação / Controle de Visitação / Sistematização de Inventário / Informação / Técnica / Livro De Registro de Visitação / Empréstimo de Acervo / Folhas de Ponto Controle de Entrada e Saída de Pessoas / Controle de Ligações Telefônicas / Plano de Ação Administrativo / SACE / Guard Secure / Beta Brasil / CTIS Informática / LEMMA / Malote / Estágio / Procedimentos Administrativos / Utilização Dos Espaços Do MAB / Notas Fiscais // Currículos / Recursos Humanos
Arquivo Técnico: Relatórios / Comissão-Portarias-Correspondências-Recibos Acervo/ Questionário de Diagnóstico e Cadastro de Correspondência / Questionário Arquivo Nacional 1987 Guia Brasileiro de Fontes / Museu da Abolição 1985 Empréstimo de Acervos / Instrução de Preenchimento 1983 Fichas de Inventário / Acervo Tridimensional / Catálogo de Exposição / Comissão de Inventário do MAB 1990/ Correspondência / Questionário IBGE – FUNARTE E USP / Roubo De Peças / Museu Do Ouro / Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya / Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco / Fundação Joaquim Nabuco / Academia Pernambucana de Letras / Museu Imperial / Museu da Abolição / Empréstimo de Acervos / Museu Histórico Nacional / Museu do Estado De Pernambuco / Museu Histórico Diplomático / Museu da Inconfidência / Museu Nacional de Belas Artes / Tombamento da Casa de João Alfredo / Grupo de Trabalho Para Criação e Implantação do

Museu da Abolição / Projetos Ação Educativa / Projeto Sócio Cultural-Área Externa MAB / Projeto de Pesquisa na Área Musical / Projeto Massangana / Diagnóstico Situação Escolar, Docente e Discente no Que Diz Respeito A Pesquisa Extra-Muros / Pesquisas Para Implantação do Museu da Abolição / DJUMBAY-Organização Pelo Desenvolvimento da Arte E Cultura Negra / Projetos Diversos / Release / Projeto Dinamização do Museu Da Abolição / Reabertura do Museu Da Abolição – Associação de Amigos de Museus – Termo de Compromisso / Plano de Trabalho / Exposições Temporárias e Eventos / Reabertura Museu da Abolição Projeto de Exposição Permanente Pelo Museu do Homem Americano / Exposições Permanentes / Inventário / Plano de Ação Técnico / Projeto Corredor Leste Oeste.

Acervo Histórico: não está devidamente inventariado, apenas listado. É composto por quatro coleções, assim intituladas: Abelardo Rodrigues: escrituras e recibos de venda de escravos; relação de partilha de escravos e cavalos da família Souza Leão; recibo de pagamento de imposto de meia siza e escritura de venda de escravos de Rabl Schemitau; declaração de fuga de escravo de Joaquim Pereira da Rosa Lima; relação de escravos pertencentes a Divino dos Santos Pontual; carta impressa e não preenchida de libertação de escravo, em conformidade com a lei 2040, de 01/10/1871 (Lei do Ventre Livre); recorte de jornal com anúncio de espetáculo teatral em comemoração ao primeiro aniversário da Lei Áurea; estatuto do Centro Africano São Sebastião (1932); inventário dos bens pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe; carta à Irmandade do Santíssimo Sacramento Freguesia de São Pedro Gonçalves; cartas ao presidente da Conferência de Santo Antônio; documento oferecendo recompensa pela captura do escravo Thomaz; conta corrente de José Ignácio de Seixas Haven com a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São Pedro Glze de Pernco.

Paróquia Nossa Senhora das Brotas: Provisões de dispensa de impedimento matrimonial de escravos e ex-escravos da Freguesia de Nossa Senhora das Brotas de Entre-Rios (Bispado de Mariana); livro de assento de crismas; livro de assentamento de casamentos da mesma freguesia; pedidos de dispensa de proclamas feitos por senhores de escravos em favor dos mesmos, para casamento; concessão de dispensa de impedimento matrimonial; capas (impressas) de processo matrimonial da Arquidiocese de Mariana, da década de 1950.

Família Corrêa de Oliveira: Predominam documentos de caráter religioso, como imagens de santos e orações impressas e livros de ofício religioso. Constam também desta coleção: certidão de emancipação de Maria Eugênia Corrêa de Oliveira; obituários publicados na imprensa por ocasião de seu falecimento; retratos de João Alfredo Corrêa de Oliveira; foto da sede da fazenda onde ele nasceu; fragmento de documento assinado por João Alfredo, possivelmente relativo à partilha de bens entre ele e um irmão; exemplar do periódico carioca A Noite Ilustrada (n. 380, de 17/11/1936), cuja seção Figuras da Vida Brasileira noticia a morte da Sra. Maria Corrêa de Oliveira, viúva do conselheiro João Alfredo e duas canetas tinteiro.

Documentos avulsos: Recibo de venda de escrava; Traslado de escritura de venda de escravo; Exemplar original da primeira página do Diário Popular, Anno IV, N.1.048, datado de segunda-feira, 14 de maio de 1888, intitulada A LEI ÁUREA; Fotografia de família rica e seus escravos, Cartão de visita de José Augusto Dias Perdigão encaminhando relação de segurados da Companhia Fidelidade, de Portugal (cópia), datada de outubro de 1835; Envelope de correspondência postado em Portugal; Certidão de registro de batismo lavrada na Freguesia de Muritiba (cópia); Folder do Parque Histórico Castro Alves-homenagem da Prefeitura Municipal de Muritiba, no transcurso do 128º aniversário do Excelso Poeta; Cópia impressa, em 1977, da ata do Conselho e Casa da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, do dia 25 de junho de 1822, sobre o ato de aclamação de D. Pedro como Regente e Perpétuo Defensor do Reino do Brasil naquela vila; Prontuário de permissão para funcionamento do Centro Espírita Maria Conga, expedido pela Secretaria de Segurança Pública/Departamento de Polícia Judiciária do Estado de Pernambuco (cópia); Licença para funcionamento do Centro Espírita Maria Conga, expedida pela União Espiritista de Umbanda de Pernambuco (cópia); Ata de assembleia geral de constituição, aprovação do estatuto e eleição e posse dos membros da diretoria e conselho fiscal e ratificação da data de fundação da Associação Espírita Ilê Asé Oyá Egum.

O Acervo Fotográfico: composto por fotografias, slides e cromos produzidos pelo MAB, na sua maioria, referem-se ao seu acervo tridimensional e às atividades diversas desenvolvidas pelo próprio museu. Mais de cinquenta por cento deste acervo encontra-se inventariado e digitalizado. A ficha de inventário utilizada foi concebida a partir de modelo existente no manual de orientação para preservação de acervos fotográficos da Fundação Pinheiro, Universidade Federal de Minas Gerais e Fundação Nacional de Arte. Seguindo a organização do acervo bibliográfico, também foi classificado por assunto, assim estabelecido: Acervo / Ação Cultural / Ação Educativa / Área Externa / Exposições e Eventos/ Promoção e Divulgação e Concurso de Fotografias Mestre Luís de França. Foram inventariadas 2621 (duas mil seiscentas e vinte e uma) fotografias, 138 (cento e trinta e oito) slides e 08 (oito) cromos. As fotografias resultantes do Concurso de Fotografias Mestre Luís de França ainda não estão inventariadas.

O acondicionamento do acervo fotográfico acima descrito foi confeccionado em papel neutro e filme de polyester; os slides receberam uma higienização individual, acondicionamento adequado e posterior fichamento, semelhante ao do acervo fotográfico, estabelecendo como assuntos: Museu da Abolição (circuito da exposição inaugural), apresentação do maracatu estrela brilhante e 1º folder do MAB; os cromos também devidamente higienizados, acondicionados e inventariados referem-se a 2 (dois) cartões postais elaborados pelo Museu. Este acervo está guardado em 4 (quatro) gavetas de uma mapoteca, na Sala Técnica do MAB, no andar térreo;

3.1.2 Aquisição e descarte dos acervos:

Os critérios, diretrizes e procedimentos para aquisição e descarte dos acervos foram registrados numa minuta da Política de Aquisição e Descarte - PAD dos acervos do MAB no ano de 2012, e foi homologada, via Plano Museológico (versão 2012- 2016). Todavia está aguardando o Manual de Elaboração da Política de Aquisição e Descarte de Acervos das Unidades Museus Ibram, para, a partir de adequações que se fizerem necessárias, possa ser consolidada.

Acervo Museológico: A aquisição de novos objetos a para compor o acervo museológico pode ser efetivada por meio de doação; legado; compra; permuta; coleta ou quaisquer outros meios cuja propriedade do bem seja transferida para o museu. O museu não estabeleceu ainda critérios para a aquisição temporária de acervo. E com relação ao descarte pode ser efetivado por meio de doação, transferência, troca, venda, repatriação ou destruição.

Dessa forma, as obras recebidas nos últimos cinco anos (2012-2017) foram embasadas nos critérios estabelecidos na política. As formas mais recorrentes de aquisição nesse período foram por meio de transferência em cumprimento a Lei 12.840/2013, e constituem-se de cinco (05) pinturas de diferentes técnicas, materiais e autores; um (01) par de esculturas em madeira com partes cobertas por gesso e pintura policromada: Blackamoors e cento e nove (109) objetos culturais africanos. E de doação a escultura “Samburu Dance I” da artista plástica holandesa Marianne Houtkamp por meio do Acordo de Cooperação estabelecido entre o Ibram e a Receita Federal do Brasil em 2012. Em 2014 o MAB recebeu a doação de uma escultura em aço, “Elos Cambiáveis” de autoria do artista Braz Marinho, doada por Karem Almeida, herdeira do autor falecido.

O museu só realizará descartes do acervo quando a Política de Aquisição e Descarte estiver aprovada e publicada no Diário Oficial da União.

Acervo Bibliográfico (Hemerográfico e Audiovisual): Desde a abertura do Museu, em 1983, por existirem poucos recursos financeiros no seu orçamento anual destinado à aquisição de acervos bibliográficos, o modo de aquisição mais recorrente é o de doação e/ou transferência.

Nos últimos dois anos (2015/2016), recebemos, em doação, 571 (quinhentos e setenta e um) títulos entre livros e periódicos, que, somados ao acervo audiovisual que consta do Inventário de Acervo Arquivístico, Bibliográfico e Museológico do Ibram realizado em 2012, contabiliza 949 (quatrocentos e quarenta e nove) unidades de acervo. Não houve nenhum descarte.

Ressaltamos que em 2015 o Ibram enviou ao MAB o acervo “Biblioteca Básica do Ibram”, composta por 30 (trinta) títulos de museologia e educação. Neste mesmo ano, recebemos, em doação, da Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, 230 títulos que versam sobre os temas por nós estabelecidos e uma transferência da Receita Federal do Brasil, o livro “Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil”, de Debret. Este acervo foi listado e inserido no inventário do Ibram, naquele ano.

Em 2017 o MAB recebeu, em doação, 60 títulos, entre livros, periódicos e áudio visuais. Atualmente, o museu possui um acervo considerável, estimado em aproximadamente 1000 títulos aguardando para serem tecnicamente tratados e inseridos na sua Biblioteca Especializada.

Os acervos bibliográfico, hemerográfico e áudio visual não foram utilizados para compor nenhuma exposição, bem como não foi realizada nenhuma outra, especificamente, para apresentar as novas aquisições.

O museu só realizará descartes do acervo bibliográfico, hemerográfico e audiovisual quando a Política de Aquisição e Descarte de Acervos das Unidades Museus Ibram estiver concluída, aprovada e publicada no Diário Oficial da União.

Acervo Arquivístico (Documental, Histórico e Fotográfico): Nos últimos dois anos (2015/2016), foi realizada a IV Edição do Concurso de Fotografias Mestre Luís de França e as 20 fotografias selecionadas para a exposição, incluindo as premiadas e menções honrosas, estão em fase de estudo para uma possível incorporação ao acervo do MAB. Estas fotografias foram utilizadas para a inauguração da exposição daquela Edição, bem como selecionadas algumas outras de Edições passadas.

As fotografias das três primeiras edições do referido Concurso foram utilizadas também para comporem a Exposição em Processo, no período de 2010 a 2013.

Desde a abertura do Museu, em 1983, por existirem poucos recursos financeiros no seu orçamento anual destinado à aquisição de acervos, o modo de aquisição mais recorrente é o de doação. O museu só realizará descartes do acervo bibliográfico, fotográfico, hemerográfico e audiovisual quando a Política de Aquisição e Descarte de Acervos das Unidades Museus Ibram estiver concluída, aprovada e publicada no Diário Oficial da União.

3.1.4 Documentação:

Acervo Museológico: A coleção inicial do acervo museológico, constituída de 130 objetos, possui termo de responsabilidade e/ou recibos, termos de doação, registro de doação – elaborada pela museóloga Ângela Sumavielle sobre a procedência do acervo por ela encontrado –, termos de responsabilidade e correspondências sobre a aquisição do acervo, datados de 1983 a 1988. As aquisições mais recentes foram elaboradas em formato de dossiê e possuem, entre outros documentos, termos de doação ou documentação de transferência. Em relação aos documentos sobre a aquisição do acervo, muitos são considerados incompletos, pois não sinalizam informações a respeito do histórico da peça, não há justificativa referente à inserção dos objetos no acervo e tampouco é valorada a importância financeira do bem no momento da aquisição;

O acervo denominado museológico possui documentação de inventário e catalogação elaborados em três fases distintas, que a título da preservação da memória do acervo, são guardados em arquivo: a primeira fase inicia-se em 1983 pela museóloga Alair Siqueira Costa e refere-se ao Livro de Tombo, e as Ficha-Piloto de Inventário de Acervo adotadas pelo Programa Nacional de Museus da Fundação Nacional Pró-Memória, os quais estão catalogados 29 (vinte e nove) objetos do acervo e ainda o catálogo da exposição “O processo Abolicionista Através dos Textos oficiais” em que estão relacionadas 28 (vinte e oito) objetos.

A segunda fase em 1987, pela museóloga Ângela Sumavielle que além da marcação dos objetos da coleção inicial, elaborou um Arquivo Básico de Referência do Acervo, composto pela segunda versão

das fichas técnicas concluídas em 1988 e fotografias de alguns objetos. Ainda nesta fase foram enviadas cópias das fichas para inserção dos dados no Sistema de Inventário de Acervos Museológicos implantado e gerido pela Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos da Fundação Pró-memória. O MAB possui em seu arquivo o Relatório de Saída Para Buscas em Base de Dados de cada item do acervo, emitidos entre 1988- 1989 pelo referido sistema. O MAB ainda possui relatório de inventário realizado em 1990 para a Comissão de inventários de Acervos Museológicos (CIAM) constituída naquela coordenação.

A terceira fase inicia-se em 2010 com os trabalhos desenvolvidos pelo museólogo Adolfo Nobre no momento da transferência da gestão do IPHAN para o Ibram e se mantém até os dias atuais. Desta fase constam o Inventário de Acervo Arquivístico, Bibliográfico e Museológico do Ibram enviado à Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal – CGSIM em janeiro de 2011, e um banco de dados informatizado desenvolvido no Programa Microsoft Access por Adolfo Nobre, no qual estão inseridas as informações catalográficas de todo acervo museológico, também consta um projeto de Reestruturação da Documentação Museológica elaborado em 2012 pela museóloga Daiane Carvalho, cujo objetivo era reestruturar o sistema do museu para ampliar a capacidade de controle e segurança do acervo, no qual foi elaborado uma a ficha de identificação do acervo.

Atualmente para inventário e catalogação utilizam-se esses instrumentos, constando um quantitativo de 167 (cento e sessenta e sete) bens inventariados em meio impresso – as fichas de identificação são escritas à mão e são guardadas em invólucros plásticos e organizadas seguindo a sequência do número de registro em pastas suspensas – e em meio digital – as informações são digitadas no banco de dados –. Os objetos do acervo possuem numeração de registro bipartida (ano de entrada da peça e número da peça dentro da aquisição) e fotografias digital, tanto em formato de imagem como inseridas nos seus respectivos formulários no banco de dados. Apenas 130 objetos possuem marcação física do seu número de registro, respeitando a tipologia do material.

O museu possui 32 (trinta e dois) objetos não inventariados como acervo museológico (não possuem número de registro), são doações recebidas por contrapartida em virtude de utilização do espaço do museu em exposições, salienta-se que está não é uma exigência formal do museu, ou doações feitas por pessoas que tinham ou têm algum vínculo com a instituição e que optaram por doar as peças ao museu. Como, até 2010, não havia uma política de descarte e/ou aquisição, o recebimento desses objetos, não obedeciam a um critério prévio, implicando acúmulo de objetos destituído de um viés que permitisse de fato gerar uma coleção. Esses objetos estão catalogados em fichas de identificação e já foi feita pesquisa sobre sua procedência. Eles aguardam a consolidação da Política de Aquisição e Descarte para a formalização de sua exclusão ou inserção em outros contextos do museu.

Os instrumentos utilizados atualmente na documentação de acervo do MAB apresentam informações relacionadas à identificação, contextualização, biografia, morfologia e, também, de cunho administrativo, além do campo observações, que se torna um campo neutro, pois não se especifica o tipo de informações que devem ser inseridas. O campo termo serve para designar diferentes denominações da peça, embora não possua um vocabulário controlado para seu preenchimento, e o campo Classificação possibilita a utilização dos tesouros para agrupar tipologicamente o acervo. Não existe uma ficha específica para conservação-restauração e localização. Estes dados são inseridos diretamente no banco de dados. Os campos estão em consonância com a Resolução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014, que estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados. O museu ainda utiliza outros instrumentos documentais como controle de entrada e saída e planta baixa indicando localização na reserva técnica.

Os processos de catalogação estão informatizados, no que se refere a utilização de tabelas, planilha para Inventário físico financeiro de Bens Moveis que incluem os acervos, além de padrões e normas para catalogação do acervo nos instrumentos e o banco de dados. Todavia ainda não foi implantado um sistema informatizado de gestão de acervos que consiga articular entre si um conjunto de elementos que são tanto físicos, como os métodos, regras e procedimentos que determinam como intervir no elemento físico. Dessa forma precisa ainda conciliar as regras e normas de documentação, com os padrões e linguagens para o registro da informação; assim como a execução de procedimentos

documentais envolvendo a pré- entrada, empréstimo (entrada), perdas e danos, transporte, gestão de riscos, gestão de seguros e indenizações, controle de avaliação, auditoria, gestão de direitos, utilização da coleção, saída do objeto, empréstimo (saída), e documentação retrospectiva, e determinar níveis de acesso e uso diferenciado para a informação registrada. Tendo em vista que o MAB não possui uma área de informática, construir um sistema informatizado que consiga lidar com essas informações, com os requisitos do próprio sistema e as constantes atualizações envolvendo o conhecimento e investigação nas áreas da Documentação e da Computação torna-se em um desafio, que demanda um trabalho, muitas vezes, difícil e dispendioso.

Dessa forma os únicos profissionais do museu que utilizam e alimentam os instrumentos informatizados são os museólogos e seus respectivos estagiários; embora todos os servidores e estagiário tenham acesso à informação sobre às peças a partir do banco de dados ou às planilhas, pois ficam armazenados em pastas no servidor de arquivos do museu, o qual todos tem acesso.

A consulta ao acervo museológico do museu conservado em reserva técnica, bem como a base de dados não é estimulada considerando a falta de espaço físico, o risco atribuído ao contato do pesquisador com a sala onde o acervo é conservado, e a fragilidade dos equipamentos de informática do museu, bem como a falta de um recurso no banco de dados para estabelecer níveis de acesso e proteção. Todavia o museu não se recusa a fornecer informações ou acesso físico a esses bens sempre que solicitado. O acesso a reserva técnica por visitantes externos só é permitido em caso excepcional, e com prévia autorização da Direção do Museu.

Acervo Bibliográfico (Hemerográfico e Audiovisual): Atualmente, a biblioteca do MAB possui parte de seu acervo bibliográfico e hemerográfico classificados e catalogados em planilhas elaboradas pela bibliotecária contratada para a sua instituição e digitalizados por meio do Programa Winisis. Desta forma, foram inventariados: 1725 livros e periódicos. Esta classificação/catalogação/digitalização foi realizada na década de 90, por ocasião da sua implantação. Este sistema de informatização não tem sido alimentado, nesta mesma base ou em outra qualquer estabelecida, por não existir, no quadro de pessoal do MAB, uma bibliotecária para incorporar o acervo recebido, realizando o tratamento técnico adequado.

Em 2010, por ocasião da transferência da gestão do IPHAN para o Ibram, mantida até os dias atuais, foi iniciado o Inventário de Acervo Arquivístico, Bibliográfico e Museológico do Ibram e o mesmo, enviado à Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal – CGSIM em janeiro de 2012. Este inventário cita, entretanto não relaciona nem quantifica alguns títulos que necessitam de restauração, sendo necessário a realização de um levantamento, e avaliação por técnico(a) especializado(a).

O acesso ao acervo, bem como o atendimento aos pesquisadores são realizados pela técnica responsável pelo arquivo e biblioteca do MAB.

Ao longo dos anos, a biblioteca do MAB recebeu em doação alguns títulos que devem ser tecnicamente tratados por profissional qualificado, inseridos na biblioteca e/ou hemeroteca e informatizados. Estes acervos estão listados, alguns encaixotados e armazenados em armários de aço, inclusive o deslizante.

Acervo Arquivístico (Documental, Histórico e Fotográfico): As fotografias relativas ao Concurso de Fotografias Mestre Luís de França não estão inventariadas. As demais fotografias que compõem o acervo fotográfico do MAB encontram-se inventariadas por meio de planilhas próprias elaboradas a partir do manual de orientação para preservação de acervos fotográficos da Fundação Pinheiro, Universidade Federal de Minas Gerais e Fundação Nacional de Arte, e devidamente acondicionadas e guardadas em local apropriado. Estas fotografias foram digitalizadas por meio de parceria com o Laboratório Liber da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, salvas em HD externo no formato JPEG.

3.1.5 Conservação e Restauração:

Acervo Museológico: O acervo do MAB é guardado numa sala destinada para seu armazenamento, que a partir dos esforços da equipe do Museu conseguiram torna-la uma reserva técnica no que se refere a mobiliário adequado para os diferentes tipos de materiais e tamanhos; aproveitamento do espaço e boa circulação; os objetos foram separados por tipologia de material, e ficam acondicionados em mobiliário próprio – arquivos deslizantes, traines, mapotecas, armários e estantes.

A sala destinada à reserva técnica do museu não possui climatização adequada ao controle da temperatura, umidade entre outros fatores. É monitorada continuamente com auxílio de termo-higrômetro digital e datalogger digital para medir os níveis de temperatura e umidade continuamente, para acompanhamento das condições ambientais. Considera-se que o clima do ambiente põe em risco a integridade dos bens, para amenizar são realizadas higienizações sistemáticas e intervenção preventiva.

O MAB utiliza como critérios gerais de conservação preventiva e restauração dos acervos: técnicas de conservação específicas conforme tipo de material/técnica; cronograma de higienização mecânica dos acervos e do local de guarda; renovação dos materiais de acondicionamento dos objetos; qualquer intervenção de restauro deve ser feita apenas por profissional especializado.

O estado de conservação dos objetos é discriminado no banco de dados e são inseridas novas informações apenas quando há mudanças. Como o Museu não possui restauradores ou conservadores preventivos em seu quadro não são realizadas intervenções nem restaurações, apenas é realizado o acompanhamento sistemático e conservações mecânicas. Em casos necessários o MAB realiza parcerias com outras instituições para vinda de restauradores, como exemplo em 2017 realizou parceria com o Museu Histórico Nacional e com o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional para restaurar coleção de objetos africanos, também realiza projetos básicos para contratação desses profissionais.

De uma maneira geral o acervo encontra-se em bom estado de conservação. O quantitativo, segundo os seguintes critérios, são: bom (não necessita de intervenção) 153 peças; regular (intervenções mínimas) 31 peças; péssimo (exige uma intervenção global e/ou urgente) 1 peça.

Os riscos identificados para o acervo do Museu da Abolição referem-se a: forças físicas, criminosos, fogo, água, pragas, poluentes, luz/radiação ultravioleta e infravermelha, temperatura inadequada, umidade relativa inadequada, dissociação além de restaurações inadequadas.

São adotadas como medidas de mitigação para controle e/ou combate dos agentes identificados: abordagem e instrução de usuários e funcionários quanto a correta circulação, manuseio e limpeza das peças em exposição; treinamento dos funcionários que manuseiam o acervo; confecção de suportes adequados para o armazenamento do acervo em reserva técnica; vistoria periódica ao acervo; restrição do acesso à reserva técnica; organização dos objetos do acervo por material; monitoramento de temperatura e umidade com equipamentos adequados; reajuste e revisão dos procedimentos de controle de temperatura; relocação do acervo para espaços com melhores condições climáticas; limpeza química do acervo; e dedetização periódica do edifício.

Acervo Bibliográfico (Hemerográfico e Audiovisual): Parte dos acervos bibliográfico, hemerográfico e audiovisual encontram-se tecnicamente tratados e acondicionados, guardados em mobiliário próprio e adequado, localizado no mesmo espaço físico que o acervo museológico. Portanto os agentes de risco identificados são os mesmos do acervo museológico e a medida de mitigação adotada é a realização da higienização mecânica do acervo em questão, efetivada periodicamente, por um dos prestadores de serviços gerais, sob a orientação e supervisão da técnica responsável pela Biblioteca e Arquivo do MAB.

A sala destinada à guarda deste acervo não possui climatização adequada ao controle de temperatura, umidade entre outros fatores. É monitorada continuamente com auxílio de termo-higrômetro digital e datalogger digital para medir os níveis de temperatura e umidade continuamente, para

acompanhamento das condições ambientais. Considera-se que o clima do ambiente põe em risco a integridade dos bens, a qual é atenuada com a realização de higienizações mecânicas sistemáticas.

Os riscos identificados para o acervo do Museu da Abolição referem-se a: forças físicas, criminosos, fogo, água, pragas, poluentes, luz/radiação ultravioleta e infravermelha, temperatura inadequada, umidade relativa inadequada, dissociação além de restaurações inadequadas.

São adotadas como medidas de mitigação para controle e/ou combate dos agentes identificados: abordagem e instrução de usuários e funcionários quanto à correta circulação; restrição do acesso; monitoramento de temperatura e umidade com equipamentos adequados; reajuste e revisão dos procedimentos de controle de temperatura e dedetização periódica do edifício.

O Inventário de Acervo Arquivístico, Bibliográfico e Museológico do Ibram, supracitado, afirma que o estado de conservação do acervo em questão é bom, com realização de higienizações periódicas. Ressalta, sem quantificar, que alguns títulos necessitam de restauração, por apresentarem páginas destacadas e algumas fragmentadas, fungos, oxidação, bordas danificadas, capas soltas, manchas, entre outros. Não existem, no quadro de pessoal do Museu, restauradores e/ou conservadores. Portanto, não são realizados laudos técnicos de conservação.

Acervo Arquivístico (Documental, Histórico e Fotográfico): As coleções recebem uma conservação/higienização mecânica, periódica, e são realizadas substituições de suportes com materiais adequados, quando necessário. As coleções estão guardadas em uma mapoteca, de aço, na Sala Técnica do MAB. Não existem laudos do estado de conservação por não existir, no seu quadro de pessoal restauradores e/ou conservadores. Parte da coleção está em bom estado de conservação, 2267 (duas mil duzentas e sessenta e sete) fotografias, entretanto, existem algumas coleções identificadas que estão em péssimo estado de conservação perfazendo um total de 320 (trezentas e vinte) fotografias e 8 (oito) cromos que necessitam e aguardam recursos financeiros, para a execução de um projeto de restauração.

Os agentes de risco são temperatura inadequada, risco de infiltrações, pragas e agentes biológicos, tal como roedores, traças, brocas, entre outros e as medidas de mitigação para controle e/ou combate destes agentes identificados são restrição do acesso; monitoramento de temperatura e umidade com equipamentos adequados, reajuste e revisão dos procedimentos de controle de temperatura e dedetização periódica do edifício. O acesso ao acervo, bem como o atendimento aos pesquisadores são realizados pela técnica responsável pelo arquivo e biblioteca.

3.2 PROGRAMA

O Programa de Acervos consiste no estabelecimento de diretrizes, normas e políticas para a organização e o gerenciamento dos bens de natureza arquivista, bibliográfica e museológica do MAB. O objetivo do programa é planejar ações relativas ao processamento técnico, gerenciamento, preservação e difusão dos acervos e está diretamente vinculado a todos os outros programas do Plano Museológico. Está dividido em subprogramas: aquisição e descarte; documentação; e conservação – restauração.

O programa de acervos do MAB tem como meta a implantação de um sistema documental capacitado a disponibilizar e organizar informações de controle e localização dos acervos e alimentar a pesquisa na história da cultura material e, dentro do possível, na história e cultura afro-brasileira. Assim as linhas condutoras do Programa de Acervos voltam-se a coleta, pesquisa, preservação e registro dos aspectos culturais, tecnológicos, artísticos, religiosos, entre outros aspectos da memória de matriz negra e as suas contribuições à cultura brasileira a partir do patrimônio material e imaterial.

A gestão dos acervos do MAB se expressa a partir de documentos formais fruto de um processo de trabalho intelectual coletivo, que registra e sistematizam princípios, métodos e procedimentos técnicos e administrativos que orientam as ações voltadas à aquisição, ao empréstimo, ao descarte, a conservação-restauração e à segurança das diversas tipologias de acervo que estão sob a guarda do

Museu da Abolição. Estão embasados na missão, valor e objetivos da instituição, na análise do ambiente em que está inserida, assim como no Plano de Gestão de Riscos do MAB (2017).

3.2.1 Aquisição e descarte de Acervos

O Museu da Abolição tem como um dos objetivos fomentar a expansão dos seus acervos, (museológico, arquivístico e bibliográfico), partindo do conceito de objeto como índice das relações sociais, possuindo um potencial para registrar, representar e difundir o contexto social e institucional ao qual faz parte. Dessa forma o gerenciamento da informação dos acervos do MAB baseia-se na sua expansão ou retração a partir da perspectiva histórica, temática, ou suporte material, com vistas ao cumprimento adequado da missão institucional. O subprograma de aquisição e descarte de acervos atua no fortalecimento das relações interinstitucionais, a partir da identificação de peças ou coleções que compartilham um mesmo conceito e que podem ser adquiridas ou descartadas do acervo do museu, implicando no intercâmbio de informações referentes aos bens culturais musealizados. Torna-se assim uma importante ação estratégica para se firmar como um centro de referência afro-brasileiro

Fazendo necessária a consolidação da Política de Aquisição e Descarte de Acervos baseada nas normas e legislação nacionais e internacionais que tratam do assunto, nas orientações do Ibram, no planejamento conceitual e no Regimento Interno do MAB, elaborado em documento formal. A política define as prioridades de aquisição para complementar as coleções existentes e seus meios de captação, assim como as que precisam ser descartados prioritariamente, buscando viabilizar a integridade, a utilização científica, o crescimento e o controle dos acervos.

Enquanto a Política de Aquisição e Descarte de Acervos não estiver aprovada pelo Ibram, sempre que houver necessidade de avaliar a aquisição de acervos a direção do Museu da Abolição deve organizar uma Comissão de Avaliação do Acervo formada por 03 (três) servidores do MAB ou Ibram de diferentes formações.

3.2.2 Documentação

O subprograma de documentação tem como diretriz geral a organização do sistema de documentação voltado a facilitar a gestão e a recuperação da informação sobre os objetos. Dessa forma tem como objetivos garantir a segurança dos objetos por meio da inserção das mínimas informações que tornem possíveis identifica-lo, baseando-se principalmente na Resolução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014, que estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados; facilitar a recuperação da informação sobre os objetos por meio da organização e normatização rigorosa; e dar visibilidade às ações curatoriais desenvolvidas no MAB como exposição e estudo de coleções.

A Documentação dos acervos do MAB baseia-se na perspectiva de gestão da informação a partir de sistemas informatizados desenvolvido especialmente para atender as necessidades informacionais e seu perfil. O formato do registro deve ser organizado pela tipologia dos acervos (museológicos, arquivísticos, bibliográficos). E deve ser estruturado a partir de uma linguagem documentária, com vocabulários controlados e atualizados periodicamente, visto que no campo da cultura material novas evidências surgem com o tempo o que pode, provavelmente, alterar as informações sobre os objetos.

Diretrizes gerais para o sistema de documentação:

A gestão dos acervos museológicos deve buscar, por meio do incentivo à pesquisa, ressaltar a potencialidade do objeto museológico enquanto documento, compreendendo à inserção de todos os tipos de dados a serem levantados e produzidos sobre a significação histórica; contextos de origem e produção.

A área responsável pelos acervos deverão tomar medidas de controle sobre à circulação, consulta e empréstimo, localização nas áreas de guarda de acervo, bem como sobre sua segurança, mantendo sob

controle um mapa de localização dos acervos. A criação de instrumentos específicos para o controle do processo de aquisição, descarte, conservação, restauração, empréstimos e trânsito de obras deve ser avaliada constantemente pelo Núcleo Técnico. O fluxo desses procedimentos gera uma intensa rotina de trabalho que deve ser expressa em documentos formais como Manuais, fluxogramas e sistematizações.

Organização dos arquivos físicos dos acervos: Reunir, registrar e organizar os documentos intermediários das atividades Meio e Fim geradas pelos Núcleos do MAB respeitando a tipologia do material inseridos na base informatizada.

Quadros de classificação de series documentais: Criar e controlar o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade do acervo documental, atribuindo o devido prazo de guarda e destinação aos documentos classificados;

Adoção de vocabulários normatizados: A inserção de informação deve seguir um padrão normatizado em linguagem baseado no campo nocional do MAB, fazendo uso de tesouros, glossários, metadados entre outros vocabulários reconhecidos e aceitos na área.

Sistemas de documentação e gestão de coleções: Organização metodológica e registro documental e histórico dos objetos do acervo museológico em base de dados digital, que poderão ser consultados; e atualização de softwares de inventário do bibliográfico e arquivístico mantendo a base de dados atualizada; e gestão da propriedade intelectual do museu, em consonância com as diretrizes do Ibram.

Controle de movimentos internos e externos das coleções: Os acervos do MAB poderão ser emprestados para outras instituições para fins de exposições, assim como podem ser cedidos a outra instituição ou empresas para restauro externo, bem como podem ser movimentados dentro do espaço interno para fins de exposições, estudo, conservação entre outros. Esta circulação do acervo deve ser normatizada e registrada em instrumento documentário.

Política de segurança de dados informatizados: elaboração, manutenção, divulgação e atualização constantes de documento contendo um conjunto de normas, métodos e procedimentos visando garantir a proteção da informação gerada a partir do processamento de dados, incluindo os níveis de acesso e autorização; a integridade e exatidão da informação e dos métodos de processamento; e a disponibilidade para os usuários sempre que necessário.

Acessibilidade da informação e pesquisa de público: Devem ser implantadas iniciativas para realizar pesquisas sob o ponto de vista da formação da coleção, aquisição, procedência, valor simbólico, valor de uso e história, produzindo informação extrínseca sobre a coleção, de modo sistemático, por meio de projetos mais amplos e de ordem pontual conjuntamente com o Programa de pesquisa. As informações produzidas devem ser realizadas tanto para uso interno quanto para difusão externa em variados meios, tais como no site da instituição, em catálogos, em edições de revistas, entre outras publicações de acordo com o estabelecido no Programa de pesquisa.

Intercâmbio de saberes e informações: Para auxiliar a composição da documentação e pesquisa da coleção, devem ser desenvolvidos projetos de parceria com os Museus do Ibram e instituições afim para trazer profissionais especializados ao MAB, tais como arquivista, bibliotecário, historiadores, antropólogos, etc. De outro modo, desenvolver projetos para captar recursos e contratar serviços desses profissionais. E o estabelecimento de redes de troca de protocolos e documentação.

Centro de Documentação e pesquisa: A criação de um centro de documentação e pesquisa no Museu da Abolição permitirá a utilização de fontes antes não disponíveis para inúmeros pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento, contribuindo para o aumento da produção científica de áreas correlatas ao foco de pesquisa da instituição.

Cessão de uso de bens culturais musealizado: Atender aos procedimentos técnicos e administrativos, formalizados pelo Ibram a partir da [Instrução Normativa Nº 4, de 2 de julho de 2018](#), considerado como empréstimo, não oneroso ou oneroso, de caráter precário e por tempo determinado, de bens culturais musealizados de propriedade do Ibram, para pessoas jurídicas de direito público ou privado

sem fins lucrativos, sem transferência de domínio ou propriedade, em atendimento ao interesse público ou da coletividade, para fins de exposição, estudos, referências, reprodução, pesquisa, conservação, restauração ou intercâmbio científico e cultural; Devendo instaurar processo no Sistema Eletrônico de Informação – SEI e enviá-lo à Coordenação de Acervo Museológico do Departamento de Processos Museais – CAMUS/DPMUS, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência à data fixada para a movimentação dos bens, contendo a seguinte documentação.

3.2.3 Conservação e Restauração

O subprograma de conservação visa permitir a preservação da integridade física do acervo através de ações como o diagnóstico do estado de conservação, higienização e monitoramento das condições ambientais do espaço museológico - sistemas de medição e controle de umidade, temperatura, iluminação, controle de pragas e poluição - acondicionamento e manuseio.

Estes acervos, por serem bastante diversificados, reúnem em sua composição diferentes materiais que determinam cuidados diferenciados em sua conservação, assim as ações devem orientar-se na escolha do material apropriado e modo mais adequado de exposição do acervo nas salas expositivas, assim como no acondicionamento dos mesmos quando estes estão armazenados em sua Reserva Técnica ou quando são emprestados para participarem de exposições em outras instituições. Esses procedimentos serão rigorosamente documentados.

O museu deve priorizar ações de restauração de itens do acervo sempre que o mesmo encontra-se em condições inadequadas à sua preservação, e/ou exposição, bem como coloquem em riscos outros acervos; Orientando-se na escolha de profissionais especializados no material/técnica que compõe o objeto.

Critérios gerais de conservação da coleção:

- Condições ambientais adequadas - estabelecimento de parâmetros gerais adequados de conservação em áreas de exposição e guarda do acervo, bem como de sistemas de controle e monitoramento preventivo de umidade relativa e temperatura, por meio da instalação e manutenção de equipamentos adequados (termômetros, dataloggers, sistemas/unidades de ar condicionado, desumidificadores).
- Mobiliário adequado: Aquisição e correta utilização de mobiliário expositivo, embalagens e materiais adequados ao armazenamento e exposição dos objetos.
- Manutenção e Monitoramento – definição de necessidades como dedetizações, rotinas de limpezas e cuidados com o espaços expositivos e de guarda do acervo. Campanhas de sensibilizações programadas e sempre que necessários para dar conhecimento e incentivar à conservação dos acervos e edifício. Avaliação e monitoramento sistemático e periódico dos riscos relacionados aos acervos.
- Iluminação – Definição de parâmetros adequados e específicos à natureza dos objetos quanto aos níveis de luz, radiação ultravioleta (UV) e infravermelha (IV) nas salas expositivas e de guarda do acervo. Assim como utilização de equipamentos adequados para monitoramento em intervalos regulares.
- Moderna Reserva Técnica – implantação de uma reserva visitável por meio do gerenciamento ambiental, acondicionamento adequado das obras pertencentes ao acervo museológico e condições de segurança para garantir a proteção e a integridade do seu acervo, bem como dos visitantes, funcionários e das instalações, permitindo o acesso de públicos com necessidades especiais, ao atender às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
- Laboratório de conservação – definição e criação de espaço físico destinado a execução de pequenos serviços de conservação no acervo.

3.3 AÇÕES

- Elaboração de thesauri, listas de descritores e manuais para todos os acervos do MAB;

- Categorização do acervo museológico;
- Elaboração e sistematização de campos de dados para fichas padronizadas desdobradas por tipologia para o acervo museológico;
- Alimentação do banco de dados do acervo museológico através de pesquisas e catalogação-programa institucional e pesquisa.
- Manter a reserva técnica qualificada com equipamentos para monitorar o estado de conservação.
- Contratar equipe/empresa formada por arquivista e bibliotecário para inventariar os acervos arquivístico e bibliográficos utilizando os softwares recomendados pelo CENEDOM.
- Buscar efetivar no quadro funcional do MAB arquivista e bibliotecário para dar continuidade ao registro e processamento do inventário dos respectivos acervos do MAB.

4 EXPOSIÇÃO

4.1 DIAGNÓSTICO

As linguagens expositivas do Museu estão de acordo com a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos do Museu, sendo esses os principais critérios para aceitação de propostas para montagens expositivas de demanda externa. Porém, o Museu da Abolição não possui uma política de exposições consolidada. As exposições são realizadas através de solicitações externas do espaço expositivo ou por convite da instituição, não obedecendo para isso um cronograma semestral ou anual, assim como a abertura de pautas externas. As exposições podem contar com subsídios do Ibram, mediante elaboração de projeto básico; serem custeadas integralmente pelos solicitantes dos espaços expositivos (contando apenas com suporte técnico da equipe do Museu); ou podem ser produzidas com os recursos já existentes na instituição a partir de colaborações e permutas coordenadas pela equipe técnica responsável.

O Museu da Abolição tem, desde sua segunda reabertura, um diálogo constante com a sociedade, contado com sua participação na formação dos projetos expositivos, seja ela direta ou indireta. Um grande marco dessa participação social foi a Exposição em Processo, que contou com a participação de vários representantes de diversos movimentos sociais, lideranças afro religiosas, educadores, profissionais da área de museus, estudantes e cidadãos interessados no tema e nos objetivos da instituição. O detalhamento da Exposição em Processo está em Parte I - Definição da Instituição. Para além dessa exposição em específico, é intenso o diálogo e a participação da comunidade nos projetos expositivos do Museu, seja como proponentes (trazendo montagens expográficas já com recortes temáticos de interesse da instituição), como articuladores – quando são chamados para uma construção coletiva junto ao Museu – ou nas produções próprias da instituição onde os temas abordados estão sempre de acordo com sua missão e objetivos.

O Museu trabalha com mostras de acervo (a última realizada em 2013), exposições de curta duração (em sua maioria proveniente de solicitações externas) e exposições itinerantes, tendo à última itinerância sido realizada em 2016 na Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco. Em relação a exposições virtuais o Museu foi lançado em novembro de 2017 – em parceria com o Museu Afro Digital e com financiamento do FUNCULTURA – uma exposição virtual com os objetos sacros afro-brasileiros fruto de batidas policiais nos Terreiros de Candomblé de Recife na década de 1920.

Pela durabilidade das exposições em cartaz é possível notar que o Museu não compreende a exposição do seu acervo como de caráter permanente ou de longa duração, mas sim como mostras do acervo MAB. Este fato ocorre desde a criação do Museu, com exceção de dois períodos. Isto se dá em virtude da própria formação do acervo (ver mais em Diagnóstico de Acervo), assim como pela ausência de uma Política de Aquisição e Descarte de Acervos consolidada.

Os períodos de exceção citados, em que o museu teve ao longo de sua história dois momentos de exposições de caráter permanente foram: entre 1983 a 1989 com “O processo abolicionista através dos textos oficiais”; e entre 2010 a 2013 quando este em cartaz a denominada “Exposição em Processo”. As mostras de acervo realizadas após esse período ocorreram entre 2013 e 2014. Desde então a equipe técnica do MAB vem integrando peças específicas do acervo às exposições (externas ou internas) a fim de contribuir para o discurso narrativo das montagens; assim, não podemos considerar essas integrações como exposições permanentes ou de longa duração, tanto pela periodicidade, quanto pelas narrativas propostas, normalmente ligadas a temáticas a serem desenvolvidas especificamente por algum tema proposto para as atividades anuais.

As exposições de pauta externa têm sua temática, seleção de objetos e discurso, previamente apresentados via projeto, sendo avaliados pela direção e núcleo técnico, tendo em vista as linguagens já utilizadas pela instituição.

Para as exposições produzidas pela equipe do Museu, a construção é feita de forma coletiva, muitas vezes contando com a participação de especialista externo ou comunidade local, conforme já

especificado. A escolha da temática normalmente converge com as linhas de atuação do Museu (ver Parte 01 – Caracterização da Instituição); a partir dessa escolha, a equipe da museologia fica responsável pela seleção dos objetos e expografia; o discurso expositivo e as narrativas também são fruto de uma construção coletiva de curadoria, composta pela direção e membros da equipe técnica da instituição.

O Museu possui 03 (três) salas expositivas no pavimento térreo e 06 (seis) no pavimento superior, sendo as do pavimento térreo destinadas às exposições de curta duração e o superior delimitado para exposições de longa duração – sejam elas do acervo do Museu ou externas. O tempo de duração para as exposições é definido pela equipe técnica, quando a concepção, produção, custeio e montagem das exposições são de responsabilidade do Museu; quando se trata de uma pauta externa, os períodos de duração são previamente combinados, não havendo um critério de mínimo ou máximo.

As salas expositivas não possuem condições adequadas de temperatura e umidade para receber obras mais sensíveis a essas intempéries, pois o museu não possui sistema de climatização; o MAB também não possui sistema de iluminação adequado para espaços expositivos, com spots focais; a iluminação desses espaços é intercalada entre presença de luz natural e luz branca comum (a mesma encontrada nas salas técnicas); essa iluminação em algumas horas do dia incide diretamente sobre as obras, além de provocar certo desconforto visual por conta do excesso de luminosidade e o contraste com as paredes brancas. Apenas uma sala possuía iluminação com lâmpadas tipo par 38 em canhões direcionais, suspensos por um gride de ferro. Porém, o mesmo, reestruturado como contrapartida de uma exposição externa, teve suas lâmpadas queimadas em menos de dois meses após o conserto, pois a rede elétrica existente não oferece suporte para esse tipo de iluminação. Assim sendo, o funcionamento da iluminação focal existente e a instalação de novos pontos nas salas expositivas dependem da reestruturação do sistema elétrico do casarão (ver mais em Diagnóstico Arquitetônico e Urbanístico).

As exposições passam por manutenção quando é observada a necessidade; em períodos de variações climáticas excessivas, por exemplo, há um acompanhamento maior das obras expostas. Porém não há consolidado na instituição um sistema de manutenção que possibilite o acompanhamento, monitoramento e ação contra variações climáticas, incidência de detritos e sujidades, incidência de luminosidade direta e outras intempéries que venham a interferir diretamente no estado de conservação das peças. Sobre questões de segurança nas salas de exposição ver em Diagnóstico de Segurança. A limpeza mecânica das peças em exposição é feita pela equipe de funcionários terceirizados responsáveis pela manutenção do casarão, sob supervisão da equipe técnica responsável. No entanto, não houve nenhum treinamento exclusivo para essa ação.

O MAB possui como principal recurso expositivo mobiliário e vitrines. Alguns foram produzidos para composição das exposições da instituição e estão aqui desde sua inauguração e outros mobiliários foram doados por produtoras, pois compunham expografias de projetos temporários. Encontra-se em bom estado, necessitando ocasionalmente de reparos ou pintura. Um novo mobiliário expográfico, mais dinâmico e versátil foi desenhado para o Novo projeto Expográfico do MAB, que teve sua elaboração custeada pelo PAC das Cidades Históricas. O projeto está em etapa de captação de recursos para ser executado; para maiores informações sobre PAC das Cidades Históricas ver em Diagnóstico Institucional e Programa Arquitetônico e Urbanístico.

A equipe responsável pelas montagens expositivas é composta por duas museólogas e um estagiário do curso de Museologia (com contrato de até 02 anos). Para os processos de montagem que exigem transporte e alocação de peças nas salas são recrutados alguns dos funcionários terceirizados responsáveis pela manutenção do casarão. Em algumas demandas externas ou para exposições, cujos recursos são empenhados via projeto básico, há contratação de montadores (pessoa física) ou empresas de montagem expográfica.

A compreensão das narrativas expositivas, assim como informações sobre o histórico do sobrado da Madalena e do surgimento do Museu estão extremamente comprometidas, dependendo constantemente da figura do mediador durante a visita; a função é executada pelos estagiários e, ocasionalmente, pelos servidores (ver mais em Diagnóstico Educativo e Cultural). Não há recursos

suficientes, a nível comunicacional, para contemplar todos os públicos, de modo que a visita de turistas, crianças ou idosos necessitam ser supridos pela ação do mediador do Museu. Não existem recursos que auxiliem a visita de pessoas com deficiência e não alfabetizadas.

Durante a Exposição em Processo o museu convidou a sociedade a avaliar esta exposição, por meio de debate, visita mediada e aplicação de questionário, no qual foram apontados os aspectos frágeis e os aspectos fortes identificados. Essa avaliação trouxe como resultado a readequação expositiva com acréscimo de elementos e acervos àquela montagem. Atualmente não existe método avaliativo direto para as exposições do Museu. Porém, há uma caixa de sugestões e/ou reclamações na recepção do Museu, assim como formulários de visita de grupos escolares que são respondidos pelos professores. A coleta desses dados é de responsabilidade do núcleo educativo do Museu.

As exposições até então realizadas refletem as discussões que o Museu vem realizando no sentido de desenvolver sua missão institucional, a partir de questões relacionadas à valorização da mulher negra, sua beleza e estética afrodescendente; o direito ancestral das religiosidades de matriz africana; e os reflexos da abolição oficial na sociedade contemporânea. As propostas expositivas do MAB têm o intuito de estar em permanente atualização, renovando-se conforme a dinâmica da memória dos diversos grupos e temas abordados na missão e nos objetivos estratégicos do museu. Esta perspectiva tinha como suporte a minimização dos desgastes que sofrem as exposições institucionais de longa duração, dos museus em geral, uma vez que necessitam ser alteradas por completo, após longo período, em virtude de não corresponderem às surgentes interpretações sobre determinado aspecto do tema tratado.

O Museu da Abolição carece da consolidação de uma política de exposições, com normatização, abertura de pautas e criação de um cronograma interno para que possa produzir e receber montagens expográficas de acordo com a missão, os objetivos estratégicos, o plano de ação anual e os projetos institucionais que desenvolve. É necessária, também, uma revisão do aproveitamento educativo e cultural das montagens expográficas, uma vez que há uma gama de possibilidades a serem exploradas na narrativa de uma exposição. Outro ponto importante é a relação com a acessibilidade à informação e ao conhecimento passado através das exposições, pois a carência nesse setor inviabiliza o acesso a um público variado.

Uma reflexão sobre os processos de montagens expositivas, em sintonia com a missão e os objetivos do Museu da Abolição, oferecerá ao público diversas oportunidades para refletir sobre questões transversais que tangenciam os temas de interesse institucional. Uma nova exposição de longa duração, a ser montada, também será um grande trunfo para o Museu, tendo em vista as considerações às demandas dos movimentos sociais, coletadas durante o processo participativo de montagem da Exposição em Processo.

4.2 PROGRAMA

O Programa de Exposições objetiva o estabelecimento de sincronia para as exposições, de forma que haja uma sistemática rotatividade do acervo museológico da instituição nos espaços expositivos além de uma articulação veemente com os programas educativos e culturais e institucionais. O programa abarca as exposições temporárias; exposições itinerantes; e as mostras do acervo/ exposições de longa duração. E pauta-se na necessidade de flexibilidade expositiva e constante movimentos em relação ao posicionamento dos objetos.

Tem como meta a criação de uma política de exposições consolidada que atenda as demandas do público e contemple produções internas e externas a fim de estabelecer uma coerência de narrativa que corrobore com a missão e os objetivos estratégicos do Museu. Assim, as linhas condutoras do Programa de Exposição estão voltadas para pesquisa, comunicação, acessibilidade, ações educativas e culturais e difusão. A gestão das exposições do MAB se expressa a partir da curadoria da direção e das ações de financiamento e fomento da instituição.

A administração do programa de exposições do MAB é de responsabilidade da Direção e da área Núcleo técnico do Museu. As competências e atribuições da Direção e do Núcleo Técnico são apresentadas no Regimento Interno da instituição.

A partir de uma perspectiva global foram delineadas as seguintes linhas de atuação: Sistematização da sessão de espaços expositivos; Elaboração de dois projetos de expografia anualmente; Desenvolvimento de diretrizes e ações para capacitação de equipe; Estabelecer itinerância em escolas e universidades.

Tendo em vista as linhas acima, teremos os seguintes subprogramas:

4.2.1 Exposições de Curta Duração

O programa de exposições temporárias viabilizado anualmente. Esta programação deve levar em consideração as demandas da sociedade para utilizar os espaços expositivos do MAB; a identificação da equipe técnica de projetos realizados em outros espaços para serem recebidos no MAB; e os projetos institucionais do Museu e do Ibram.

Pautas semestrais para exposições temporárias externas

Consolidar uma pauta de sessão de espaço expositivo, no formato de edital, para atender as demandas das produções externas no Museu, de modo que as obrigações entre os produtores e o Museu fiquem especificadas assim como o tempo de duração das mostras e espaços disponíveis.

4.2.2 Exposições de Longa Duração

Execução do projeto Museográfico viabilizado com recursos do PAC cidades históricas para ser realizado nas salas do MAB depois da reforma e restauro. A exposição de longa duração, inaugural do Museu da Abolição provisoriamente intitulada Afrobrasilidades: Origens / Territórios / Movimentos, pretende reunir acervos de três instituições museais, que cederiam em comodato seus objetos e teriam voz presente no MAB, através do processo de Metacuradoria. Seria uma forma do MAB estabelecer um diálogo permanente com as instituições parceiras, trabalhando conjuntamente em pesquisas e desenvolvimento de novas aproximações teóricas em relação às coleções. O projeto foi idealizado a partir das reuniões do comitê da Metacuradoria, formado por representantes do Museu da Abolição, em parceria com Centro Cultural São Paulo, do Museu Nacional de Belas Artes e da universidade de Brasília que norteou o zoneamento da futura exposição inaugural

Elaboração de um projeto expográfico interno Anual com acervo MAB.

Desenvolver projeto expográfico que conte com a curadoria da direção e área técnico, parcerias e captação de recurso via editais ou Ibram (a partir de projeto básico).

Elaboração de uma produção expográfica institucional anual de acervos ou artistas visitantes. Contratar exposição já concebida por artista, produtora ou instituição a nível local, nacional ou internacional a fim de inserir o Museu da Abolição na rota das exposições de grande porte do cenário museal brasileiro.

Elaboração e execução de exposição permanente Memorial Casarão da Madalena Elaboração e execução de memória institucional com instalação de um Memorial do Museu no andar térreo do casarão.

4.2.3 Exposições Itinerantes

Itinerância em escolas e universidades.

Desenvolver projetos expográficos que tratem dos principais temas abordados pelo museu (reflexões processo abolicionista, diáspora, religiosidade, por exemplo) com reprodução dos acervos museológico, arquivística e bibliográfico em suportes materiais (plotagens em PVC ou banners) e/ou audiovisuais para que os mesmos possam circular em escolas e universidades ao longo do ano. Esse programa deve ser desenvolvido em concomitância com os programas Educativos e Culturais, Programa de Acervos, Programa de Pesquisa.

4.2.4 Estrutura

Desenvolvimento de treinamentos específicos para acompanhamento das exposições, elaboração de cursos e work shops para capacitação da equipe responsável pela manutenção predial para limpeza de acervo e espaços expositivos;

Mobiliário Expositivo

Utilização de mobiliário expositivo que dialogue com as particularidades do casarão e dos acervos, com a sustentabilidade e com fatores climáticos.

Cronograma e Rotina

Determinar a cada montagem uma rotina diária ou semanal a ser executada por estagiários e terceirizada (recepção, manutenção e segurança patrimonial) com apresentação de relatórios e livro de ocorrências da exposição.

Estabelecer cronograma anual de exposições com base nas de caráter externo (que serão conduzidas a partir das pautas) e interno.

Estabelecer um fluxograma para divulgação das exposições dividido em:

- Abertura
- Período em Cartaz
- Encerramento

4.2.5 Publicações

Gerar e publicar, a partir das montagens expográficas catálogos (virtual ou físico), material de auxílio à mediação, material educativo ou relatórios.

4.3 AÇÕES

- Elaboração de minuta de edital semestral para pautas externas de exposições;
- Elaboração e comunicação de cronograma de montagem expositiva interno e externo.

5 EDUCATIVO E CULTURAL

5.1 DIAGNÓSTICO

As atividades educativas e culturais oferecidos pelo MAB são as visitas mediadas; exibição de filmes no mini auditório e na ludoteca; cursos voltados para professores e estudantes de nível superior; seminários; palestras; rodas de diálogos; atividades na ludoteca e apoio para atividades educativas e culturais realizadas na área externa do Museu.

As visitas com mediação normalmente são solicitadas por grupos de visitantes, em sua maioria grupos escolares ou de organizações não-governamentais. A realização do curso de extensão e dos seminários/palestras/rodas de diálogo partiu da observação da carência de espaços dentro do ensino formal onde se discutam temáticas que atendam à Lei 10.639/03, enquanto a ludoteca foi criada para facilitar o processo de comunicação com o público dos primeiros anos do ensino fundamental formal para o qual temáticas como ‘continente africano’, ‘abolição’ e ‘escravidão’ ainda não são acessíveis, desde o ponto de vista cognitivo do público com essa idade (4 a 6 anos).

A elaboração dos roteiros ou textos de orientação para os mediadores é realizada em diálogo com o setor de museologia que colabora com informações ou material correspondentes ao processo de concepção, montagem e, ou curadoria da exposição em questão.

As atividades educativas e culturais do museu partem da visão de educação de Paulo Freire, para quem a educação precisa transformar a pessoa em sujeito ativo no mundo em que vive, capaz de refletir, criticar e intervir na sua realidade sociocultural. Entende-se que o processo de educação é uma via de mão dupla, onde quem ensina também aprende e onde todos e todas, independente de nível de escolaridade, carregam consigo conhecimento decorrente da sua vivência e do seu estar no mundo.

Assim, o visitante é provocado, através das visitas mediadas, a pensar o acervo a partir de uma ou das várias questões que ele suscita. Sempre dentro de uma perspectiva de diálogo e de construção de uma reflexão a partir das duas visões de mundo (considerando o mediador e o visitante). As atividades educativo-culturais do museu atendem a todo tipo de público.

O desenvolvimento dos projetos do setor educativo-cultural é feito juntamente com a demanda pelas atividades a serem desenvolvidas no Museu ao longo do ano, enquanto as atividades educativas são planejadas mediante o início de uma nova exposição ou quando surge uma demanda específica por parte do professor ou professora responsável pelo agendamento dos grupos visitantes.

O MAB não possui propriamente uma área educativa, estando setorizado na área Técnica. As ações educativas do museu são desenvolvidas por uma servidora, técnica em assuntos educacionais, que responde diretamente à direção do museu, e uma estagiária. Outras duas estagiárias da área técnica podem dar suporte no atendimento ao público visitante, caso haja necessidade. Todavia, dado o pequeno quadro de servidores do Museu, a servidora do educativo pode executar tarefas de outras áreas, bem como a respectiva estagiária. O espaço de trabalho da servidora e estagiária do educativo é o mesmo da direção da instituição.

O perfil desejado do estagiário para o trabalho no educativo do MAB é ter formação em curso de nível superior em andamento, preferencialmente no campo das ciências humanas e sociais. Para atuação como educador no Museu da Abolição, o elemento mais importante é afinidade com as temáticas que são caras ao museu e que estão colocadas na sua missão, tais como: a memória, os valores históricos, artísticos e culturais, o patrimônio material e imaterial dos afrodescendentes.

Existe estímulo à participação em atividades de qualificação tanto para os servidores quanto para os estagiários, tais como participação em cursos, oficinas e eventos de caráter técnico-científico, sem necessidade de compensação de horas de trabalho. O incentivo é feito a partir das demandas individuais ou institucionais.

Em relação aos recursos financeiros, a verba para as atividades educativas concorre com todas as demais atividades finalísticas do museu dentro do orçamento anual disponível.

A divulgação das ações educativas é feita através do site institucional do Museu, das suas redes sociais (instagram, facebook e twitter), mailing list e contato direto com parceiros. O MAB não possui espaço específico para comunicação das atividades educativas e culturais. Os canais de comunicação do educativo são os mesmos destinados a todos os setores do museu.

Em relação à acessibilidade apenas a acessibilidade social e financeira podem ser observadas no MAB, dado que todos os visitantes podem acessar o museu e suas atividades de forma gratuita. A acessibilidade cognitiva é trabalhada através da linguagem utilizada pelos educadores durante o processo de mediação.

As atividades educativas e culturais são registradas por fotografia. Esses dados são utilizados posteriormente na elaboração do relatório anual de atividades do museu. O número de pessoas participantes também é quantificado, seja por contagem, ou por assinatura em ata. A memória das ações do educativo passará a constar no relatório específico do setor, a ser elaborado e apresentado anualmente.

Em relação à avaliação dos resultados junto ao público agendado, a avaliação é feita a partir de um questionário de avaliação da experiência no museu, preenchido pelo professor ou responsável pelo grupo. A avaliação interna dos resultados obtidos com as atividades do educativo é feito de maneira informal no dia-a-dia.

No momento, não existe iniciativa do Museu em buscar a comunidade para a construção de propostas para as atividades e projetos do Programa Educativo e cultural. Esse quadro poderia ser modificado com o contato direto com professores entusiastas da utilização do museu como espaço de educação.

No que tange o calendário anual de eventos locais, a disponibilidade de recursos pelo Ibram não permite que o planejamento das atividades do educativo acompanhe os eventos locais.

O Museu possui parcerias estabelecidas no nível municipal. A Prefeitura da Cidade, a partir da Secretaria de Turismo, promove visitas ao museu dentro do Circuito Turístico “Olha, Recife!” e “Recife Mal Assombrado”. Nessas ocasiões são realizadas visitas mediadas e eventualmente alguma atividade de culminância do circuito na área externa do museu. A Secretaria de Educação, por meio do Grupo de Trabalho para a Educação das Relações Etnicorraciais (GTERE), também promove no Museu atividades de formação de professores da rede municipal nas dependências do Museu de forma sistematizada nos meses de outubro e novembro. O Museu participa do Conselho de Turismo de Recife que possui reuniões trimestrais.

No campo da área educativa, especificamente, o MAB faz parte da Rede de Educadores de Museus e Instituições Culturais (REMIC-PE), que se encontra, no ano de 2017, em fase de reestruturação e retomada de atividades.

O Museu desenvolveu em 2017 o Curso de Extensão “Tópicos da História e Cultura Indígena e Afro-brasileira”. Dado o resultado exitoso obtido com sua primeira edição em 2017, pretende-se dar continuidade e fazer do curso uma atividade de formação permanente do Museu. O curso é voltado para professores atuantes e estudantes de história, pedagogia e das várias licenciaturas, interessados em expandir seus horizontes no que toca a aplicação da Lei 10.639/03 e 11.648/08. Também será consolidado como projeto institucional as atividades atreladas à formação dos professores da rede municipal por meio do GTERE.

O MAB também realiza projetos, cuja demanda parte da própria comunidade do entorno, colaboradores e escolas vizinhas, coletivos, organizações e instituições públicas e privadas. Isto demonstra o reconhecimento do Museu como espaço da comunidade e parceiro no desenvolvimento de atividades voltadas para o interesse coletivo, potencializando o desenvolvimento de suas propostas socioeducativas e o cumprimento de sua função social.

O Museu precisa ampliar seu quadro de profissionais, com contratação de novos servidores para ~~com~~ atuação no Programa Educativo de modo a atender a necessidade de realização de pesquisas na área de educação em museus, bem como produzir e publicar esse tipo de material.

Os resultados das ações do educativo são registrados, mas não sistematizados de modo a poder alimentar outros produtos do Museu. O trabalho em parceria com os Programas Pesquisa e Comunicação pode otimizar esses registros e dar mais visibilidade à atuação do Programa Educativo do MAB.

O educativo do MAB precisa fortalecer o contato e relação com as escolas do entorno, passando a estabelecer vínculos e desenvolver propostas de parcerias com os gestores da instituição e não apenas com alguns professores, como vem sendo a prática.

Visitação Museu da Abolição

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº total de visitantes	6.133	3.993	3279	5214	7695	8771

5.2 PROGRAMA

De acordo como Ibram (2017, p. 64) “a educação museal corresponde a práticas e processos educativos não formais que, na relação entre os sujeitos sociais, a memória e os bens culturais musealizados e passíveis de musealização, contribuem para a construção e a preservação da identidade partilhada por um grupo, comunidade ou sociedade, valorizando-os na diversidade”.

O objetivo geral do Programa Educativo e Cultural do Museu da Abolição é promover a reflexão crítica sobre a participação dos africanos e seus descendentes na história do processo escravista brasileiro, na abolição, nas lutas libertárias e na formação da identidade nacional. O público-alvo das suas atividades compreendem tanto o visitante espontâneo quanto os grupos escolares e organizações não governamentais de natureza diversificada.

Dessa forma, o Programa Educativo e Cultural do MAB coloca a atuação do Museu e seu acervo como um recurso alternativo no auxílio ao desenvolvimento de atividades pedagógicas e socioeducativas referentes ao atendimento da Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio, reforçando assim sua função social e seu lugar como espaço de educação.

Neste programa, atua-se a partir da visão de educação preconizada por Paulo Freire: a educação problematizadora, aquela que busca a libertação dos educandos por meio de uma postura dialógica, baseada na reflexão do mundo dos educandos, caracterizada como um “constante ato de desvelamento da realidade” (FREIRE, 1987, p. 70).

A prática da educação problematizadora nasce e se desenvolve com base na dialogicidade, que no museu é intermediada pelas exposições e pelos bens culturais, o que permite o surgimento de uma relação de confiança entre o educador-educando, à medida em que ambos são sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento.

Assim sendo, o Programa Educativo e Cultural do MAB, em sinergia com os princípios da Política Nacional de Educação Museal (IBRAM, 2017):

- Estabelece a educação museal como uma função do museu, juntamente com as atividades de preservação, comunicação e pesquisa;
- Entende a educação museal como um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade.

- Reserva à equipe do setor educativo a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, prevendo dotação orçamentária e participação nas esferas decisórias do museu.
- Atualiza sistematicamente o Programa Educativo e Cultural, em consonância ao Plano Museológico, levando em consideração as características institucionais e dos seus diferentes públicos.
- Assegurar, a partir do conceito de Patrimônio Integral, que o Museu da Abolição seja um espaço de educação, de promoção da cidadania e colabore para o desenvolvimento regional e local, de forma integrada com seus diversos setores.

O Programa Educativo e Cultural do Museu da Abolição tem os seguintes objetivos:

- Implantar e desenvolver as políticas de atendimento ao visitante;
- Coordenar as atividades de mediação;
- Realizar o agendamento das visitas às exposições ou outras atividades educativo-culturais que estejam sendo oferecidas no museu;
- Assessorar os professores e gestores de instituições do ensino formal e não formal quanto ao estabelecimento de parcerias e propostas integradas de trabalho;
- Documentar as atividades educativas realizadas no MAB;

Do ponto de vista estratégico, as metas do Programa Educativo e Cultural são as seguintes:

- Produzir material didático, lúdico e informativo, para apoio ao atendimento do público visitante, especialmente o público infantil e professores;
- Desenvolver, de forma continuada, parcerias para capacitação de professores da rede pública, níveis fundamental e médio, voltadas para a instrumentalização do Ensino da História da Cultura Afro-brasileira, e auxílio no cumprimento da Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08.

5.2.1 Linhas de atuação

a) Visitas mediadas

As visitas mediadas são aquelas que acontecem com o acompanhamento de um mediador/educador do museu que, na medida em que apresenta a exposição, busca a construção de diálogo e interação com os visitantes. A depender do tamanho do grupo, do seu interesse e tempo disponível para a visita, as visitas mediadas podem ser complementadas pela exibição de um filme (curta, média ou longa metragem) que dialogue direta ou indiretamente com as exposições presentes no museu ou que, eventualmente, tenha sido demandado pelo responsável pelo grupo em função da sua temática.

Todos os grupos agendados devem ter o acompanhamento de um adulto responsável. O agendamento pode ser feito por telefone, por email, no site institucional, por mensagem via facebook, ou pessoalmente no Museu, das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira. Após a visita à exposição, os visitantes podem utilizar o jardim para o lanche ou realização de atividades ao ar livre.

Devido às limitações físicas e estruturais do Museu, o atendimento, nas salas de exposição, é limitado a grupos de até 30 visitantes por mediação. No caso da visita espontânea, havendo no mínimo 05 visitantes, a mediação pode ser solicitada junto à recepção.

b) Exibição de filmes - Videoteca

Qualquer visitante pode agendar a utilização do mini auditório do MAB para a exibição de vídeos disponibilizados na videoteca, desde que não haja choque de horário com outras atividades programadas para aquele espaço.

c) Apoio a ações educativas realizadas por outras instituições

O espaço externo do museu (jardim, teatro de arena e camarins) pode ser utilizado para a realização de atividades lúdicas e socioeducativas, tais como apresentações artísticas, recitais, shows de pequeno porte, dentre outros eventos culturais. Este espaço é disponibilizado por meio de demanda espontânea, desde que atendam o pré-requisito de promover o diálogo com a missão e objetivos da instituição.

d) Cursos voltados para professores e estudantes de nível superior

O Educativo do MAB apresentou e executou em 2017 a proposta de um Curso de extensão voltado para professores da rede pública e estudantes de nível superior de história e das várias licenciaturas, visando contribuir para o fortalecimento desses formadores no que toca o cumprimento da Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08.

e) Seminários/palestras/rodas de diálogo

São oferecidos regularmente ao longo do ano, visando promover debates e reflexões acerca das temáticas presentes na missão institucional do museu, notadamente: a memória, os valores históricos, artísticos e culturais, o patrimônio material e imaterial dos afrodescendentes, além de temas transversais, como direitos humanos e outros.

f) Ludoteca

A ludoteca é um espaço destinado ao uso de brinquedos e jogos organizados para o livre uso dos visitantes, em sua maioria crianças e adolescentes. Estes jogos e brinquedos possuem uma função pedagógica intrínseca, ao proporcionar interação, socialização, aprendizado e diversão entre aqueles que os utilizam.

O trabalho desenvolvido na ludoteca visa valorizar os brinquedos e atividades lúdicas e criativas; estimular o desenvolvimento global e individual das crianças; despertar o interesse por uma nova forma de animação cultural; desvincular o valor da apropriação privada do brinquedo ressaltando a importância do lúdico, desenvolvendo o espírito de partilha entre os seus usuários. Na ludoteca, a criança ou jovem tem a oportunidade de desenvolver ações de iniciativa pessoal, autonomia, enriquecimento nas interações sociais, apropriando-se de conteúdos vinculados à história e cultura afro-brasileira e de exercícios de cidadania.

A Ludoteca é fruto de uma parceria entre o Museu da Abolição e o Bureau de Cultura, tendo sido implementada com recursos do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura-PE), em 2015. Com o término das atividades do projeto, o MAB recebeu como doação a estrutura, materiais e equipamentos montados para o funcionamento do espaço e, atualmente, o atendimento é realizado pela própria equipe de mediação do Museu, de modo deficiente, todavia, dado o reduzido quadro de pessoal dedicado às atividades do educativo.

5.2.2 Estudos de Públicos

Os públicos atendidos pelo MAB são diversificados e se distinguem entre si de acordo com os serviços procurados. O público do educativo varia entre estudantes do ensino fundamental, médio, de graduação e professores dos diversos níveis; a biblioteca e hemeroteca também recebe este mesmo público, além de pesquisadores e interessados na temática da história e cultura afro; o mini-auditório e demais espaços são demandados por diversas instituições públicas, comunidades, movimentos sociais, culturais e religiosos de matriz africana, para realização de eventos que estão vinculados à missão e objetivos do MAB; os jardins são frequentados por estudantes das escolas próximas ao museu,

trabalhadores do entorno que utilizam os bancos para descanso durante os intervalos de alimentação, e público em geral que visita o museu. Além destes, existe o público interno (servidores, estagiários e terceirizados), para o qual são destinadas atividades específicas, a exemplo do Ciclo de Palestras Gestão Educativa, realizado bimestralmente.

A tendência de atendimento dos públicos no MAB é ampliar esta diversidade, tendo em vista a mobilização crescente dos movimentos sociais, culturais e religiosos e sua participação nos debates e atividades propostas pelo Museu. Além da crescente presença de docentes e discentes, os representantes de movimentos sociais, culturais, religiosos e musicais, e instituições do entorno do Museu, como associações de cegos, e membros da comunidade em geral, têm mantido contato para viabilizar parcerias e atividades nos espaços do MAB.

Em julho de 2017, a técnica em assuntos educacionais e uma das museólogas do MAB participaram da Oficina Laboratório de Públicos, onde foram instrumentalizadas a trabalhar com o Sistema de coleta de dados de públicos de museus, desenvolvido pelo Observatório Ibero-Americano de Museus (OIM). Foram dadas instruções quanto aos objetivos do sistema, sua metodologia, amostragem, aplicação, codificação e análise dos resultados. A partir dessa oficina o MAB passou a aplicar a pesquisa de público junto aos seus visitantes. O museu ainda está na fase de aplicação dos questionários, visto que ainda não foi atingido o número mínimo de questionários definido na amostragem.

A partir de maio de 2016, passou a ser contabilizado de forma separada dos demais públicos, o quantitativo de visitantes que acessam o MAB para participar de eventos específicos, sejam eles promovidos pelo próprio Museu ou por instituições parceiras. Com isso, o MAB informa mensalmente à CPAI o quantitativo de público agendado, espontâneo e de eventos.

5.3 AÇÕES

- Pesquisa quantitativa e qualitativa de público do MAB: Os dados desse levantamento podem vir a subsidiar publicações do programa de pesquisa e outros produtos dos programas Comunicação e Institucional. A pesquisa qualitativa empregará a metodologia adotada pelo Ibram e Observatório Ibero-americano de Museus.
- Produção de material educativo referente às exposições: Elaboração de textos que possam auxiliar os mediadores no atendimento ao público e, ou assistir ao visitante no caso da visitação espontânea.
- Levantamento e localização física, juntamente com a equipe de acervo e documentação, de todo material audiovisual do museu que pode ser utilizado nas atividades do educativo ou acessado de alguma forma pelo grande público
- Relatório anual de atividades do Educativo: A elaboração de um relatório anual de atividades facilitará o compartilhamento e divulgação dos dados e experiências educativas realizadas no Museu, podendo viabilizar, junto aos Programas Pesquisa e Comunicação, produtos específicos, tais como artigos científicos ou boletins informativos.

6.1 DIAGNÓSTICO

O Seminário “O Museu que nós queremos”, realizado em 16 e 17 de março de 2005, no Museu da Abolição, retomou a perspectiva de o Museu vir a ser Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira, definido pelo GT que o criou. Todavia, esta perspectiva ainda não se consolidou. Seja pela ausência de pesquisas na instituição, seja pela ausência de acervos mais consistente, seja pela ausência de publicações da própria instituição, seja pela acessibilidade aos acervos.

Não existe um levantamento bibliográfico, a fim de se conhecer a produção textual sobre o museu e dos pesquisadores que o utilizam como objeto de estudo ou pesquisa. Mas o museu dispõe de uma planilha de acompanhamento dos trabalhos que requerem o uso da imagem ou reprodução do acervo ou da edificação, alimentada por meio de informações retiradas do formulário de requerimento e emissão de autorização para o uso de imagem e reprodução de bens culturais – desde 2012 até novembro de 2017 foram realizadas 22 (vinte e duas) solicitações.

O museu possui acervos museológicos, bibliográficos, documental e coleção de fotografias analógicas e digitais catalogados e tecnicamente acondicionados. A consulta aos acervos do MAB é aberta ao público em geral, durante o horário de funcionamento do museu mediante agendamento prévio. A consulta pode ser realizada mediante acesso direto aos bens, desde que organizados tecnicamente e em bom estado de conservação. O banco de dados e arquivos sobre o acervo ainda não está acessível ao público. O acesso às salas onde o acervo é guardado é restrito aos funcionários do MAB. Em caso excepcional, e com prévia autorização, é permitido o acesso aos visitantes externos acompanhados por um servidor do MAB.

O público majoritário do museu: Estudantes do Ensino Fundamental seguidos pelos do Ensino Médio Educação Infantil e do ensino Superior. Também recebe uma quantidade alta de turistas e pessoas em busca de lazer e cultura.

Quanto à estrutura etária o público que majoritariamente visita o museu: Jovens (do nascimento até os 19 anos) seguidos de Adultos (entre 20 e 59 anos).

O Núcleo técnico do MAB organizou um grupo de estudos que vem contribuindo para identificar as necessidades de pesquisa a ser desenvolvida na instituição. Da mesma forma, tem proporcionado aos estagiários a oportunidade de experimentar o trabalho de pesquisa voltado para as necessidades institucionais quanto aos conteúdos importantes para a mediação. Em 2014, o Ibram cadastrou o Museu da Abolição na plataforma do Lattes/CNPq, o que possibilitou à criação do Grupo de Pesquisa Antropologia e Museus na Contemporaneidade, cujo líder é a diretora do MAB, Maria Elisabete Arruda de Assis, Doutora em Antropologia pela UFPE. As Áreas do conhecimento são Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas e a Área Predominante: Antropologia; Museologia; Ciência da Informação. Este grupo de pesquisas ainda não está consolidado, uma vez que carece da produção dos trabalhos e participação efetiva dos pesquisadores cadastrados. Durante o ano de 2015 foi realizado cadastramento de vários pesquisadores e articulação de parceria com o Paço do Frevo, museu do município do Recife. Esta parceria aguarda formalização.

6.2 PROGRAMA

O programa de Pesquisa do Museu da Abolição destina-se a processar, gerenciar e disseminar as informações produzidas em várias áreas do museu, apoiando a diretoria e os núcleos do Museu ao criar subsídios para suas atividades técnicas e administrativas e permitindo também a disponibilização de fontes e referências de pesquisa para a criação de exposições, publicações, atividades educativas e atendimento aos públicos externos. Destacam-se as linhas de pesquisa institucional, projetos de estudo de público, museologia, história institucional, cultura material imaterial e história afro-brasileira.

A principal linha condutora é a consolidação do Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira no Museu da Abolição, a qual está condicionada ao desenvolvimento e publicação de pesquisas voltadas para o seu próprio acervo e para temas de interesse da instituição e de seus objetivos; de constituição, organização, digitalização e disponibilização de todos os acervos existentes aos públicos, seja virtual ou presencial; de implantação de biblioteca, e ambiente equipado para o desenvolvimento de atividades educativas.

A fim de desempenhar essas funções, as atividades do Programa de Pesquisa são diversificadas, abrangendo a:

6.2.1 Instituição

Pesquisas voltados a suprir às necessidades de estudos sobre a edificação histórica, a constituição do museu, em consonância com sua missão e os objetivos visando a disponibilização para os visitantes por meio de um memorial expositivo do Museu da Abolição e publicações.

6.2.2 Temática

Atividades voltadas a identificar e documentar: as histórias vividas e construídas por personalidades representativas dos afrodescendentes de Pernambuco; as diversas identidades e memórias dos povos afrodescendentes; a o patrimônio material e imaterial dos afrodescendentes, os processos abolicionistas, de resistência, religiosos e culturais do povo negro no Brasil e diaspórico. Disponibilizando por meio de exposições temporária, publicações em site, revistas entre outros, seminários e etc.

6.2.3 Acervo

Busca fornecer dados de contextualização a respeito das peças e de seus autores e desenvolver projetos de pesquisa que aprofundam questões relativas aos eixos temáticos que organizam o acervo, tais como: registros da escravidão, dos processos abolicionistas no Brasil e da diáspora africana; marcos da cultura negra de Pernambuco e do Brasil e dos eventos comemorativos; arte sacra afro-brasileira e registros dos processos de resistência religiosa; arte do século XVI e arte contemporânea; efluentes da cultura negra na contemporaneidade e reflexões sobre o papel/lugar social do negro na contemporaneidade; e os registros dos processos culturais afro-brasileiro: idiomas, música, dança, teatro, literatura, culinária, festas tradicionais, irmandades religiosas, moda e estética.

Também promove o registro documental e histórico das peças, organizando-os metodologicamente em arquivos ou programas que poderão ser consultados pelos diversos públicos a partir de critérios previamente estabelecidos de acordo com o Programa de Documentação e a Política de segurança de dados informatizados.

6.2.4 Exposições

Auxilia no levantamento de informações sobre a temática da exposição e sobre o acervo exposto para a elaboração dos catálogos de exposição sejam elas longa/curta duração, itinerantes ou virtuais, desenvolvidas pelo museu ou por produções externas.

6.2.5 Educativo

Colaboração com o programa educativo na seleção e elaboração de materiais de apoio à ação educativa e cultural.

6.2.6 Comunicação

Ações de divulgação do acervo (em publicações impressas ou no site e outras redes) e do atendimento direto a pesquisadores externos que buscam subsídios para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos em variados níveis, sugerindo fontes de pesquisa, e permitindo a consulta física junto à Biblioteca, e respondendo às consultas virtuais. Qualquer espécie de uso da imagem ou reprodução estará sempre condicionada ao estado de conservação do material e deverão seguir as orientações da Instrução Normativa número 01/2013 do Ibram, bem como regulamentação do MAB.

6.2.7 Público

Pesquisa sobre os públicos do museu destinada a gerar informações e produzir conhecimento sobre os diversos públicos frequentadores e assim subsidiar a priorização de atividades e ações institucional direcionadas aos públicos que deseja atingir e satisfazer.

6.3 AÇÕES

- Ampliar relações com as Universidades, estabelecendo convênios e parcerias, de modo a desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento de interesse da instituição, em conjunto com profissionais e instituições reconhecidas;
- Criar publicação do Museu para divulgar as pesquisas realizadas;
- Disponibilizar os produtos elaborados pelas pesquisas aos diversos públicos e sociedade.

7 ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO

7.1 DIAGNÓSTICO

7.1.1 Aspectos físicos de entorno e instalações prediais

O Museu da Abolição está situado na cidade do Recife - PE. A área do município é de 218 km², composta por 67% de morros, 23% de planícies e 10% de aquáticas, sendo 6% de Zonas Especiais de Preservação Ambiental. Recife está situada sobre uma planície aluvial (fluviomarinha), constituída por ilhas, penínsulas, alagados e manguezais envolvidos por 5 rios: Beberibe, Capibaribe, Tejipió e braços do Jaboatão e do Pirapama. O edifício do museu se encontra a cerca de 500 m de distância de um deles, o rio Capibaribe. O bairro da Madalena está circunscrito a uma área de 183 hectares e possui 23.082 habitantes, segundo Censo de 2010 (Fonte: Prefeitura da cidade do Recife), é preponderantemente residencial, abrigando poucas casas comerciais. Além do museu, outra importante referência é o Mercado da Madalena, que foi construído próximo ao local onde existia antes uma feira livre e inaugurado no dia 19 de outubro de 1925. A vizinhança do MAB incluem uma escola da rede pública, casas residenciais e comerciais.

O Recife tem um clima tropical úmido (tipo As' na classificação climática de Köppen- Geiger), típico do litoral leste nordestino, com temperaturas médias mensais sempre superiores a 18 °C, baixas amplitudes térmicas e precipitações abundantes ao longo do ano. A temperatura média anual é de 25,5°C, chegando a 30°C no verão. No mês de janeiro ocorrem as temperaturas mais altas, sendo a máxima de 30°C e a mínima de 22°C, com muito sol. No mês de julho ocorrem as temperaturas mais baixas, sendo a máxima de 27°C e a mínima de 20°C, com muita precipitação. Nos dias mais quentes do verão a temperatura pode chegar a 35°C, com mínima de 28°C.

O tempo médio de insolação é de 2.550 horas/ano, com médias anuais de umidade relativa do ar de 80%. No período de maio a julho, os níveis de umidade relativa são mais elevados, podendo atingir médias de até 87%. A época mais seca vai de novembro a janeiro, com médias que chegam até 74%. O índice pluviométrico é superior a 2.000 milímetros (mm) anuais, concentrados entre abril e julho (médias mensais superiores a 300 mm), sendo julho o mês de maior precipitação (388 mm). As precipitações acontecem sob a forma de chuvas, que podem vir acompanhadas de raios e trovoadas e serem de forte intensidade, muitas vezes ocasionando alagamentos. A maior enchente da história do Recife foi registrada em julho de 1975, durante a qual o bairro da Madalena foi drasticamente afetado, inclusive a área onde se localiza o MAB. Ventanias também são comuns, sendo que uma das mais fortes aconteceu em 18 de fevereiro de 2010, quando uma rajada de 86 km/h destelhou casas. Cabe observar que a frequência de eventos extremos de chuvas vem aumentando no Recife desde a década de 80, devido às ações antropogênicas de modificação do espaço urbano (verticalização, impermeabilização do solo, redução de áreas verdes) e, possivelmente, à mudança climática global.

O MAB localiza-se no cruzamento das ruas Real da Torre e Avenida Caxangá, onde foi implantado o Túnel da Abolição pela Secretaria das Cidades do Governo do Estado de Pernambuco inaugurado em abril de 2015. Esse cruzamento faz importante ligação entre as áreas norte-sul e leste-oeste da cidade. Estando o prédio construído no limite do terreno, sua porta principal de acesso fica voltada diretamente para a calçada, não tendo um raio de proteção perimetral em parte do edifício, sendo duas de suas fachadas voltadas diretamente para a rua e as outras duas para o jardim interno da instituição.

Atualmente, o trânsito nas vias de entorno do museu tem um fluxo intenso de veículos e ônibus, com horários de pico no início da manhã e final da tarde. A av. Caxangá, cuja continuação é a Rua Benfica, sofre com congestionamentos de nível F (Fluxo forçado, muitas paradas). O governo do Estado de Pernambuco implantou um túnel na rua lateral do Museu com a perspectiva da construção de minimizar esta situação. A escolha pelo túnel deu-se em virtude de o casarão ser tombado pelo IPHAN, sendo descartada a utilização de um viaduto. O túnel passou a funcionar em 2005, mas a obra ainda não foi finalizada no entorno e acima do Túnel da Abolição, nem tampouco em toda a Av. Caxangá, que recebeu novos ônibus (BRT) cuja circulação deveria ser exclusiva. Não obstante, na

referida avenida, além dos ônibus BRT, continuam circulando os ônibus convencionais, o que piora muito o trânsito.

Apesar de estar inserido em uma região de intenso trânsito, a partir da construção do Túnel da Abolição, o edifício ficou mais protegido de sofrer colisões de veículos. Com a implantação do túnel, foi possível também verificar a diminuição nas trepidações, o que antes era considerado um risco significativo, pois acelerava o aparecimento de fissuras e rachaduras, prejudicando a estrutura do prédio e o acervo que abriga. Mas a situação do entorno do Museu da Abolição, decorrente da construção do Túnel da Abolição em termos de acessibilidade (entrada e saída de acervos e das pessoas) e de segurança do patrimônio, dos servidores da instituição, do público atendido pelo Museu e dos transeuntes do local é de extrema gravidade, visto que além dos transtornos causados pela insegurança decorrente da falta de iluminação pública; do abandono do local ao lado do Museu, no qual deveria ter uma praça, mas que em seu lugar está uma obra não só inacabada, mas largada à sujeira e ao uso inadequado (usuários de drogas), também foram estabelecidos acordos com a Secretaria das Cidades a qual se comprometeu em realizar intervenções no edifício de apoio do Museu da Abolição, reparação à perda da entrada do estacionamento do Museu, todavia até o momento, passados quase dois anos da entrega do Túnel, nada foi realizado.

O terreno em que está abrigado o museu possui 6.293,50m² e a área construída total é de cerca de 1.300m², incluindo o edifício principal e o anexo. O edifício principal possui dois pavimentos. No térreo atualmente funciona a recepção; três salas de exposições temporárias primeira sala possui espaço de 30.07m², a segunda sala possui 29.61m² e a terceira sala possui 44.07m²; hall de acesso/recepção; um auditório com capacidade para 50 pessoas; reserva técnica; ludoteca; jardim interno; sala técnica (museologia, arquivo e biblioteca); copa; e banheiros (masculino, feminino e adaptados à pessoas com necessidades motoras). No pavimento superior estão localizadas seis salas de exposições de longa duração, a primeira possui 20,19m², a segunda 31,98m², a terceira 49,68m², a quarta 31,45m², a quinta 56,75m² e a sexta 59,10m²; uma sala para a direção, educativo e reunião; e uma sala do Núcleo administrativo.

A área externa do museu possui uma área verde de aproximadamente 3.000 m² na qual se localizam diversas espécies de árvores e plantas, pertencentes ao universo simbólico das religiões de matriz africana e indígena, que têm finalidade terapêutica e religiosa reconhecida na cultura popular nordestina, e ainda um teatro de arena com área para 450 cadeiras e palco com 15m de diâmetro, e edifício de apoio construído na década de 1980 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual tem características modernas, possui 213,75 m² assim distribuídos: duas garagens, dois camarins com banheiros (um feminino e outro masculino), cozinha com banheiro, dois quartos para depósito, espaço de apoio aos terceirizados e área livre coberta.

Quadro de áreas:

Área Total do terreno	6.302,74 m ²
Área existente do pavimento térreo (sobrado)	570,16 m ²
Área existente do 1º pavimento (sobrado)	517,96 m ²
Área total do Sobrado	1.088.12 m ²
Área total do anexo	213,75 m ²
Área total de construção (sobrado e anexo)	1.301,87 m ²
Área de solo impermeabilizado	2.144,20 m ²
Área total de solo natural	2.571,32 m ²

Fonte: levantamento realizado em 2010 pela empresa ArqD.

7.1.2 Legislação urbanística e aspectos legais e cadastrais

Quanto à documentações, fundiária e de funcionamento do Museu da Abolição não foram localizadas a certidão do Registro Geral de Imóveis - Certidão inteiro teor do imóvel (cartorária) e nem a Licença municipal de funcionamento. O museu possui enquanto legislação e regulamentação de criação o Projeto de Lei nº 39, de 14/05/1954: proposta de criação do Museu da Abolição; a Lei Federal nº 3357 de 22 de dezembro de 1957, que criou o Museu da Abolição com Sede na Cidade do Recife, assinada pelo presidente em exercício Juscelino Kubitschek; o projeto de Lei nº 103: estabeleceu como de utilidade pública a desapropriação do Sobrado; Decreto Municipal nº 4514 de 30/12/1961: desapropriou o Sobrado Grande da Madalena; Inscrição do Sobrado Grande da Madalena no Livro Histórico de Tombo: 28/11/1966 pela DPHAN como Patrimônio Nacional; Norma 230, de 30/03/1976, artigos 2, 4 e 23: vincula o MAB ao Grupo VII - Unidade Museológica; E Lei nº 11.906: criação do Instituto Brasileiro de Museus.

Por ser um edifício tombado o Museu da Abolição obedece a normas, especificações e procedimentos instituídos pelo IPHAN, como a Portaria Iphan nº420/10, de 22 de dezembro de 2010, e por estar em âmbito federal também as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; Resolução RDC nº 50, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA -, e demais resoluções aplicáveis; Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério de Orçamento e Gestão. A Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências. E em âmbito municipais a Lei do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife: Lei nº 16.176 de 09 de abril de 1996 – Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, Lei nº 17.511 de 29 de dezembro de 2008 – Promove a revisão do Plano Diretor do Município do Recife, Lei nº 16.292 de 29 de janeiro de 1997 – Regula as atividades de Edificações e Instalações, no Município do Recife, e dá outras providências; E ainda segue como normas infralegais o Código de ética dos Museus (ICOM) e o Código de ética dos profissionais de Museus (COFEM-ICOM).

7.1.3 Informática, telefonia e automação predial

O Museu da Abolição não possui sistema de automação predial a exemplo de monitoramento eletrônico por meio de câmeras, Sistema de Proteção a Descarga Atmosférica – SPDA, sensor de presença, controle de iluminação, controle de acesso, central de conectividade, rede sem fio, tampouco sistemas de: ar condicionado, antenas, bombas, CFTV, equipamentos, etc.

Com relação à informática e telefonia, o Museu dispõe de uma central telefônica da marca Leucotron Telecom Active SDS, deixada pela IPHAN-PE à época de sua mudança. A central esta conectada a cinco (5) linhas telefônicas: 3228-3248, 3228-3903, 3228-3836, 3228-3901 e 3228-3834 e distribui ramais para todos os ambientes do casarão, para o anexo e guarita. Os equipamentos telefônicos foram trocados em 2012, juntamente com a atualização da central telefônica melhorando a qualidade da comunicação interna. Todavia, a guarita dos seguranças e a copa permanecem sem telefone e aguardam a realização das obras de restauro e qualificação para substituição da fiação e conectores existentes.

A rede de computadores também é legado do IPHAN-PE, que possuía dezenas de computadores distribuídos pelos pisos superior e térreo do Sobrado Grande da Madalena. Estas instalações atendem precariamente às necessidades do Museu, uma vez que as conexões existentes são insuficientes para atender a todos os servidores. Os cabos encontram-se em mau estado, o que causa interrupção do acesso à rede em alguns momentos e todo o cabeamento está exposto, inclusive nas salas de exposição. Muitas das saídas estão oxidadas, impedindo a utilização de equipamentos em rede em diversos espaços. Após a saída do IPHAN-PE, ficaram no Museu dois switches de 24 portas, um switch de 8 portas e todo o cabeamento. O provedor de internet continuou o mesmo contratado pelo IPHAN-PE, o Oi Velox, que fornecia uma conexão de 2MB/s, até 2012.

Em setembro de 2012, o Ibram firmou contrato com a Telemar Norte Leste S/A para fornecimento de serviço de acesso à Rede Mundial Internet com conexão dedicada e permanente, sem limite de tráfego, com velocidade de 2000 Kbps a 5000 Kbps. Em junho de 2016, o Ibram firmou um novo

contrato para fornecimento de serviço de acesso à Rede Mundial Internet com conexão dedicada e permanente, sem limite de tráfego, com velocidade mínima de 2 Mbps, com a empresa OI/SA.

Em abril de 2017, foi enviado um consultor de informática com intuito de realizar diagnóstico de infraestrutura atual de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no Museu da Abolição. Na oportunidade, foi informado que as atividades desenvolvidas estavam em consonância com as diretrizes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI do Ibram, 2017-2019, no que tange a manter atualizado o parque computacional e os serviços de comunicação, assim como prover infraestrutura de rede e capacidade de TI. Por fim, foi informado que destas atividades resultariam documentos técnicos propondo ações de modernização de curto, médio e longo prazo.

7.1.4 Condições da infraestrutura

Com a saída da Superintendência do IPHAN-PE do Sobrado, que ocupou 90% de suas instalações durante o período de 1975 a janeiro de 2010, o MAB passou a utilizar 100% da área em que está instalado. Como a ocupação integral da edificação para suas atividades museológicas é recente, sua infraestrutura não passou por nenhuma intervenção (reforma, adaptação e adequação) para a ocupação de seus espaços para fins museológicos, o que se faz necessário para o perfeito funcionamento deste. Em termos de conservação, o prédio necessita de restauro, uma vez que a única intervenção do tipo foi realizada entre os anos 60 e 70, antes da ocupação do sobrado pela Sede Regional do IPHAN. Por este motivo, não possui sistema de refrigeração em suas salas e, tendo em vista o clima da região nordeste, este fato compromete, sobremaneira, tanto o conforto do público visitante quanto a rotina de trabalho dos seus servidores.

Os danos da edificação já foram mapeados em projeto realizado em maio de 2010 quando o Departamento de Museus do Iphan contratou o escritório de arquitetura ArqD para realização do Levantamento Cadastral, Mapeamento de Danos e Relatório Técnico do edifício sede do Museu da Abolição – Sobrado Grande da Madalena com finalidade de subsidiar o projeto de conservação e restauração necessário. Todavia relatório com o diagnóstico das necessidades do conjunto arquitetônico do Museu da Abolição foi o único produto entregue por ter sido identificados no processo de contratação. O mapa de danos realizado em 2010 diagnosticou: danificação em sua estrutura física (paredes, pisos, revestimentos de azulejos, telhados, tetos, instalações hidráulicas, elétricas, climáticas, telefônica e de rede de computadores), como infiltração, goteiras, vazamentos, madeiras apodrecidas, rachaduras, materiais quebrados, etc. Além do casarão principal, o edifício anexo também apresenta rachaduras, infiltrações e desnivelamento do teto.

A rede elétrica já apresentou situações de pane em duas ocasiões no ano de 2014. Além disto, não possui acessibilidade aos portadores de necessidades especiais aos seus espaços internos e externos, de acordo com o previsto na legislação em vigor; nem tampouco possui sistema de segurança, de hidráulica, de telefonia, iluminação e lógica adequados à sua nova realidade. Não possui sinalização acessível e sua sinalização interna e externa são precárias. Não possui estrutura de lazer como loja e café, todavia, seus jardins, área verde singular no bairro em que se localiza, possui grande potencial para receber estruturas como estas, tendo em vista o tamanho de sua área verde, sua localização e fácil acesso. O edifício anexo encontra-se em precário estado de conservação, com rachaduras e infiltrações que comprometem a estrutura da cobertura e paredes em alvenaria. Em decorrência da necessidade de utilização deste espaço para o melhor desenvolvimento das atividades do museu, este necessita ser reformado e ampliado.

Em agosto de 2012, realizou-se um serviço de manutenção emergencial que sanou problemas mais graves no telhado e forro, com a retirada de madeiras apodrecidas e de uma antiga máquina de ar condicionado quebrada, a limpeza dos forros, calhas e rufos. Uma vez que persistiram goteiras e vazamentos no telhado, nova manutenção com revisão do sistema elétrico foi solicitada ao Ibram em 2015. Todavia, no ato de contratação da empresa, verificou-se inconsistência no contrato e o serviço não foi realizado. Encontra-se na iminência de uma nova licitação.

Atualmente, as instalações do MAB permitem o funcionamento das suas atividades de forma precária, visto que apresenta diversos problemas, dentre eles a deficiente conservação do edifício; ausência de adequação dos seus espaços para utilização museológica; ausência de climatização para as salas de trabalho e atendimento ao público; redes de instalações elétricas e hidrossanitárias deficientes que ameaçam a segurança dos usuários; edícula externa em precário estado de conservação; espaços sem acessibilidade; jardins com estado de conservação precário e infestação de cupins em diversas árvores; o que resulta um aproveitamento inferior frente às potencialidades que o espaço oferece.

Há necessidade urgente de obras de restauro e de adequação dos espaços para atendimento ao público (especialmente acessibilidade), e para funcionamento dos núcleos técnico e administrativo. Todas as salas de exposição apresentam fios expostos, paredes, portas, janelas e portais estragados, o que contribui para um aspecto de degradação dos ambientes, além de oferecer riscos diversos aos visitantes e funcionários, conforme será visto no programa de necessidades abaixo.

Em 2014, com os recursos do PAC das Cidades Históricas, foram contratados os projetos executivos de adequação, restauro, complementares e museográfico, os quais estão finalizados e aguardando aprovação do IPHAN para licitar a contratação das obras. A adequação, substituição ou reparo na rede elétrica, hidráulica, telefônica e lógica, são pontos essenciais do projeto de restauro e adequação, assim como a instalação de sistema de climatização, de rampas e elevador para viabilizar a acessibilidade ao casarão e área externa. Da mesma forma, estão previstos no projeto a construção de uma sala para o Laboratório de Experimentação Musical - LEMMA, no edifício de apoio, e espaço para café, loja e novos banheiros, na área externa.

A inspeção física das instalações (telhados, portas e janelas, instalações elétrica, hidráulica, telefônica e rede de computadores) não é realizada periodicamente. Uma vez que não existem funcionários com este tipo de especialização no MAB, em casos emergenciais solicitamos ajuda do IPHAN-PE, o que ocorre de maneira precária. Não existe contrato para a prestação de serviço regular de manutenção predial. Atualmente o MAB conta apenas com a prestação de serviço de segurança e de conservação e limpeza a partir do qual contamos com seis terceirizados para os serviços gerais. Todavia, os serviços contratados não atendem integralmente, às necessidades de manutenção, uma vez que não há serviço especializado em manutenção predial e jardinagem.

7.1.5 Condições de trabalho, ergonomia e conforto ambiental

O MAB buscando contribuir para uma melhoria na qualidade de vida no trabalho, identificou a necessidade de adquirir cadeiras adequadas para que os servidores, estagiários e recepcionistas possam desempenhar satisfatoriamente suas atividades, considerando que o mobiliário anteriormente existente não atendia às adequadas condições de ergonomia para os colaboradores que trabalham no museu.

7.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES

Para o bom funcionamento da instituição, e para se inserir no mapa urbano bem como atender as especificidades de sua missão e visão, e tendo em vista os aspectos sociais e histórico, delineados na primeira parte do Plano Museológico, compreende-se que o programa de necessidades da instituição precisa atender aspectos como melhor aproveitamento dos espaços, todavia a atual estrutura não tem atendido a isso.

O Programa de Necessidades do MAB inclui um conjunto sistematizado de necessidades e expectativas dos usuários internos e externos a serem atendidos para usos dos espaços físicos do, com a finalidade de nortear as decisões a serem tomadas e ao Programa Arquitetônico e Urbanístico, compreendendo:

Área interna:

- Recepção- Instalação de elevador, tornando-o apto a atender à diversidade de visitantes, visto que o acesso ao primeiro piso se dá apenas por intermédio das escadas.
- Memorial – Tendo em vista o histórico do museu, bem como sua perspectiva social o MAB vem desenvolvendo um projeto de memória institucional que almeja a instalação de um Memorial do Museu em uma das salas de exposição temporária, que será efetivada a partir da Reforma, Restauo, e da nova Expografia já desenhadas nos projetos executivos.
- Sala(s) de exposição (ões) de longa duração e/ou de curta duração - o Museu conta com três (3) salas de exposições temporárias no piso térreo as quais estão com formas e condições de iluminação distintas entre si. Faz necessário modernizar as salas expositivas tornando-as multiuso e dar acessibilidade ao público com mobilidade reduzida visitem as áreas expositivas e participem das atividades desenvolvidas pelo Museu em sua plenitude ampliando sua visitação.
- Reserva técnica - A reserva técnica necessita de mobiliário para abrigar o acervo museológico tais como compactadores deslizantes, mapotecas e trainel e de os sistemas climáticos e de gerenciamento ambiental o que permitirá um maior aproveitamento do espaço físico, acondicionamento mais seguro, ampliação do espaço visando o crescimento do acervo e permitindo que possa se tornar visitável.
- Laboratório de Conservação - O MAB necessita de um laboratório de conservação para pequenos serviços em seu acervo. Para tanto precisa de um plano de estruturação física do Laboratório incluindo indicação de equipamentos e materiais mínimos necessários ao trabalho;
- Ludoteca- Estruturação da sala de atividades do educativo tornando-a multiuso, contemplando mobiliário, sistemas áudio-visuais e painéis de exposição de atividades.
- Auditório - Aquisição de mobiliário e equipamentos: cadeiras, tela para projeção, projetor, DVD, som e iluminação e climatização.
- Banheiros - É necessário adequar os banheiros a necessidade dos usuários do museu, como exemplo a instalação de sanitário no pavimento superior.
- Biblioteca/ Arquivo- O Museu da Abolição possui arquivo deslizante, adquirido na década de 90, que abriga o acervo bibliográfico, hemerográfico, documental, referencial e fotográfico, fabricado pela TELOS S.A. EQUIPAMENTOS E SISTEMAS, há necessidade de aquisição de dois módulos intermediários para acondicionar o acervo que vem sendo adquirido nos últimos anos, também faz necessário um plano de estruturação da biblioteca, compreendendo indicação de sistemas de acondicionamento dos livros e arquivos contemplando o arquivo deslizante (existente e novas aquisições), mobiliário para os pesquisadores e logística de circulação.
- Sala técnica – a sala para os trabalhos desenvolvidos pela museologia, arquivo e biblioteca é a única que conta com ar condicionado Split, mas por ser uma sala anexa ao casarão e ter cobertura de telhas sofre bastante com as chuvas, também tem problemas com eletricidade e com o cabeamento da rede de internet. Dessa forma, precisa de novo cabeamento lógico e adaptações elétricas.
- Administração - por conta dos transtornos causados com a construção do Túnel da Abolição em 2014, tais como ruídos, poeiras, temperatura elevada entre outros, teve que ser mudar-se de sua sala e passou a ocupar uma das salas de exposição, que recebeu uma climatização com ar condicionado portátil, que não consegue suprir a necessidade de climatização, visto que dentro do casarão no turno da tarde chega a algo em torno de 40C°, principalmente em algumas salas onde não há ventilação, dessa forma, mesmo após a conclusão das obras eles permanecem lá, sendo necessária a climatização total das salas para que eles possam voltar a sua sala.

- Direção/Reunião – Necessita de organização do seu leiaute, com definição de reunião e mobiliário ergonômico.

Área externa:

- Jardim - O museu possui uma área externa com jardim que tem recebido vários projetos dos povos de terreiro que vem sendo realizados tradicionalmente no MAB, como “Comida de Terreiro”; “Encontro das Mulheres de Terreiro”, mas vários outros pedidos de utilização tem sido negado por não ter iluminação adequada com fiação exposta e por ter o piso em pedra portuguesa dos passeios bastante danificado que também não atende as normas de acessibilidade. A qualificação deste espaço potencializará seu uso e ampliará o poder de atração do MAB para as outras atividades e exposições.
- Teatro de arena- é um espaço atrativo e o museu tem adotado a prática de disponibilizá-lo para realização de atividades de interesse das comunidades afrodescendentes e que estejam voltadas para os objetivos e missão do museu, mas por não ter cobertura a capacidade de aproveitamento é extremamente reduzida devido ao clima de Recife.
- Estúdio Musical: Lemma – Laboratório de Experimentação Musical Museu da Abolição – Dado a procura do estúdio e a movimentação propiciada por esta atividade no museu, além do atendimento à demanda por espaços para ensaios de bandas na cidade, a reativação das instalações do LEMMA é uma questão importante para o público. A necessidade é criar um ambiente na área externa do museu, em um espaço a ser construído próximo ao auditório, com isolamento e tratamento acústico adequado, desumidificador e termo-hidrômetro.
- Edifício de apoio (Cozinha/copa/almoxarifado) além de apoio a demanda cotidiana referente aos funcionários do museu e em particular aos terceirizados, este espaço também é utilizado nas atividades realizadas na área externa, mas além de condições inadequadas, sua disposição é insuficiente para atender às necessidades do Museu.
- Sala multifuncional – Considerando a quantidade de atividades sócio educativas que o MAB desenvolve e também o seu objetivo educativo de fornecer espaço para ações e eventos dos parceiros e da comunidade, necessita-se a construção de uma sala adequada para suprir as necessidades do evento mas que também permita que o museu continue desenvolvendo suas atividades. Dessa forma, o adequado seria a construção de uma sala no edifício de apoio.
- Loja/ café – A área externa do MAB possui potencial para receber um ambiente que comporte loja/café e sanitários adequados para atender ao público das feiras e espetáculos, sem impactar visualmente no ambiente e preservando o espaço natural.
- Estacionamento – O museu possui estacionamento com capacidade para receber aproximadamente 30 carros, todavia não possui área reservadas, nem sinalizadas, para deficientes e idosos e instalação de Bicicletário no estacionamento para cumprir determinação do governo federal, conforme ofício circular do MinC.
- Guarita – Construção de uma guarita na entrada de carros do museu, com climatização e com banheiros. Tendo espaço para a instalação de central de comunicações e de segurança.

7.3 PROGRAMA

O Programa Arquitetônico Urbanístico do MAB abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, bem como das áreas de entorno da instituição, contendo descrição dos espaços e instalações, além de informar sobre os aspectos de acessibilidade, conforto ambiental, circulação, identidade visual e possibilidades de expansão. Embasado no diagnóstico possibilitou apresentar os limites e as possibilidades da instituição, bem como as intervenções necessárias.

Dessa forma, nesse programa pretende-se identificar os projetos a serem desenvolvidos e suas prioridades, uma vez que a reforma e restauro do casarão e bens integrados irá proporcionar a recuperação do patrimônio tombado em nível federal, contribuindo para sua preservação e qualificando a sede do Museu para desenvolver suas atividades finalísticas, com atendimento adequado aos seus públicos.

Necessitando também de projetos complementares visando recuperar os sistemas elétricos e hidráulicos, que se encontram em estado de precariedade, assim como mitigar os riscos decorrentes (incêndio, infiltrações, etc.) da condição em que os sistemas estão. Além disto, instalação de sistema de segurança e de climatização para trazer conforto aos seus usuários e segurança aos bens e acervos integrados.

Na área externa os jardins precisam ser recuperados a partir de um projeto paisagístico; com a instalação de lona tensionada no teatro de arena, que proporcionará a utilização do espaço externo de forma a aproveitar melhor esta área verde, única no bairro da Madalena. Também na área externa serão construídos um espaço para café e loja, banheiros para atender aos visitantes que se encontram na área externa, e uma sala acústica para abrigar o Laboratório de Experimentação Musical que receberá bandas da cidade para ensaios, gratuitamente, sob a contrapartida de realizar pelo menos uma apresentação em atividades desenvolvidas no calendário do Museu.

Os Projetos Executivos de Restauração Arquitetônica, juntamente com a Especificação Técnica, o Relatório Técnico de Prospecções Pictóricas, realizados pela empresa Grau no âmbito do PAC-Cidades históricas, assim como as recomendações das Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), constitui, elemento fundamental para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Museu da Abolição na execução dos serviços de Restauração do Museu da Abolição, a partir dos referidos recursos.

8.1 DIAGNÓSTICO

8.1.1 Organização da Segurança

O museu não possui área responsável exclusivamente pela segurança da instituição, a segurança é realizada por vigilantes terceirizados que fazem a proteção armada de toda a infraestrutura do Museu, de seu acervo, servidores e visitantes. O efetivo consta de dois (2) postos diurnos e dois (2) postos noturnos. As atividades designadas a estes seguranças são:

- Abertura e fechamento do casarão;
- Ronda diária e noturna, com preenchimento de Formulário de Ronda Diária, para acompanhamento de ocorrências;
- Registro de entrada e saída de veículos e objetos/volumes;
- Registro de ocorrências diversas em livro específico;
- Registro de entrada e saída dos servidores em instrumento específico;
- Controle diário, na abertura e fechamento da instituição, dos objetos que estão em exposição.

A equipe permanente e terceirizados não tem treinamento na área de segurança. Periodicamente é realizado contato com Corpo de bombeiros para realizar palestra de controle de incêndio e treinamento sobre o uso dos extintores de incêndio. Como medida de proteção a empresa terceirizada responsável pela segurança patrimonial está registrada na Polícia Federal. O museu não possui fontes alternativas de energia, utilizando apenas a energia elétrica fornecida pela companhia elétrica do estado.

8.1.2 Planos e Trabalhos de Prevenção

O Ibram através de sua Coordenação de Preservação e Segurança estabeleceu o Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado, e no segundo semestre de 2013 iniciou uma consultoria para capacitar as equipes dos museus na formulação e implantação de plano de trabalho em suas respectivas instituições. O Museu da Abolição fez parte do grupo de museus escolhidos para receber a visita do consultor, que ocorreu durante uma semana no mês de maio de 2017, para elaborar conjuntamente seu Plano de Gestão de Risco. Dentre os serviços prestados nesta consultoria e entregues em formato de relatório estão: contextualização e a identificação abrangente de todos os riscos para os acervos do MAB (produto 1); e a valoração quantitativa do acervo, análise quantitativa da magnitude dos riscos identificados utilizando escalas específicas para acervos culturais; comparação dos riscos analisados com proposta de mitigação, permitindo estabelecer prioridades de ação e alocação de recursos para mitigá-los de forma transparente e tecnicamente embasada (produto 2). O material foi entregue em agosto de 2017 e é utilizado para subsidiar as atividades cotidianas, no futuro, desenvolver o Plano de Emergência do MAB.

O Museu nunca dispôs de uma política de proteção ao patrimônio e à vida das pessoas, nem avaliação periódica dos possíveis riscos que venham prejudicar a integridade física do público visitante e a instituição.

O museu não possui brigada de incêndio, não há manual para funcionários e/ou visitantes sobre a segurança da instituição e nem plano de segurança para nenhum tipo de risco. Tampouco são realizadas simulações para o caso de sinistros. Não existe funcionário treinado em primeiros socorros. Em 2012, foi solicitada ao Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco uma vistoria no casarão para verificar riscos de incêndio. Após a vistoria, o laudo indicou que seria necessário alocar extintores de incêndio em diferentes locais do Museu e que fosse deslocado o botijão de gás que se encontrava na cozinha para uma área ao ar livre. As exigências foram atendidas e uma nova vistoria foi feita, atestando que todas as normas de segurança e prevenção de incêndio foram cumpridas. No ano de 2016, solicitou-se ao Corpo de Bombeiros o atestado de regularização da edificação (AR). Após nova inspeção, foram solicitadas algumas exigências para emissão do referido documento, as

quais serão atendidas na próxima reforma do museu, ainda sem prazo para ser iniciada. A partir deste ano (2012) o museu passou a realizar a manutenção anual dos extintores de incêndio.

O museu não possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. Também não possui Alvará de Funcionamento expedido pela prefeitura. E nunca recebeu uma notificação do Corpo de Bombeiros. O Núcleo administrativo do MAB mantém contato com o Corpo de Bombeiros responsável pela região, para apoio em eventos pontuais: erradicação de árvores que tenham risco de tombamento e realização de palestras educativas na área de incêndio.

O MAB possui Projeto Executivos de Prevenção e Combate a Incêndio aprovados pelo Corpo de Bombeiro de Pernambuco, produzido pela empresa GRAU – Grupo de Arquitetura e Urbanismo e entregue em 2016, já aprovado pelo Corpo de Bombeiros.

8.1.3 Controle e Monitoramento

As áreas de acesso limitado (administrativo e técnico) são precariamente sinalizadas, todavia, existem problemas com as fechaduras. Por este motivo, as portas podem ser abertas por estranhos à administração, e os mesmos podem ter acesso a estas áreas sem a devida permissão. Entretanto, como os seguranças realizam o acompanhamento dos visitantes, este fato não tem ocorrido. Nas salas destinadas ao depósito e arquivo, o controle de acesso torna-se mais rigoroso pela sua própria localização e pelo fato das fechaduras funcionarem e as chaves ficarem dentro do claviculário. O acesso em horários especiais, tais como, noturno, finais de semana e feriados, diferenciados do horário normal de atendimento ao público é permitido, desde que previamente autorizado pela administração. Este tipo de acesso é controlado pelos seguranças. Não existe política de controle de chaves, de reposição e duplicação de chaves, nem controle de emissão de chaves.

Não existem dispositivos de segurança, tais como: sistemas de alarmes automáticos, câmeras ou detectores de movimento, porta corta-fogo, sprinklers, hidrantes, ou mangueiras, detector de fumaça, áreas de resgate, circuito interno de TV, sistema de detecção eletrônica, nem detector de calor. Tampouco existe no museu um reservatório de água próprio para alimentar o sistema de combate a incêndio. O prédio tem saídas suficientes, todavia, não existe plano de evacuação, nem tampouco saídas de emergência em locais estratégicos. As saídas de emergência do museu não estão sinalizadas. A proteção existente contra incêndio constitui-se apenas da presença de extintores distribuídos nas salas, a partir das orientações recebidas pelo Corpo de Bombeiro.

Com relação a segurança física oferecida pelo edifício – o MAB é sediado em um sobrado cujo início de construção data do século XVII, projetado para ser a Casa Grande de um engenho de açúcar, dessa forma não há um raio de proteção perimetral em parte do edifício, sendo duas de suas fachadas voltadas diretamente para duas ruas de alta circulação de veículos, a Rua Real da Torre e a Rua Benfica, e as outras duas para um jardim interno da instituição. Voltadas para as ruas de circulação estão portas-balcão e janelas de parte do circuito expositivo. No entanto, as salas de exposição localizam-se no segundo andar da edificação, minimizando os riscos relacionados ao furto de objetos e fuga. Deve-se atentar também para as muitas portas e janelas em todo o circuito expositivo que, em função da ausência de um sistema de climatização, são mantidas abertas durante todo o período de funcionamento ao público, sendo fechadas no horário de encerramento da visitação.

Nas salas de armazenamento e exposição do acervo não existem sistema de detecção de presença, circuito fechado de tv sistemas e mecanismos de controle acesso (senha eletrônica, biometria, etc.); sistemas de segurança (alarme, vídeo-vigilância, vigilância presencial, grades, trancas, fechaduras, dobradiças, grades, etc.) que permitam prontamente denunciar a intrusão no edifício ou o controle das áreas de acesso restrito, assim como evidenciar e registrar ações desautorizadas. A vigilância do acervo em exposição é contínua. Durante o dia há dois (02) seguranças armados, sendo que um (01) é mantido do lado externo do museu enquanto um fica na recepção. Durante a noite são dois (02) em ronda. Ainda durante o dia, existem quatro (02) recepcionistas que acompanham os visitantes à exposição.

Não existem sistemas de drenagem de água, em caso de enchentes; tampouco sistemas de detecção, contenção e supressão de incêndio; sistemas de iluminação; sistemas de controle climático e qualidade do ar. Contudo, são tomadas todas as providências no sentido de reduzir os riscos, como o controle de limpeza, presença de extintores e observação 24 horas de funcionários e vigilantes.

Com relação ao mobiliário de exposição das peças do acervo (vitrines, estantes, armários, etc.) não foram construídos para dar estabilidade contra tombamento ou colapso; tem poucas vitrines e cúpulas, e alguns objetos ficam desprotegidos.

8.2 PROGRAMA

O Programa de segurança do Museu da Abolição pauta-se no conceito de gestão de riscos, visando atuar na mitigação dos riscos (eventos e processos) que podem gerar impactos ou comprometer à segurança e a preservação da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo.

O objetivo é a elaboração de planos preventivos contra incêndio, roubos e furtos, estruturados a partir Plano de Gestão de riscos para acervos; incluindo sistemas, equipamentos e instalações; os recursos humanos necessários; a definição de rotinas de segurança, circulação e transporte de acervos; e as estratégias de emergência. Buscando atender a todos os aspectos necessários para garantir a segurança da instituição, preservar a integridade física do edifício, proteger os acervos e reduzir/eliminar os riscos de acidentes aos colaboradores do museu e aos que transitam nas áreas próximas, implicando o cumprimento das normativas de segurança pública e o diálogo com à Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil.

Esse programa fundamenta o Projeto Executivos de Prevenção e Combate a Incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiro de Pernambuco, produzido pela empresa GRAU – Grupo de Arquitetura e Urbanismo, cujo objetivo consistiu em criar diretrizes, bem como oferecer subsídio e detalhamento técnico para elaboração da instalação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio.

A partir de uma perspectiva global foram delineadas linhas de atuação:

8.2.1 Estrutura e Recursos humanos

Garantir o bom funcionamento da instituição atendendo as expectativas do público: manter equipe fixa, com profissionais especializados para a segurança de toda a propriedade e patrimônio nela preservado, e promover periodicamente ações de formação e capacitação da equipe; sinalização adequada e obrigatória; sistemas de comunicação; zoneamento do edifício segundo os riscos.

8.2.2 Planos e trabalhos de prevenção

Elaborar, implementar e manter atualizado o Manual de Normas e Procedimentos de Segurança e os Planos de Emergência, com realização de treinamento periódico de todos os funcionários, observando as diretrizes gerais apontadas no Plano Museológico e no Plano de Gestão de Riscos. Criação de política de segurança de dados informatizados visando proteger o as informações geradas em todos os núcleos do museu e armazenadas no servidor de rede.

8.2.3 Controle e Monitoramento

Implantar Central de Controle e Monitoramento do Museu da Abolição com indicação de servidor (s) responsável; Adquirir e manter equipamentos adequados, como circuitos fechado de CFTV, detectores de presença; sistemas de hidrantes, extintores, alarmes, iluminação e sinalização de emergência entre outros. Controle de movimentação dos bens culturais e utilização do Cadastro de Bens Mesealizados Desaparecidos.

8.3 AÇÕES

- Executar projeto de prevenção e combate a incêndio, constante dos projetos executivos produzidos com recursos do PAC;

- Executar projeto do sistema elétrico do casarão, constante dos projetos executivos produzidos com recursos do PAC;
- Indicação de servidor técnico responsável pela organização e condução das ações concernentes à segurança;
- Criação de um comitê interno específico de prevenção e segurança contra incêndio;
- Aproximação do museu com os órgãos de segurança pública, especialmente o corpo de bombeiros, as polícias civil e militar, e a defesa civil;
- Criação de grupo de trabalho (brigada MAB) orientados para construir e coordenar o plano de gestão de riscos e outros documentos.
- Notificação às empresas licitadas, que prestam serviços ao Museu da Abolição, quanto à necessidade de realização de treinamentos periódicos dos funcionários terceirizados, no tocante a questões de segurança;
- Programação de treinamentos sistemáticos para assegurar a condução das atividades de segurança, de orientações, procedimentos preventivos e medidas a serem tomadas em casos de emergência, envolvendo todos os servidores, independentemente de sua atuação direta ou indireta com a questão da segurança.

9 FINANCIAMENTO E FOMENTO

9.1 DIAGNÓSTICO

A receita do Museu da Abolição é proveniente das seguintes fontes: recursos da União/Ministério da Cultura/Ibram; captação de leis de incentivo à cultura e editais por meio da elaboração de projetos. Não há cobrança de ingressos, nem tampouco os espaços cedidos são cobrados. Não existe qualquer outro tipo de receita a exemplo de loja de souvenir, nem café, nem restaurante.

O museu possui associação de amigos que está sem presidência e diretoria estabelecida, desde abril de 2014, por falta de chamada para eleições por parte da última gestão. Fundada desde 2007, realizou apenas uma iniciativa de captação de recursos, cujo projeto “Acessibilidade para a Abolição”, foi inscrito e aprovado no Programa CAIXA de Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro – Patrocínio 2013/2014, sob o nº 541, mas a contratação não foi realizada em virtude da ausência de apresentação de quitação dos débitos com o município.

A área administrativa é responsável pelo acompanhamento do orçamento, a partir de planilha dos investimentos diretos da instituição. Esta área, em conjunto com a área técnica, realiza o planejamento orçamentário anual do MAB, a partir dos recursos disponibilizados pelo Ibram.

Os principais gastos da instituição são serviços contratados de limpeza e segurança, assim como água, energia, esgoto, internet e telefonia. Os valores investidos em bens representam cerca de 20% dos recursos disponibilizados pelo mantenedor. Além destes, outra despesa importante é o custo dos servidores e estagiários, cujo acompanhamento é realizado pelo próprio Ibram, uma vez que o MAB não é Unidade Gestora. As despesas de manutenção dos diversos sistemas (elétrico, hidráulico, telhado, etc.) são periódicas, apenas nos estágios críticos emergenciais. Não existe investimento na aquisição de coleções por compra, uma vez que não há recursos para tal.

O MAB foi contemplado no PAC das cidades históricas com R\$ 3.600.000,00 para despesas com restauro do casarão. Nesse sentido, no ano de 2014/2015, a empresa GRAU foi contratada para a realização de projetos de restauro/reforma, museográfico e complementares. Na oportunidade, foram gastos aproximadamente R\$ 600.000,00. Ao término do projeto, foi verificado o montante de R\$7.200.000,00 para a realização de todo o escopo previsto com a restauração do casarão. Nesse sentido, o MAB aguarda a aprovação do orçamento pelo IPHAN – DF para captar os recursos complementares no valor de R\$ 4.200.000,00 para a execução de todos os projetos.

Não existe empresa de manutenção predial contratada, nem tampouco empresa de manutenção do seu jardim. Os investimentos na instituição, do ponto de vista de sua manutenção e conservação, são pensados a partir das necessidades mais urgentes. A área finalística concebe suas despesas a partir da Missão e objetivos estabelecidos no Plano Museológico. Todavia, nem todos os objetivos estabelecidos são alcançados, uma vez que os recursos disponibilizados pela mantenedora para a área finalística não são suficientes para suprir a necessidade institucional. Entre 2012 e 2015 foram disponibilizados R\$50.000,00 ano, entre 2016 e 2017, foram disponibilizados R\$20.000,00 ano para a área finalística. O que vem suprindo a necessidade da instituição para garantir minimamente o cumprimento de alguns de seus objetivos estratégicos é a captação de recursos a partir dos editais apresentados por parceiros e o desenvolvimento de parcerias com instituições públicas e privadas para desenvolver projetos na instituição, do parceiro ou da própria instituição.

A equipe técnica do museu busca acompanhar os editais de financiamento de projetos na área de museus, todavia como a Associação de amigos está inoperante não pode apresentar projetos por intermédio dela. Por este motivo, tem desenvolvido e aprovado alguns projetos, por meio da lei de incentivo do governo estadual, a partir de parcerias com produtoras locais e captando recursos para realização de pesquisa e exposições. Alguns projetos foram desenvolvidos e apresentados a empresas privadas, todavia estes não lograram êxito. A dificuldade encontrada foi o não interesse do projeto apresentado, apesar de sua consistência e das contrapartidas de marketing oferecidas. O museu tem conhecimento sobre os programas usados para inscrição de projetos no Ministério da Cultura, como o

SalicWeb e o Siconv, todavia nunca apresentou projetos em virtude de aguardar a finalização dos projetos de reforma e restauro em curso.

A dificuldade de captar e ampliar os recursos para a instituição deve-se em parte às dificuldades com a Associação e Amigos e ausência de estratégias como loja, café, e geração de produtos para venda. O fato de ser um museu público federal deixa sua estrutura engessada no sentido de seguir todos os trâmites que determina a legislação, como a Lei 8.666, ou a lei das licitações. A execução dos projetos de reforma e restauro darão melhores condições para a instituição desenvolver estratégias de captação de recursos.

9.2 PROGRAMA

O programa tem por objetivo identificar estratégias de captação de recursos para implementar projetos e ações apontadas nos demais programas do Plano Museológico, recursos esses oriundos de diversas fontes, quais sejam: orçamento próprio, patrocínio, convênio, parceria e leis de incentivo, neste sentido, contempla o planejamento de estratégias de captação, desenvolvimento de parcerias e aplicação e gerenciamento dos recursos orçamentários disponibilizados pelo Ibram. Para desenvolver estas estratégias foram definidas seis linhas de atuação conforme abaixo:

9.2.1 Captação de Recursos via AMAB

Consolidar a Associação de Amigos do Museu da Abolição e realizar permanente estímulo para elaboração de projetos para captação de recursos.

9.2.2 Acompanhamento de editais

Sistematizar o acompanhamento de editais, pela equipe técnica do Museu, desenvolver e inscrever projetos pertinentes às áreas de museologia, patrimônio, exposições, educativo, etc.;

9.2.3 Desenvolvimento de parcerias

Prospectar potenciais parceiros, instituições públicas ou privadas, para ações de contrapartidas em projetos realizados no MAB e desenvolvimento de projetos para captação de recursos, atentando para o que está estabelecido na IN nº 05/2017;

9.2.4 Captação de Recursos no MAB

Executar o projeto de instalação da loja e café, previstos no projeto executivo de reforma e restauro do MAB, para explorar comercialmente o espaço de alimentação, venda de objetos produzidos com a marca do MAB ou com imagens de seu acervo, livros e outros itens ligados à divulgação de suas atividades;

9.2.5 Identificação de potenciais doadores

Prospectar potenciais doadores de acervos, bens e serviços e negociar doações.

9.2.6 Produção de bens para venda

Desenvolver produtos com a logo do MAB ou imagens do seu acervo para venda na loja ou a serem negociados como contrapartidas de ação de merchandising dos projetos apresentados na captação de recursos.

9.2.7 Captação de Recursos por meio de emendas Parlamentares

Mantar diálogo e parcerias com parlamentares que têm sensibilidade para os objetivos e missão institucionais e apresentar a eles projetos a serem viabilizados com recursos destinados às emendas parlamentares.

9.3 AÇÕES

- Promover a consolidação da AMAB, por meio do estímulo à participação da sociedade civil;
- Acompanhar atividades da AMAB;
- Acompanhar editais e desenvolver projetos para captação de recursos;
- Articular parcerias com o curso e design e empresas do ramo para envolver estudantes no desenvolvimento de produtos com a logo do MAB ou imagens do seu acervo, ou mesmo jogos da ludoteca, para serem comercializados na loja;
- Captar recursos para projetos desenvolvidos.

10 COMUNICAÇÃO

10.1 DIAGNÓSTICO

A divulgação de eventos do Museu é realizada pela equipe técnica do próprio Museu com auxílio da ASCOM/Ibram. O Museu da Abolição vem trabalhando o planejamento de Comunicação desde 2012, quando uma consultora na área foi contratada via Ibram Sede para apresentar um diagnóstico de comunicação do Museu. Foram apontados como pontos positivos: a inserção do ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, fato que contribui no aumento do público; o sentimento de pertença que alguns movimentos e coletivos negros têm para com o museu; o apoio dado pela Regional/MinC nas divulgações do Museu; e o auxílio da Assessoria de Comunicação do Ibram – Ascom/Ibram, nos contatos com a grande imprensa; a produção de um boletim eletrônico regular. Como ponto negativo foram apontados muitos fatores, dentre os quais podemos destacar: falta de profissional da área de comunicação; ausência de matérias locais no clipping; falta de profissional ou programa com pessoal apto para trabalhar layout, diagramação de material de divulgação; falta de visibilidade em guias e roteiros turísticos.

Em 2015 o MAB estruturou, com apoio do referido GT, um projeto básico que teve como objetivo a contratação de empresa especializada em serviços de comunicação para realização de consultoria envolvendo a elaboração do Plano de Comunicação institucional que compreende o desenvolvimento de ferramentas estratégicas para divulgação, comunicação e marketing do Museu da Abolição, por meio de ações direcionais de difusão e produção de ferramentas para a disseminação de projetos, exposições e visibilidade do Museu da Abolição, objetivando maximizar e fortalecer a marca da instituição por intermédio de ações de comunicação para públicos internos e externos da organização. Foi elaborado outro diagnóstico prévio sobre o setor de comunicação do MAB para a elaboração do referido projeto básico. Nesse diagnóstico foram apontadas as dificuldades, os motivos para tal e as possíveis soluções para comunicação externa e interna do museu. Diversos pontos do primeiro diagnóstico de 2012 foram rememorados neste documento.

O projeto foi empenhado e começou a ser executado também no ano de 2015. A empresa responsável pela execução do projeto reuniu-se com o núcleo técnico do Museu a fim de construir um diagnóstico próprio; também fizeram a avaliação das redes sociais do museu. Apresentaram propostas para o site, acessória de imprensa, comunicação interna e publicidade. No entanto, após essa etapa, a empresa não entrou mais em contato – apesar das várias tentativas por telefone, e-mail – e não deu continuidade ao projeto. O material produzido foi entregue ao MAB, porém o projeto não foi considerado concluído, pois o plano de comunicação não foi entregue em sua completude; também não foi emitida ou enviada nota fiscal de pagamento para esse serviço.

Na tentativa de sanar, mesmo que parcialmente, as deficiências de comunicação o núcleo técnico solicitou que uma das vagas fosse preenchida por estudante do curso de Comunicação Social ou Jornalismo. As atribuições do estagiário estariam ligadas as atividades de comunicação externa e ocasionalmente comunicação interna, além no auxílio nas mediações das exposições a grupos escolares. O estagiário seria supervisionado por servidor da área técnica, designado pela direção. Atualmente as atividades de comunicação são desempenhadas por estagiário da área de comunicação ou jornalismo, tendo suas atividades acompanhadas por servidor da área técnica de forma rotativa, que assume as atividades e a supervisão por um período de tempo determinado.

A comunicação interna do Museu é feita por comunicados internos, quando expedidos, são entregues diretamente aos servidores e terceirizados, e fixados no mural de recados localizado no primeiro piso com o objetivo de dar ciência a novos procedimentos e resoluções da administração à equipe do Museu. Além desse mecanismo há uma agenda compartilhada internamente pelos servidores e estagiários, onde é possível visualizar atividades (como agendamento de grupos escolares, reuniões, montagens de exposições e eventos) além das ausências da equipe. Esse calendário é impresso

semanalmente e fixado nos quadros de aviso internos para que os terceirizados tenham acesso às atividades que ocorrem na instituição.

O Museu possui os seguintes canais de comunicação externo atualmente: redes sociais, site e mailing (mala direta). O primeiro site do Museu da Abolição www.museudaabolicao.com.br foi desenvolvido em JOOMLA (S.G.C. gratuito), pela equipe técnica do MAB com apoio da sua Associação de Amigos, em 2009. Este site foi desativado em 2014, em virtude de sua inadequação (era comercial e não governamental) e o seu conteúdo migrou para o servidor do Ibram, quando foi criado o novo site www.museudaabolicao.gov.br. O MAB possui perfil cadastrado nas seguintes redes sociais: Facebook: Museu da Abolição; Twitter: <https://twitter.com/museudaabolicao>, e instagram @museuabolicao. Os perfis são administrados e alimentados pelo estagiário da área de comunicação, sob supervisão de um servidor. A necessidade de atualização padronizada proporcionou a realização de um curso sobre mídias sociais, que foi realizado no MAB, em parceria com a ASCOM/Ibram, em 2015.

O MAB não possui assessoria de imprensa local e as atividades e serviços do Museu são divulgados pelos próprios servidores, auxiliados pelo estagiário de comunicação, por meio do seu site (www.museudaabolicao.gov.br), correspondência eletrônica, boletins e site do Ibram, folder institucional, mídia espontânea, Agenda Cultural da Prefeitura do Recife, rádios comunitárias, os meios custeados pelo Ibram, e os disponíveis gratuitamente. Em 2016 a ASCOM/Ibram designou pontos focais no Museu, ficando um servidor do Museu responsável por repassar as necessidades de comunicação externa para o servidor técnico ponto focal do referido Museu na sede, em Brasília.

Referente à comunicação visual, o Museu dispõe de precária sinalização interna, realizada pelos próprios servidores atendendo às demandas observadas no decorrer da utilização do Museu pelo público. Verifica-se que a sinalização não é eficaz necessitando de uma uniformização e ampliação, de modo a identificar todos os espaços da instituição.

No segundo semestre de 2012 foram instalados três (3) porta-banner na área lateral do museu, próximo à entrada do estacionamento, voltado para a Rua Real da Torre, de grande movimentação. Cada porta-banner recebe um banner específico: 1) logo e identificação do MAB; 2) foto da exposição em cartaz 3) logo e foto de uma peça do acervo. Estes materiais serão substituídos, por conta do desgaste do material, localizado em área externa, e para atualização das informações. Após a construção do Túnel da Abolição a localização desses banners se tornou inadequada, pois o local está sem iluminação noturna e não beneficia a visualização dos transeuntes (ver mais sobre os impactos da construção do Túnel em Diagnóstico Arquitetônico e Urbanístico).

Na área externa existe uma placa indicativa de que o edifício é um Museu, localizada na Praça João Alfredo. Nas vias de acesso à instituição existe apenas uma placa de sinalização de trânsito, antes da entrada do túnel que fica na lateral da sede. A rua em frente ao Museu é utilizada para estacionamento de carros, o que torna a visualização do imponente prédio bastante poluída e a fachada de entrada do Museu acaba ficando visível apenas para os pedestres, que ainda assim tem os carros estacionados como uma barreira visual.

A publicação de folders ocorreu em 2011, 2015 e 2017, para suprir as necessidades de informações sobre o casarão e sobre a história e projetos do Museu que não estão contemplados nas exposições e ficavam restritos para grupos que recebiam mediação mediante agendamento ou solicitação prévia na recepção. O MAB, em algumas ocasiões, veicula cartazes impressos sobre seus eventos. Também recebe cartazes de eventos externos que são expostos no balcão da recepção e no quadro de avisos do andar térreo.

Diante de tal quadro é possível notar que o Museu da Abolição necessita estruturar sua logística através de Plano de Comunicação, além da necessidade de recursos humanos, com profissionais de formação nas áreas de jornalismo e design. Porém existem medidas emergenciais que podem auxiliar no bom fluxo das informações para o efetivo do Museu e, principalmente, para o público.

10.2 PROGRAMA

O programa de comunicação do MAB tem por objetivo aplicar as diretrizes de marketing museal e implantar estratégias para fortalecer a imagem do museu como espaço democrático de cidadania e inclusão social e fortalecer as diversas ferramentas que ampliam os canais de comunicação com os públicos do museu. Também objetiva criar uma rotina comunicacional interna a fim de auxiliar na interação do público interno com as atividades desenvolvidas pelo museu. O programa está dividido em dois subprogramas: comunicação interna, estrutura e comunicação externa.

10.2.1 Comunicação interna

O intento dessa linha de atuação é integrar as áreas competentes do Museu (técnica e administrativa), de modo que – por meio de reuniões, e-mails, e Comunicados Internos – os trabalhos realizados por todos os colaboradores da instituição, tenham uma culminância a mais uníssona possível. Desse modo, busca-se a criação de algumas rotinas administrativas que podem cobrir a consolidação desse programa de forma eficaz e participativa, quais são:

- Garantir o estabelecimento de ciclo de reuniões mensais dos núcleos técnicos e administrativo para tratar das atividades desenvolvidas no mês anterior e a serem desenvolvidas no mês seguinte, onde a marcação da reunião e elaboração da pauta seja responsabilidade de servidor previamente designado (e que essa função seja rotativa);
- Garantir o estabelecimento de uma diretriz, no formato de manual, de rotina para marcação de eventos, grupos escolares e reuniões, tendo como produto, a impressão do calendário semanal e fixação no quadro de avisos (perfazendo a interligação entre as áreas, conforme pretendido);
- Desenvolver cartilha sobre a história e funcionamento do museu (baseado neste Plano Museológico) para ser entregue ao público interno recém-contratado, a fim de ambientar a equipe. Necessidade de interação com Programa Educativo e Cultural.

10.2.2 Suporte

Busca estruturar a comunicação tornando-a ferramenta de apoio à gestão, gerando algumas políticas de comunicação da organização. As propostas apresentadas têm como intuito maior fornecer ao público externo informações de maneira eficiente e adequada e garantir que o Museu tenha aparatos suficientes para realizar tal tarefa.

Assim, busca-se desenvolver Manual das marcas do MAB, da Ludoteca do Museu e do Projeto Selos, a fim de definir e divulgar o conceito das identidades visuais e seus usos e aplicações; um Manual de estrutural de material de divulgação com informações importantes para publicações externas (que contenha tamanhos, normas e prazos) informando a estrutura adequada para essas publicações, desenvolvidas em parceria com o Museu, e fluxograma para divulgação dos eventos.

Garantir que o Banco de Dados do Museu passe por constante revisão dos contatos existentes, organização das seções de forma que o mesmo fique na formatação adequada para disparo mailing/mala direta. Também é necessário garantir que haja aquisição de equipamentos adequados e atualizados para manuseio exclusivo das redes sociais e cobertura dos eventos (como smartphones, câmera fotográfica profissional e acessórios, gravador de áudio e microfones para registro dos eventos e atividades do museus).

Adquirir programas de edição de foto, vídeo, áudio e material gráfico para produção de materiais multimídia e audiovisual para publicizar os eventos e projetos do museu. Garantir investimento para aquisição ou doação de créditos a fim de impulsionar publicações nas redes sociais e aquisição de assinatura de jornais virtuais.

10.2.3 Comunicação Externa

A comunicação externa pretende que a mensagem – que foi concebida pelo museu com determinada intenção – seja recebida e compreendida pelo público ao qual se destinava e, ao final, provavelmente gerar uma resposta ou uma ação. Aqui se confere a necessidade de atingir os diversos públicos do MAB seja de forma mais contundente por e-mail, ou por divulgação em redes sociais. Também é necessário suprir o público cuja demanda será suprida por meio presença física, como é o caso de comunidades e grupos locais. Como os canais são diversos, o método mais eficiente a ser utilizado nessa linha do programa é utilizar-se de mais de um canal. Desse modo, busca-se a consolidação desse programa de forma eficaz e participativa, quais são:

Assim sendo, faz-se necessário realizar a manutenção e renovação da diagramação do site, com inserção de novas seções (clipping, publicações, documentação dos acervos) e atualização das informações presentes, criando uma rotina para atualização de readequação por profissional ou estagiário responsável. Nesse mesmo quesito estaria a necessidade de uma organização de seções com postagens diárias, com o intuito de fidelizar e engajar os seguidores, captar outros usuários. Necessita-se da sistematização da clípagem para monitoramento das mídias online e off-line, bem como as TVs e rádios (clípagem eletrônica).

Estabelecer contato com jornalistas e colunistas especializados no segmento com o qual o Museu trabalha e produzir releases com pautas pontuais mensais para circulação em editoriais de cultura e jornais impressos, com estruturação de profissional da área a fim de aperfeiçoar os textos para uma linguagem jornalística.

Divulgar as programações do Museu para todos os roteiros e agendas online e off-line de Recife e Região Metropolitana, rádios e TVs, para o Instituto Brasileiro de Museus, Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares e todos os demais ministérios e secretarias que trabalhem com temática do Museu.

Fornecer suporte para a comunicação da informação sobre os acervos do museu produzidas no Programa de Documentação em site ou outras plataformas.

Desenvolver estratégia de divulgação das publicações do Museu (catálogos, material educativo, produtos de pesquisas).

Sinalização

Reelaborar a sinalização interna e externa do museu, atentando aos critérios de acessibilidade estabelecidos por Lei para espaços públicos e ao bem estar dos usuários. O projeto de sinalização interna e externa, elaborado por empresa especializada, ao ser executado, contemplará os seguintes itens:

- Sinalização dos espaços, a partir da planta baixa da instituição, localizada na recepção;
- Sinalização de equipamentos e áreas acessíveis ou adaptadas para pessoas com deficiência;
- Sinalização das salas de exposição e demais áreas de acesso;
- Sinalização da área externa;
- Sinalização de segurança (extintores de incêndio, câmeras, zonas de riscos etc.).
- Áreas de acesso restrito.

10.3 AÇÕES

- Determinação de servidor responsável por elaboração de pautas mensais de reunião;

- Reformular e divulgar rotina de marcação de eventos;
- Revisão do Banco de Dados do Museu;
- Elaboração de cartilha de boas vindas para público interno;
- Articular parcerias com o curso e design para envolver estudantes no desenvolvimento do Manual de Marcas do Museu;
- Captar recursos para projetos desenvolvidos.

11 ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

11.1 DIAGNÓSTICO

O Museu da Abolição ainda não se configura como um espaço cultural inclusivo ou acessível de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH,1948). Suas instalações não seguem estes princípios. Seus espaços não estão preparados para atender os diversos públicos, tendo em vista as suas diferentes necessidades, sejam físicas, motoras, cognitivas ou comunicacionais.

Do ponto de vista arquitetônico, o único espaço adaptado é um sanitário para o uso de portadores de cadeira de rodas ou portadores de mobilidade reduzida com alças de apoio para sentar e rampas internas que dão acesso ao banheiro. Todavia, não existem rampas de acesso ao interior do sobrado pelas portas laterais, pelo jardim interno ou mesmo pelo hall de entrada. Também não existem acessos para o portador de cadeira de rodas ou de mobilidade reduzida, para o jardim externo, copa, camarim ou teatro de arena, Do mesmo modo, não existe nenhum tipo de acessibilidade para o pavimento superior, onde se encontram as exposições de média duração. Ou seja, os desníveis (escadas, rampas) não são tratados ou adaptados.

As calçadas e acessos diretos à edificação onde o museu está instalado são relativamente bem conservados, todavia as calçadas internas do jardim estão em estado precário de conservação. Alguns acessos são antiderrapantes, e antitrepidantes, mas não todos. Não há sinalização e piso tátil de alerta, nem sinalização em braille. Há locais para o embarque e desembarque dos públicos especiais (portadores de cadeiras de rodas ou de mobilidade reduzida), próximos às portarias, mas não estão sinalizados, e as rampas existentes não são adequadas. O bebedouro e mobiliários são relativamente acessíveis.

As comunicações internas são realizadas por escrito e verbalmente, nas reuniões realizadas. As comunicações externas são realizadas em meio digital e divulgadas nas mídias sociais. Ambas seguem parcialmente modelos inclusivos de comunicação. As equipes são sensibilizadas eventualmente para ações e condutas inclusivas. Em sua expografia não existe textos em Braille, figuras, pictogramas em relevo, ou dispositivos eletrônicos de áudio que permitam a fruição das exposições pelo deficiente visual e auditivo. Tampouco possui em seu quadro de funcionários um intérprete ou alguém capacitado em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

O Museu da Abolição foi criado na década de 50 e inaugurado três década depois. Neste período inexistia legislação sobre acessibilidade e nos projetos executados pelo serviço público não existia este tipo de preocupação. Trinta e quatro anos após sua inauguração, (1983-2017), as instalações da instituição estão em estado de conservação precária e há necessidade urgente de obras de restauro e de adequação dos espaços para atendimento aos públicos, especialmente no item acessibilidade.

Em dezembro de 2012, o Projeto Acessibilidade para o Museu da Abolição, apresentado pela Associação de Amigos do Museu da Abolição-AMAB, no valor de R\$306.000,00, desenvolvido pela equipe técnica do MAB/Ibram, foi aprovado no Edital da CAIXA Cultural, com o objetivo de sanar as deficiências da infraestrutura do MAB no quesito de acessibilidade. Todavia, até setembro de 2013, a documentação solicitada não foi apresentada à CAIXA pela AMAB, fato que impediu a assinatura do contrato e a perda do recurso para executar o projeto.

Em 2015 foram constituídos os projetos executivos da reforma e restauro do MAB no qual está previsto todos os itens de acessibilidade física e cognitiva, todavia não há previsão da realização das obras, pois aguardamos aprovação do orçamento pelo IPHAN e liberação de recursos do governo federal.

11.2 PROGRAMA

O propósito do Programa de Acessibilidade Universal do Museu da Abolição é promover a integração de todas as áreas da instituição, de modo a excluir as barreiras visíveis e invisíveis, numa perspectiva de inclusão social, ambiental, física, comunicacional, atitudinal, garantindo os usos dos espaços, dos suportes e da fruição das atividades e serviços oferecidos, de modo equitativo, flexível, simples, de fácil percepção, com tolerância ao erro, e com o mínimo esforço físico e cognitivo, no sentido de garantir e facilitar o acesso aos diversos públicos e suas diversas necessidades a partir de um atendimento de qualidade.

Neste sentido, o programa visa ao acesso pleno das pessoas com deficiência ao conhecimento dos temas desenvolvidos nas áreas finalísticas do museu (exposições, educativo, etc.); ao desenvolvimento e ampliação das potencialidades e repertórios das pessoas com deficiência; ao estímulo das pessoas com deficiência a explorarem os equipamentos culturais e o convívio social; a aliança com as instituições voltadas para a educação de pessoas com deficiência no que diz respeito ao processo de aprendizado; e ao estímulo do contato e interação entre as pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, através do compartilhamento de experiências e vivências. Além disto, visa contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos, de modo a cumprir a Missão e Visão institucionais, estabelecendo como meta o atendimento a todos os requisitos da legislação que trata do direito à acessibilidade, em todas as suas dimensões e princípios. Para alcançar estas metas as linhas de atuação necessárias estão abaixo descritas:

11.2.1 Inclusão física

Garantir a execução dos projetos de reforma e restauro, nos quais a eliminação de barreiras físicas está contemplada e desenvolver projetos e ações complementares para ampliar a acessibilidade que por ventura não tenha sido contemplada nos projetos de reforma e restauro;

11.2.2 Inclusão Comunicacional e Cognitiva

Garantir a execução do projeto museográfico, e desenvolver projetos e ações complementares para garantir a acessibilidade metodológica, instrumental, comunicacional, e cognitiva.

11.2.3 Inclusão Atitudinal

Promover treinamentos contínuos, com toda a equipe de servidores e terceirizados, de modo a contemplar projetos e ações voltados para a acessibilidade atitudinal e programática.

11.2.4 Inclusão instrumental

Desenvolver projetos e ações voltados para acessibilidade programática, metodológica, instrumental e comunicacional voltado para atendimento de todos os públicos do educativo e espontâneo;

11.3 AÇÕES

- Realizar parcerias com instituições voltadas para o atendimento de pessoas portadoras de deficiências;
- Realizar treinamentos e ações de sensibilização para a equipe do MAB;

- Oferecer agendamento de visitas para pessoas portadoras de deficiência;
- Realizar oficinas semestrais para portadores de deficiências;
- Realizar oficinas de desenvolvimento de materiais multissensoriais.

12.1 DIAGNÓSTICO

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Neste sentido, é importante mensurar o consumo anual de recursos naturais nos museus, assim como realizar intervenções, acompanhar performance das práticas, serviços e bens em relação ao meio ambiente. O consumo dos recursos naturais como água, energia, e copos descartáveis, assim como a contratação dos serviços e aquisição de bens vem sendo acompanhado, anualmente, por meio de planilhas. Entre 2014 e 2017 o consumo de energia elétrica variou entre 31.272 e 29.424Kwh; o consumo de água, entre 4.752 e 802,8 m³; o consumo de água mineral variou entre 13.200 e 14.400lt. Várias ações são realizadas para acompanhar o consumo, assim como para evitar desperdícios. Os servidores são estimulados a utilizar copos de vidro ou canecas de louça evitando o uso de copos descartáveis; desligar todos os aparelhos quando não estão sendo utilizados, com vistas à economia de energia; realizar coleta de papel para reutilização; realizar reparos em instalação hidráulicos para evitar vazamentos. Ou seja, a equipe mantém uma preocupação contínua quanto ao consumo consciente dos bens esgotáveis, voltado para a sua economia.

Os serviços contratados têm algum efeito sobre a questão ambiental, como o de limpeza e manutenção, no qual está prevista a limpeza de caixas d'águas e controle de pragas. As intervenções realizadas no imóvel não têm gerado impacto ambiental. Do contrário, a falta de intervenções necessárias tem um importante impacto negativo, uma vez que os desgastes dos sistemas elétrico e hidráulico, ambos da década de 70, ocasionam um maior consumo de água e energia, tornando mais frequentes os vazamentos decorrentes de desgastes dos materiais existentes, e um maior consumo de energia elétrica em virtude de os equipamentos serem mais antigos e não foram produzidos para um baixo consumo. Os bens adquiridos pelo MAB que têm efeito sobre a questão ambiental, o desumidificador a gás, é ecologicamente correto e não ocasiona efeito estufa.

Dentre as práticas de descarte de resíduos adotadas está o armazenamento de papel para reciclagem. Todavia, apesar de o seu descarte ser realizado em separado, não existe coleta seletiva na cidade. As lâmpadas utilizadas são fluorescentes, pois são mais econômicas e gastam até 65% menos de energia. Os cartuchos da impressora também são reutilizados. Houve redução na utilização de papel em impressões, uma vez que todas as correspondências são enviadas, em sua maioria, em meio digital, e, em caso de necessidade de imprimir, os dois lados das folhas são sempre aproveitados. Além disto, com a implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, houve uma redução do uso de papel da ordem de 90%. Na equipe do MAB não existe servidores capacitados para trabalhar o tema, todavia todos estão sensibilizados com o tema.

Dentre as parcerias do Museu, ações pontuais são desenvolvidas. Com a Secretaria de Meio Ambiente do Município, foram realizados debates e ações de combate ao racismo ambiental que é a prática de injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenha impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem.

Além desta parceria, em 2017 o MAB realizou atividades com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, organização não governamental com sede no Recife, Pernambuco, fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia, de natureza técnico-ecológica e educacional. Foram realizados exposição, oficina de fotografia, e reuniões de mobilização do Grupo de Consumo Responsável da Rede Espaço Agroecológico, iniciativa de famílias agricultoras da Zona da Mata, RMR e Agreste de Pernambuco com vistas a estreitar os laços entre produtores e consumidores de alimentos livres de veneno na capital.

A legislação municipal que trata da temática ambiental da cidade do Recife está ancorada em três principais leis: a Lei Orgânica, nº 16.243/96, de 13 de setembro de 1996, que em seu Capítulo V, trata da Política do Meio Ambiente, Art. 125, Inciso XIV; o Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife, de 13/09/1996; que estabelece a política do meio ambiente da Cidade do Recife e consolida a sua legislação ambiental; e a Lei nº 18.083/2014, de 12 de dezembro de 2014, que institui a Política Municipal de Educação Ambiental - PMEAA, em observância às determinações, em especial, dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal.

O Museu não tem, até o momento, parcerias com cooperativas de reciclagem, nem participa da agenda ambiental local. Ocasionalmente realiza as atividades/debates sobre o tema com a comunidade local, como é o caso da experiência como o Centro Sabiá.

12.2 PROGRAMA

O Programa Socioambiental do Museu da Abolição está comprometido com o acompanhamento e controle do consumo de recursos naturais, com vistas ao consumo consciente e à economia destes recursos; aquisição de bens e serviços e intervenções nos bens imóveis com baixo impacto ambiental; a adoção e promoção de práticas de descarte dos diversos resíduos produzidos pela instituição, assim como com a reciclagem e reutilização destes resíduos; o desenvolvimento de atividades e debates com a comunidade local, e treinamento da equipe para aprimorar ações quanto ao tema socioambiental; a adequação às legislações locais, estaduais e federais; e o desenvolvimento de parcerias com instituições públicas e privadas comprometidas com a causa socioambiental, para garantir o incremento deste programa. Para alcançar estas metas as linhas de atuação necessárias estão abaixo descritas:

12.2.1 Reciclar e Retornar

Desenvolver projetos e ações voltados para o descarte sustentável, o reaproveitamento de bens duráveis e do lixo produzido pela instituição.

12.2.2 Consumo Responsável e Sustentável

Acompanhamento contínuo do consumo de recursos naturais e bens esgotáveis, adotando práticas e ações de controle do consumo; ações educativas; aquisição de bens e serviços de baixo custo energético e de emissão de gases efeito estufa; acompanhamento de estudos de novas tecnologias voltadas para o baixo consumo e sustentabilidade.

12.2.3 Parcerias para sustentabilidade do meio ambiente

Consolidar parcerias perenes com instituições públicas e privadas que tratem do tema, desenvolvendo agenda anual para a realização de atividades, práticas e ações educativas na instituição; captação de recursos para execução de projetos e ações voltados para o tema.

12.3 AÇÕES

- Criar comissão interna para o tema;
- Estabelecer parcerias com associações, cooperativas, organizações de catadores, secretarias do meio ambiente, e ONG's;

- Participar de eventos temáticos, de modo a promover a troca e o compartilhamento de informações;
- Intensificar práticas do consumo sustentável de recursos naturais e de reaproveitamento de resíduos;
- Desenvolver atividades de conscientização dos públicos sobre a temática socioambiental.

INDICADORES E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os indicadores de desempenho e instrumentos de avaliação dos Programas são indicados a cada projeto ou ação planejada no Museu e são compilados no Relatório anual. São ferramentas através das quais se pode identificar se os objetivos estipulados, para cada projeto ou ação, foram atingidos. Eles podem apresentar natureza quantitativa ou qualitativa.

Os principais indicadores quantitativos são os seguintes:

- Número de participantes alcançados na atividade;
- Horas-atividades realizadas;
- Número de escolas atendidas;
- Quantidade de oficinas realizada;
- Projetos empenhados;
- Números de capacitações e atualizações realizadas pelos servidores.

Quanto aos indicadores qualitativos, que permitem uma análise mais subjetiva-das ações, apresentam-se nos instrumentos abaixo:

- Formulário de avaliação da experiência de visita ao MAB;
- Formulário de avaliação de satisfação quanto ao curso de extensão;
- Formulário de avaliação da satisfação dos participantes nas atividades de formação de professores no museu.
- Clipping (retorno da mídia espontânea local).

PARTE III

PROJETOS

<i>PROGRAMAS</i>	<i>PROJETOS</i>	<i>PRAZOS</i>
Institucional	Selo MAB	LONGO
	Acompanhamento e análise de Perfil dos Públicos	LONGO
	Parceria com Secretaria do Meio Ambiente do Município para ações de sustentabilidade ambiental	LONGO
	Parceria com Fundação Joaquim Nabuco para ações do Educativo	MÉDIO
	Parceria com Secretaria de Educação do Estado para ações voltadas aos professores da rede estadual	LONGO
	Parceria com Secretaria de Educação do Município para ações voltadas aos professores da rede municipal	LONGO
	Parceria com Organizações de Comunidades Afro	LONGO
	Sistematização da documentação institucional	LONGO
Gestão de Pessoas	Capacitação e qualificação aos servidores	LONGO
	Treinamento dos terceirizados e estagiários	LONGO
	Parcerias com universidades voltadas para treinamento, e capacitação de servidores e estagiários	LONGO
Acervos	Sistematização da documentação dos acervos do MAB: criação de manual, fluxograma e linguagens documentária.	MÉDIO
	Climatização da reserva técnica	MÉDIO
	Criação de manuais de rotina de higienização	CURTO
	Iluminação nas salas de guarda do acervo	MEDIO
	Contratação de empresa/equipe composta por bibliotecário/arquivista para inventário dos acervos arquivístico e bibliográfico utilizando software indicado pelo CENEDOM.	MÉDIO
	Conservação e restauro do acervo bibliográfico e arquivístico	MEDIO
Exposição	Atualização de exposição Anual do MAB	CURTO
	Criação e reutilização de mobiliário expositivo	CURTO
Educativo e Cultural	Parcerias com NEABs da UFPE, UFRPE e Unicap para articulação de professores com perfil para atuação no Curso de Extensão Tópicos da História e Cultura Indígena e Afro-brasileira	CURTO
	Oficinas na Ludoteca do MAB	CURTO
	Articulação para formação de professores da rede municipal de ensino	CURTO
	Requalificação do espaço da Ludoteca	MÉDIO
	Produção de cardápio para atividades do educativo para professores e alunos	LONGO
	LEMMA	LONGO
Pesquisa	Implantação do centro de pesquisa;	LONGO
	Parcerias com universidades voltadas para desenvolver	LONGO

	pesquisas de interesse institucional (acervo e educativo)	
	Seminários, encontros e palestras de divulgação e discussão de resultados de pesquisas relativos à temática do Museu	LONGO
Arquitetônico e Urbanístico	Reforma e Restauro	LONGO
	Manutenção predial	LONGO
	Paisagístico e jardinagem	LONGO
	Manual de conservação predial	LONGO
Segurança	Produzir plano de prevenção e combate a incêndios	CURTO
	Plano de movimentação de bens culturais	CURTO
	Plano de emergência e prevenção de incêndio e acidentes	CURTO
	Manual Interno de Segurança	CURTO
	Plano de relações institucionais com os órgãos de segurança;	CURTO
	Política de segurança de dados informatizados	CURTO
Financiamento e Fomento	Articular a consolidação da AMAB;	MÉDIO
	Desenvolver Parcerias para captação de Recursos;	LONGO
	Acompanhar editais e desenvolver projetos;	LONGO
	Articular parcerias com curso de Design da UFPE e empresas do ramo para desenvolver produtos com a logo do MAB ou imagens do seu acervo, ou mesmo jogos da ludoteca, para serem comercializados com parceiros;	LONGO
	Desenvolver produtos com a logo do MAB ou imagens do seu acervo para serem oferecidos em contrapartidas nas ações de merchandising e comercializados com parceiros	LONGO
Comunicação	Plano de comunicação	CURTO
	Manual da Marca do MAB	CURTO
	Sinalização Interna e Externa	CURTO
	Atualizar o site	MÉDIO
Acessibilidade Universal	Compra e atualização de áudio-guia;	CURTO
	Desenvolvimento de Maquetes táteis e réplicas de objetos do acervo para serem tocadas;	CURTO
	Legendas e publicações em Braille;	CURTO
	Desenvolvimento de materiais e recursos didáticos multissensoriais;	CURTO
	Reproduções em relevo de obras de arte;	CURTO
	Aquisição/reprodução de jogos educativos em relevo e com regras em braille;	CURTO
	Realizar treinamento para servidores e estagiários em Libras;	CURTO
	Programar encontros bimestrais para orientações sobre inclusão atitudinal;	CURTO
	Desenvolver parcerias com instituições voltadas para o atendimento de pessoas portadoras de deficiências.	CURTO
Sócio Ambiental	Plano de ações para adequação à legislação ambiental	LONGO
	Parceria com cooperativas de reciclagem	LONGO
	Otimização de consumo de energia	CURTO